

Ana Paula Marques

TRAJECTÓRIAS

QUEBRADAS

A Vivência do Desemprego
de Longa Duração



Trajectórias Quebradas
A Vivência do Desemprego de Longa Duração

Ana Paula Marques

Índice

Introdução

Parte I

Mercado de trabalho e “invenção” do desemprego

- 1. Perspectivar o mercado de trabalho**
 - 1.1. Relevância sociológica das relações de emprego**
 - 1.2. “Invenção” do desemprego**
 - 1.3. Resgate do enfoque multidimensional do desemprego**
 - 1.4. Lógicas *selectivas* de desemprego**
- 2. Retratos estatísticos do mercado de trabalho**
 - 2.1. Emprego vs desemprego em Portugal**
 - 2.2. Fragilidades do mercado de trabalho português**
 - 2.3. Contextos locais em estudo: Guimarães e Espinho**
 - 2.3.1. Concelho de Guimarães*
 - 2.3.2. Concelho de Espinho*

Parte II

Trajectórias quebradas. A vivência do desemprego de Longa Duração

- 1. Enfoque biográfico**
 - 1.1. Opções e cautelas metodológicas**
 - 1.2. Explicitação de critérios**
 - 1.3. Entrevistas biográficas**
 - 1.4. Análise temática**
- 2. Perfil dos desempregados de longa duração**
- 3. Dimensões da experiência social do desemprego**
 - 3.1. Percursos escolares e profissionais**
 - 3.1.1. Saída precoce da escola e informalidade das primeiras relações de trabalho*
 - 3.1.2. Interrupções, retorno aos estudos e actividade profissional*
 - 3.1.3. Investimento escolar e desarticulação entre oferta e procura de emprego*
 - 3.2. Contextos, percepções e consequências**
 - 3.2.1. A vivência do desemprego: duração, motivos, dificuldades*
 - 3.2.2. Entre o subemprego e o desemprego “desencorajado”*
 - 3.2.3. Formação profissional pontual ou ausente*
 - 3.3. Provações do desemprego de longa duração**
 - 3.3.1. Riscos da dissociação de laços sociais*

3.3.2. *Relação consigo próprio e auto-estima*

3.3.3. *Emergência de quadros de doença e psicopatologias*

3.4. Estratégias e expectativas de resignação/superação do desemprego

3.4.1. *Protecção social e institucional*

3.4.2. *Estratégias individuais de superação do desemprego*

4. Retratos de vida interrompidas

4.1. ***“O Pobre não pede, tem vergonha”***

4.2. ***“Seria mais bem visto se tivesse um emprego”***

4.3. ***“Quando saí dos bordados, andei num psicólogo”***

4.4. ***“A esperança vai-se desfazendo”***

4.5. ***“Eu não sou mulher de ter medo”***

Conclusão

Referências bibliográficas

Este terrível descanso, o da morte social!

Através das biografias ou dos testemunhos - penso, por exemplo, naquele desempregado que, após ter escrito 130 cartas a solicitar emprego, todas sem resposta, abandona a sua procura, como que esvaziado de toda energia, de todo ímpeto rumo ao futuro - através de todos os comportamentos que os investigadores descrevem como "irracionais", quer se trate de compras que desequilibram o orçamento por muito tempo ou, numa outra ordem de coisas, do abandono dos jornais políticos e da política em benefício de revistas (mais caras, no entanto) e do cinema, o que se manifesta ou se trai é o sentimento de desamparo, às vezes de absurdo, que se impõe ao conjunto desses homens repentinamente privados não só de uma actividade e de um salário, mas também de uma razão de ser social e, assim, lançados à verdade nua da sua condição. A saída, a reforma, a resignação, a indiferença política ou a fuga no imaginário milenar são algumas das muitas manifestações - todas igualmente surpreendentes pela expectativa do sobressalto revolucionário - desse terrível descanso, que é o descanso da morte social!

(in *Le Monde Diplomatique*, Bourdieu, 2003)

Prefácio

O trabalho e o sistema de emprego no seu conjunto têm vindo, nas últimas décadas, a sofrer profundas transformações no quadro mais vasto dos processos de globalização das economias. Portugal, sendo embora um país periférico da Europa, com características próprias de um país tardiamente industrializado e que só há pouco mais de vinte anos integrou a comunidade europeia, debate-se ainda com dificuldades particulares no campo do desenvolvimento socioeconómico. Após um período de crescimento e relativa recuperação em relação à UE, viu a sua débil economia sofrer os efeitos da competitividade global, mostrando-se até agora incapaz de reconverter e modernizar o seu tecido produtivo, em particular os sectores exportadores, tradicionalmente apoiados no trabalho intensivo e nos baixos salários. Se, mesmo na Europa desenvolvida o esgotamento da velha relação salarial *fordista* e as crescentes dificuldades de preservar o Estado-providência vêm colocando os trabalhadores perante novos problemas e ameaças de *dumping* social, resultantes do aumento da flexibilidade e das políticas neoliberais, no caso português, tais tendências adquirem contornos ainda mais preocupantes, dada a debilidade das políticas sociais e as dificuldades estruturais do país, nomeadamente nos domínios tecnológico e do sistema educativo.

As profundas transformações em curso estão a promover novas contradições e desigualdades sociais, sendo Portugal um dos casos em que os índices de pobreza e as discrepâncias na distribuição da riqueza mais se fazem sentir. O desemprego e os baixos salários são os principais factores de expansão dos sectores em risco de pobreza, não obstante algumas medidas positivas como o Rendimento Social de Inserção. Perante as mudanças em curso no campo laboral, quer aquelas que são directamente impostas através do mercado quer as que derivam das orientações legislativas que têm sido adoptadas pelos governos desde o início do novo século, importa que as ciências sociais estudem os impactos dessas mudanças não apenas no sistema de emprego a nível nacional, mas igualmente em termos sectoriais e na sua distribuição regional e territorial, tendo em conta as múltiplas segmentações e discrepâncias que, também nesse aspecto, caracterizam a sociedade portuguesa.

Esta obra de Ana Paula Marques constitui sem dúvida um inestimável contributo para o conhecimento actualizado do país no que respeita aos problemas do emprego e do desemprego. Porém, mais do que uma caracterização da situação e das tendências dos últimos anos, o presente livro consegue reunir e dar sistematicidade ao assunto, usando diferentes registos na reflexão sobre o tema.

A análise dos problemas do emprego e do desemprego carecem de enquadramento teórico para que possamos alcançar o seu significado mais profundo. E nessa medida importa procurar conjugar as abordagens da economia com a análise sociológica. Daí a importância de confrontar diferentes perspectivas que permitam alargar a visão sobre o fenómeno nas suas diferentes facetas, já que ele se reflecte em toda a sua complexidade na vida económica mais geral, nas especificidades particulares de cada contexto e nas vidas concretas de cada família e de cada indivíduo. A segmentação do trabalho, por um lado, e a diversidade de trajectórias, de qualificações e de recursos socioprofissionais em que se encontram os diferentes sectores da força de trabalho, são aspectos que se reflectem igualmente da situação de desemprego e na vivência subjectiva dos trabalhadores atingidos. O percurso teórico elaborado na primeira parte desta obra sintetiza as principais correntes e linhas de análise a partir das quais a autora nos propõe um enfoque multidimensional do desemprego.

É justamente esse o referencial de partida para uma análise que vai de uma caracterização geral do fenómeno, baseada em informação estatística actualizada, que ajuda a compreender a situação do país no contexto europeu, até à apresentação dos principais factores de fragilidade do mercado de trabalho em Portugal. Assim, aspectos como as baixas qualificações, o funcionamento do sistema de ensino e o abandono escolar precoce, a situação dos jovens e as crescentes dificuldades no acesso ao emprego, são apresentados como algumas das fragilidades estruturais do nosso sistema de emprego, na base das quais se fundam as dificuldades de inovação tecnológica e de capacidade estratégica da gestão empresarial. Essa caracterização genérica é por sua vez um ponto de partida para um olhar mais específico sobre o desemprego em dois concelhos do norte do país, precisamente a região que vem revelando nos últimos anos uma tendência de maior agravamento do desemprego. Fica claro que o baixo nível de instrução tem uma relação directa com o volume de desemprego e que as camadas etárias intermédias são as mais atingidas – as que vêm sendo as maiores vítimas do encerramento de empresas industriais –, sendo igualmente significativo o desemprego de longa duração.

Finalmente, um dos registos mais sugestivos e enriquecedores deste estudo prende-se com a análise qualitativa, apoiada num conjunto de entrevistas aprofundadas, fornecendo assim um novo olhar sobre as vivências e as trajectórias pessoais e profissionais – que a autora classifica muito apropriadamente de “trajectórias quebradas” – de quem vive o drama do desemprego de longa duração. Particularmente actual e premente é a necessidade de compreender as dificuldades sentidas pelos próprios. É captar não apenas como se sobrevive às situações de

gritante carência económica, mas também a capacidade inventiva dos investimentos destas pessoas para sair desse “círculo vicioso” que as empurra para a pobreza e de lutar, por vezes desesperadamente, contra a segregação, a quebra dos laços de inserção social e a perda de autoestima.

O presente livro de Ana Paula Marques é, por todas estas razões e muitas mais que a sua leitura atenta justificará, um estudo fundamental para compreendermos os contornos actuais deste problema, que fica à disposição dos interessados e estudiosos do tema, sem esquecer os nossos decisores políticos e em especial os responsáveis pelas políticas de emprego do país.

Elísio Estanque,
Coimbra, 27 de Novembro de 2008

Introdução

Este livro, agora publicado, surge de um estudo desenvolvido no Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho (CICS-UM) que pretendia aprofundar o conhecimento da vivência subjectiva de homens e mulheres em situação de desemprego de longa duração. A análise da experiência social de desemprego, por um período superior a um ano, contribui para a compreensão do seu impacto tanto das consequências económico-políticas, como pessoais e sociais, já que quanto mais tempo uma pessoa está afastada do mercado de trabalho mais difícil se apresenta a sua reintegração. Assim, a opção pela publicação dos principais resultados prende-se, por um lado, com a necessidade de conferir um “rosto” aos números de desempregados de longa duração (DLD)¹ que, em Portugal e no contexto da União Europeia, não param de aumentar; e, por outro, visa-se contribuir para combater alguns dos estereótipos associados de modo a sensibilizar as instâncias decisoras e o cidadão, em geral, para as dimensões de vulnerabilidade social, psicológica e identitária que atingem grupos sociais cada vez mais diversificados. Estes incluem, por exemplo: jovens que saem da escola com baixas qualificações escolares ou com qualificações de nível superior; trabalhadores com idades avançadas ou com qualificações obsoletas; e mulheres que procuram (re)iniciar a sua actividade profissional, após um período de ausência por razões de maternidade.

Hoje, a fronteira que separa os que não têm um emprego dos que têm apresenta-se cada vez mais ténue e incerta. Associada aos processos de industrialização e urbanização das sociedades modernas ocidentais, a utilização da designação de desempregado não se restringe em exclusivo aos grupos escolares ou profissionais. Pelo contrário, essa realidade tende a apresentar-se tangível a qualquer cidadão fruto das dinâmicas de transformação da economia e da sociedade a uma escala nacional e globalizada. Isto é visível ao nível das falências e/ou deslocalização dos sectores económicos, da individualização e fragmentação das relações de trabalho, da debilidade das políticas de emprego e de formação, das reformas dos sistemas de protecção social no âmbito da Comunidade Europeia².

¹ Iremos considerar “Desempregado de Longa Duração” (DLD) os candidatos inscritos há mais de 12 meses no Centro de Emprego, independentemente de terem celebrado contratos de trabalho a termo, cuja duração conjunta, seguida ou interpolada, não ultrapasse os 12 meses.

² A crescente percepção de “perda de rumo” por uma certa Europa face aos objectivos da *Agenda de Lisboa* (2000) tem vindo a recentrar as suas prioridades e recursos em torno do crescimento e do emprego como condição indispensável tanto para a coesão social, como para a sustentabilidade ambiental (cf. Orçamento da UE, para 2008, que prevê quase metade da sua dotação - 44,2% - para o reforço do crescimento e do emprego no sentido do bem-estar económico geral).

Assim, para muitos dos trabalhadores activos, as suas trajectórias profissionais afiguram-se descontínuas, não lineares, incluindo fases de ruptura que se definem pela vivência de períodos, mais ou menos extensos, de desemprego “desencorajado” ou oculto, ou seja, de inactividade involuntária sem perspectivas de emprego. Veja-se, a este propósito, a diversidade de situações profissionais que se aproxima vertiginosamente da vulnerabilidade profissional patente tanto em grupos profissionais com baixas ou obsoletas qualificações ou em trabalhadores com idades avançadas, como nas modalidades de inserção na vida activa de jovens que detêm qualificações de nível superior. Além disso, a segmentação do mercado de trabalho tem vindo a ser acompanhada pela persistência de (sub)empregos periféricos, em regra, mal pagos, instáveis e com limitadas condições de desenvolvimento de conhecimentos e de uma carreira profissional.

Progressivamente, são concebidas políticas de emprego e de formação, bem como políticas sociais, chamando a atenção também para os problemas de acesso ao emprego ou, de um modo mais geral, para a empregabilidade dos trabalhadores (Gazier, 1990) e das vivências e representações do desemprego dos jovens (Schehr, 1999). Na verdade, as actuais políticas de combate ao desemprego expressam uma incerteza sobre os indivíduos de dupla origem. Por um lado, ao romper com a lógica tradicional de posto de trabalho, exige-se que estas políticas sejam diversificadas e apoiadas numa individualização crescente nas suas modalidades e objectivos, o que acentua as dificuldades de se instaurar novas regulações sociais de um outro tipo de cidadania. Por outro lado, o facto de a vivência do desemprego se inscrever numa temporalidade social não se restringe a um espaço-tempo vazio no que diz respeito à interacção com o(s) outro(s).

Para além de se apresentar como uma realidade intersubjectiva, o desemprego constrói-se por referência às classificações prescritas mobilizadas pelos actores sociais com quem interage (e.g. IEF, Segurança Social), à ocupação heterogénea e paradoxal de um espaço-tempo outro que não o da actividade profissional ou doméstica, de lazer ou diversão, com consequências estatutárias significativas. Este pressupõe, igualmente, a vivência de antecipações de projectos de vida que passam por integrar uma paleta diversificada de sentimentos como, por exemplo, esperança, conformismo, confiança, decepção, renúncia, urgência, desencorajamento, passividade. Ou seja, as representações sucessivas das categorias sociais a inserir fundamentam as sucessivas formas de tratamento social do “não-emprego”, produzindo “classificações” de públicos-alvo beneficiários daquelas políticas (Mauger, 2001). Assim, os dispositivos destinados ao enquadramento dos excluídos do sistema

escolar e do mercado de trabalho permitem delimitar diferentes categorias de “inempregáveis”, de “inválidos” sociais.

Ao retratar a vivência de homens e mulheres que, por uma razão ou outra, se encontram na situação de desemprego de longa duração, é-nos possível confirmar que está em causa não apenas a perda de certos direitos jurídico-legais, como também, e sobretudo, a sua não (re)inserção social. Enquanto categoria, o desemprego apresenta-se como uma construção social, com significados diferentes e lógicas específicas, não se apresentando como um dado natural, redutível a um número que mede o tempo do indivíduo que se encontra no desemprego. Tal pressupõe admitir que, sob a categoria de desemprego, se regista uma multiplicidade de condições e representações sociais. Para a sua definição concorrem processos sociais resultantes da posição social dos desempregados, das situações por eles vividas e dos quadros interactivos e simbólicos a partir dos quais se exprimem.

A hipótese orientadora deste estudo sustenta que, no limite, as sucessivas experiências de privação de emprego e a acumulação de rupturas de laços sociais permitem definir percursos profissionais vulneráveis ao desemprego e à exclusão social de certos grupos sociais face ao mercado de trabalho. Nesse sentido, foram prosseguidos os seguintes objectivos:

- Identificar as situações de desemprego em função do perfil socioprofissional e sector de actividade;
- Caracterizar as transformações nas relações informais e em contexto familiar;
- Inventariar as representações sociais principais (sistemas de classificação) em torno do emprego/desemprego e trabalho;
- Evidenciar os principais obstáculos à não-inserção no mercado de trabalho e as estratégias de superação.

Em termos de desenho metodológico, optámos por dois *estudos de caso* circunscritos aos concelhos de Espinho e Guimarães³. Os critérios que presidiram à sua escolha prenderam-se com a oportunidade de potenciar os resultados de uma investigação realizada por um dos membros da equipa durante o seu *Estágio Curricular*, no âmbito da licenciatura em Sociologia (Meneses, 2004)⁴. De igual modo, a possibilidade de

³ O presente estudo contou com o contributo de dois membros da equipa: Carina Meneses e Carlos Pacheco, ambos licenciados em Sociologia pela Universidade do Minho (Marques, Meneses e Pacheco, 2006).

⁴ A investigação consistiu na realização de um diagnóstico das políticas sociais do Concelho de Espinho (Meneses, 2004). Uma das principais vulnerabilidades detectadas naquele diagnóstico residiu justamente no grupo social constituído por desempregados de longa duração. Por sua vez, com base na análise das entrevistas feitas aos técnicos das diversas instituições, reflectiu-se sobre o papel da sociedade civil na prossecução de fins sociais, servindo, assim,

compararmos com um outro concelho da região Norte, nomeadamente Guimarães, constituiu uma oportunidade que resultou da realização de um *Seminário de Investigação* no contexto da licenciatura em Sociologia (Pacheco, 2007).

A recolha de informação disponibilizada por alguns informantes privilegiados, nomeadamente técnicos de certas instituições (e.g. Centro de Emprego, Centro Social e UNIVA), permitiu-nos sinalizar as dimensões pessoais e sociais mais relevantes da experiência social de desemprego. No total, foram realizadas catorze entrevistas biográficas (oito no concelho de Espinho e seis no concelho de Guimarães), tendo sido possível identificar algumas das consequências *(in)visíveis* mais relevantes, em particular as que se prendem com:

- Sentimentos de impotência e intencionalidade de cometer suicídio;
- Necessidade de acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico;
- Manifestação de disfunções familiares (e.g. divórcio, isolamento, retirada de filhos menores);
- Situações de desespero económico (perda de bens materiais como, por exemplo, o carro ou a casa) e/ou de incapacidade de manutenção de um certo estilo de vida visível, por exemplo, na necessidade de retirar os filhos do infantário ou de evitar fazer férias;
- Comportamentos de resistência e de luta por melhores condições de vida.

Os principais resultados aqui apresentados sob a forma de livro estão organizados em duas partes essenciais relativamente autónomas, além desta introdução e das considerações finais. A discussão teórica em torno do mercado de trabalho, centrada na “invenção” do desemprego e suas consequências, ocupa o primeiro ponto da *Parte I*. Esta integra, ainda, um outro capítulo de caracterização do mercado de trabalho e dos grupos profissionais mais expostos ao desemprego em contexto local, nacional e europeu. Fruto de um esforço de pesquisa documental, através do recurso a estatísticas oficiais, foi-nos possível sistematizar os principais traços de funcionamento do mercado de trabalho.

Na *Parte II* são apresentados alguns “retratos de vida” resultantes da vivência subjectiva do desemprego de longa duração por parte de homens e mulheres que integram grupos sociais diversificados. Tendo em comum trajectórias profissionais interrompidas, estes retratos são expressivos da complexidade dos efeitos ou

como veículo para a discussão acerca do papel das políticas sociais em Portugal, a forma como actua, as suas particularidades e os seus paradoxos (Marques e Meneses, 2004).

consequências pessoais e familiares do desemprego. Nesta parte tem lugar, ainda, a explicitação dos critérios que presidiram à realização de entrevistas biográficas, especificando as opções metodológicas adoptadas. Após a caracterização do perfil dos entrevistados e das principais dimensões da experiência social do desemprego de longa duração, termina-se com a selecção de cinco narrativas de trajectórias quebradas.

A escolha de cinco narrativas permite-nos ilustrar algumas das principais consequências *(in)visíveis da* experiência social do desemprego, em especial as situações de desorganização familiar, de baixa auto-estima e motivação e de precariedade económica – beneficiários de Rendimento Mínimo Garantido (RMG), agora designado de Rendimento Social de Inserção (RSI). Também, se incluiu uma narrativa ilustrativa de uma trajectória de vida marcada por situações de dificuldades, comportamentos de resistência e luta, persistindo, porém, um sentimento de confiança e optimismo na superação do desemprego.

Qualquer análise sobre o desemprego não pode prescindir de relacionar os factores estruturais da experiência de desemprego com as representações que os desempregados têm da sua situação, dos seus modos de vida e da sua reacção à privação de emprego (Gallie e Paugam, 2000). Na publicação deste livro procurou-se integrar, de forma complementar, uma abordagem simultaneamente estrutural e biográfica ao se perspectivar o desemprego enquanto experiência social que pode assumir vivências subjectivas complexas, resultando não apenas da privação de um salário, como também das fragilidades de sociabilidade que se observam a vários níveis. Para as pessoas que vivem o desemprego, as suas causas podem alicerçar-se, sobretudo, na percepção de um fracasso pessoal, de uma degradação da qualidade de vida, de uma quebra das relações de amizade e de companheirismo.

Mercado de trabalho e “invenção” do desemprego

Nesta *Parte I* do livro, iremos apresentar, em primeiro lugar, os principais contributos teóricos que nos permitem perspectivar o mercado de trabalho e a “invenção” do desemprego. Ao centrar a atenção nas consequências *(in)visíveis* da experiência social de desemprego, pretende-se avançar com um enfoque multidimensional do desemprego que nos permita, por um lado, ultrapassar as abordagens insuficientes de pendor económico e, por outro, equacionar as relações de trabalho e de emprego/desemprego a partir dos processos sociais que estão simultaneamente na sua origem e sentido. Só desta forma, se poderá avançar com uma proposta inovadora de conceptualização do desemprego. Em segundo lugar, procederemos à caracterização do mercado de trabalho e dos grupos profissionais mais expostos ao desemprego em contexto local, nacional e europeu.

1. Perspectivar o mercado de trabalho

O enfoque original das abordagens sobre o problema da quantidade, mas, sobretudo, da qualidade do emprego consiste na não-aceitação do carácter a-histórico e irrealista dos modelos macro e microeconómico da perspectiva neoliberal, segundo os quais o mercado de trabalho era auto-regulável e compacto (*uno*), contribuindo de forma harmoniosa para o funcionamento geral da economia nacional. Integram-se hoje outras análises de cariz sociológico, antropológico e histórico, que visam restituir toda a complexidade e variabilidades económicas, sociais e culturais dos mercados de trabalho.

1.1. Relevância sociológica das relações de emprego⁵

Considerando os novos contextos técnico-organizacionais da “sociedade de informação e comunicação”, as questões sobre o emprego e desemprego apresentam-se relevantes para se explicar e compreender as transformações ao nível dos perfis

⁵ Iremos assumir, ao longo deste livro, a equivalência das expressões trabalho e emprego por comodidade de exposição. Porém, para uma perspectiva crítica dos conceitos, das suas distinções e proximidades, cf. Freire (1997) e Marques (2006b).

socioprofissionais da mão-de-obra, suas trajetórias, carreiras e projectos de vida. Na verdade, do lado da procura de trabalho, regista-se um aumento relativo do desemprego que atinge vários grupos sociais e, do lado da oferta, os empregadores orientam-se no sentido da flexibilização laboral acompanhada por maiores exigências de qualificação e competências.

A partir dos anos setenta do século XX várias abordagens teóricas (cf. Bourdieu, 1979; Rodrigues, 1988) restituíram à temática do mercado de trabalho toda a complexidade e variabilidades culturais e sociais, deixando esta de ser arena exclusiva dos economistas (Swedberg, 1987)⁶. Com o contributo de algumas das principais teorias como, por exemplo, da segmentação (Doeringer e Piore, 1971; Piore e Gordan, 1972), da regulação (Aglietta, 1982; Boyer, 1986) e do sistema de emprego (Rodrigues, 1988), a análise do mercado de trabalho deixa de se fazer exclusivamente em termos de relação entre custos e benefícios, para se abrir a outras dimensões, designadamente sociais, políticas e simbólicas.

Com efeito, até então, a análise do mercado de trabalho orientava-se pelos pressupostos dominantes da abordagem neoclássica (Gambier e Vernières, 1985, Perrot, 1995). Tradicionalmente, o mercado de trabalho era definido como o lugar de confronto entre a oferta e a procura de trabalho, com comportamentos independentes, permitindo, assim, definir uma taxa de salário e um nível de emprego de equilíbrio. As principais características e pressupostos desta abordagem neoclássica são os seguintes: *i*) o mercado de trabalho é um mercado como qualquer outro: segue as mesmas regras de um modelo de equilíbrio concorrencial, onde a variável salário ajusta a relação entre oferta e procura; *ii*) o actor social é dotado de uma racionalidade económica que lhe permite, em qualquer momento, optar por um tempo de trabalho ou por um tempo de lazer, em função do salário que lhe interessa; *iii*) há uma independência assumida entre a oferta e a procura de trabalho, já que se assume igualmente que o mercado de trabalho é homogéneo e uno, não havendo qualquer tipo de obstáculos à informação e à mobilidade dos trabalhadores; *iv*) parte-se do princípio, sempre actualizado, da igualdade de oportunidades dos actores sociais envolvidos. Com efeito, este modelo teórico de referência dos economistas ortodoxos⁷ sustenta-se na autonomia, racionalidade e auto-interesse dos actores sociais que são

⁶ O autor apresenta uma perspectiva histórica do “re-estabelecimento” da Sociologia Económica (cuja expressão remonta aos sociólogos clássicos Weber e Durkheim), em particular, a partir da década de setenta do século XX. Os temas, entretanto desenvolvidos, centram-se no papel das mulheres na economia, nas abordagens neo-marxistas, nos estudos dos mercados financeiro e de trabalho, entre outros.

⁷ Utilizamos os termos ortodoxo ou neoclássico num sentido amplo para designar as teorias que partilham a hipótese de trabalho assente na racionalidade otimizadora do indivíduo.

capazes de estabelecer, antecipadamente, as suas preferências e de maximizar o seu bem-estar.

No entanto, as dificuldades em suportar empiricamente aquele modelo teórico do mercado de trabalho fizeram-se sentir, em especial devido ao aumento do desemprego, à progressiva diferenciação interna dos trabalhadores pelo factor da formação profissional e do poder contratual dos sindicatos, à existência de obstáculos à mobilidade profissional e transparência da informação, entre outros aspectos (Marques, 2000, 2001). Neste contexto, a abordagem neoclássica, não abdicando dos seus pressupostos iniciais, sofreu uma renovação pela integração de algumas teorias “correctoras”, como a teoria do capital humano, a teoria da procura de emprego, a teoria da discriminação e a teoria credencialista, introduzindo um conjunto de descontinuidades no mercado de trabalho (cf. Stigler, 1962; Becker, 1964, 1971; Collins, 1979).

Mais do que demonstrar como os argumentos neoclássicos, assentes numa visão estratégico-individual quase psicologizante, são falaciosos, as recentes aberturas teóricas vão no sentido de repensar os próprios fundamentos das relações mercantis, desmontando os múltiplos mecanismos da sua estruturação. Trata-se de conceber um “olhar” sociológico do mercado de trabalho como tipo particular de relação social institucionalizada que envolve produção, consumo e troca. A ideia principal consiste, a partir de então, em substituir as análises com base no indivíduo pela das estruturas do mercado de trabalho, sendo este um espaço onde se cruzam, sobrepõem e articulam actores e estratégias diferenciados, não necessariamente coincidentes entre si.

O início dos estudos da sociologia do mercado de trabalho está marcado por dois contributos, entretanto vulgarizados, de “segmentos” e mercado “interno” de trabalho (por oposição ao “externo”), desenvolvidos nos finais dos anos sessenta, primeiramente por economistas institucionalistas e neo-marxistas (Piore e Gordon, 1972). A obra *Internal Labor Markets and Manpower Analysis*, publicada em 1971, por Doeringer e Piore, popularizou o conceito de mercado de trabalho interno⁸ dentro da empresa e cuja estrutura difere em muito do normal mercado de trabalho. A principal ideia desenvolvida pelos autores consiste em associar o “mercado interno” (à empresa) a um “mercado primário” ou a um “mercado secundário”, pressupondo uma ruptura fundamental entre eles quer ao nível dos empregos, quer ao nível dos seus mecanismos de funcionamento. Assim, e muito esquematicamente, um mercado “primário” é destinado a uma mão-de-obra estável, central, com segurança no

⁸ Embora tenha sido Clark Kerr que, com um seu artigo intitulado “The balkanization of labor markets”, surgido na década de cinquenta do século XX, introduziu a noção de mercado de trabalho interno e externo.

emprego e com possibilidades de carreira; um mercado “secundário” caracteriza-se pela mão-de-obra periférica (destinada a flutuar em função das exigências da conjuntura), sujeita a elevadas taxas de rotação e com perspectivas de carreira limitadas.

Ao mesmo tempo, a oposição entre mercado interno (pode ser constituído por um sector primário e/ou secundário) e externo permitiu dotar a empresa de um papel interveniente no processo de segmentação da força de trabalho em desiguais fileiras de inserção e mobilidade profissional. Neste mercado interno, são utilizadas regras administrativas para a alocação da mão-de-obra, para a definição de postos e sua afectação, para as remunerações e trajectos de mobilidade interiores às empresas. Estas regras estão definidas e caracterizam os diversos modos de mobilização, utilização e circulação da mão-de-obra a que os trabalhadores estão sujeitos. Este processo é influenciado pela natureza dos produtos e das tecnologias e pelas estruturas organizacionais das empresas. Concretamente, os trabalhadores encontram-se “segmentados”, isto é, estratificados a partir de vantagens diferenciadas. O nível dos salários, as garantias de carreira, as qualificações médias, as perspectivas de promoção e a qualidade das condições de trabalho constituem os factores principais de estratificação dos postos de trabalho, enquanto o nível médio de formação, a antiguidade dos trabalhadores, a taxa de sindicalização e a maior ou menor estabilidade dos comportamentos e aspirações dos trabalhadores diferenciam os trabalhadores entre si (Gazier, 1991:142). As clivagens/descontinuidades no colectivo operário tornam-se evidentes, sendo que o acesso ao “mercado interno” constitui o objectivo principal para a maioria dos trabalhadores⁹.

A teoria da segmentação abandona a abordagem em termos de ajustamento para falar em articulações e apresenta-nos um mercado de trabalho caracterizado por uma série de segmentos em contraposição ou em justaposição, rompendo de vez com a imagem homogénea e unificada do mercado de trabalho na lógica liberal neoclássica. Está assim posta em causa a transparência e a homogeneidade do trabalho e do emprego, mesmo se algumas críticas tenham sido apontadas quanto às insuficiências na definição dos critérios e do número de segmentos a considerar, e à incapacidade em apresentar um conceito alternativo ao mercado de forma a efectivar uma ruptura com as abordagens neoclássicas (Gazier, 1991: 231).

⁹ O mercado interno apresenta-se como um espaço de mobilidade protegido e isolado do exterior, pelo que a progressão dos trabalhadores se encontra condicionada pelas regras existentes.

Mais recentemente, a teoria da regulação¹⁰ introduz alguns contributos fundamentais sobre a inevitável presença de formas institucionais reguladoras do mercado de trabalho. A influência do Estado, dos sindicatos e associações diversas são objecto de atenção, já que esta explica, igualmente, as dinâmicas de funcionamento do mercado de trabalho (Aglietta e Brender, 1984). Antes de mais, esta teoria, criticando a simples ideia de segmentos, chama a atenção para o facto de o mercado de trabalho ser estratificado, possuindo uma certa unidade ou coerência. Com efeito, existem formas institucionais, próprias do sistema económico, necessárias para a reprodução do capital, que regulam as relações no mercado de trabalho. Estas são: *i*) formas de concorrências; *ii*) formas de restrição monetária; *iii*) formas de Estado; *iv*) formas de configuração da relação salarial; *v*) formas de adesão ao regime internacional.

Com a noção de relação salarial, central nesta teoria, rompe-se com a ideia de trabalho como mercadoria para se falar do trabalho como uma relação social que assume certas especificidades enquanto relação salarial. Assim, a relação salarial define-se como um conjunto de condições jurídicas e institucionais que rege a utilização do trabalho assalariado, assim como a reprodução das condições de existência dos trabalhadores. Nesse sentido, Boyer (1986) reconhece a existência de diferentes modos de gestão de mão-de-obra segundo as modalidades da relação salarial (e.g. organização do processo produtivo, hierarquia das qualificações, mobilidade dos trabalhadores, formação dos salários directos e indirectos e utilização do rendimento salarial). Estas configuram, em simultâneo, os critérios de segmentação do mercado de trabalho. Com efeito, as práticas de gestão da mão-de-obra não resultam apenas de decisões empresariais enquadradas numa lógica funcional de reprodução do capital, mas também da interacção complexa de um conjunto de fenómenos, nomeadamente do grau de inserção do consumo dos trabalhadores no capitalismo, assim como das influências sindicais, legais e institucionais (Gazier, Marsden e Silvestre, 1998).

Desta forma, o mercado de trabalho apresenta-se como um espaço regulado por formas institucionais, sendo um espaço sempre aberto e incompleto, deixando de ser regulado exclusivamente pelo princípio da racionalidade económica. Dado que se encontra inserido numa formação capitalista, de submissão do trabalho ao capital, há o princípio do domínio da oferta sobre a procura de emprego, segundo um processo complexo, conflitual e, em grande medida, instável pelas forças sociais em presença.

¹⁰ A teoria da regulação surgiu para tentar explicar as razões das “crises” económicas do sistema capitalista (crises de 29 e 73/74), tendo contribuído, em parte, para a conceptualização do mercado de trabalho através do conceito de “relação salarial” (Aglietta e Brender, 1984).

Influenciada por esta abordagem, Rodrigues (1988) aprofunda a conceptualização do mercado de trabalho, propondo a substituição dessa expressão pela de “sistema de emprego”. Este seria definido como um “conjunto organizado das estruturas, dos agentes e dos mecanismos económicos e sociais que moldam a utilização e a circulação da mão-de-obra em interacção com os processos de reprodução desta mão-de-obra” (Rodrigues, 1988: 56-57). Desta forma, o sistema de emprego não se apresenta como um simples espaço de confronto da oferta e procura, neutro ou vazio, mas ele próprio é constituído por poderes e filtros que o estruturam. Este modelo resulta da confrontação da estrutura dos *stocks* e dos fluxos de postos de trabalho com a estrutura de *stocks* e dos fluxos da população empregada, inactiva, desempregada e emigrada. Os vectores responsáveis pela evolução da oferta de emprego, contribuindo para moldar a população de um país, são: *i*) os modos de gestão da mão-de-obra praticados; *ii*) as estruturas de qualificação; *iii*) os modelos organizacionais; *iv*) os processos de produção; *v*) os tipos de empresas; *vi*) as categorias produtivas; *vii*) as componentes da procura final (*ibidem*: 60). Para além destes vectores, a autora incorpora outros aspectos importantes do lado da procura de emprego (por parte da população) como, por exemplo, o sistema de educação-formação, as modalidades de gestão do desemprego e reforma, e, ainda, os tipos de família e as modalidades de cultura e poder no seio dos empregadores, do movimento sindical e do aparelho de Estado.

A importância da quantidade e qualidade de emprego ou da distinção entre flexibilidade quantitativa e qualitativa da mão-de-obra (Rodrigues, 1991)¹¹ permite rejeitar a simples lógica mercantil dos agentes sociais, dominados por uma racionalidade iminentemente económica, para incluir também estratégias e contextos de oportunidades de ordem sócio cultural¹². Ao admitir-se que a relação de oferta domina a procura, ou seja, as estruturas económicas e sociais sobrepõem-se às lógicas e dinâmicas dos agentes, também se aceita que há uma autonomia relativa destes. Os agentes mobilizam recursos e desenvolvem estratégias de permanente luta pela reclassificação social na esfera da educação, no sentido lato. Portanto, esta autonomia relativa contribui para a dinâmica do sistema de emprego que, em última instância, constitui uma cadeia de sucessivas mobilidades e onde o sistema educativo

¹¹ Os impactos das opções pela *flexibilidade quantitativa* ou *flexibilidade qualitativa* nas modalidades de gestão dos recursos humanos são diferenciados (Rodrigues, 1991, Rebelo, 2003; Almeida e Rebelo, 2004). A adopção pelas empresas da estratégia de flexibilidade quantitativa resulta, em geral, na diminuição dos custos de produção pela redução do volume de emprego, combinado com a liberalização do uso da mão-de-obra através da alteração jurídica das relações de emprego. A flexibilização qualitativa, por sua vez, pressupõe um outro tipo de solução na adaptação às flutuações de mercado de trabalho que passa pela utilização flexível das novas tecnologias de informação e pela diversificação da actividade económica, centrado na optimização do potencial do factor humano.

¹² Na óptica de Bourdieu (1979), as estratégias de acesso a um emprego englobam processos de reclassificação/desclassificação social, mobilizando-se as credenciais escolares para esse efeito.

responde pela capacidade de produção de perfis profissionais, necessários e/ou desejáveis (Collins, 1979).

Tendo presente estes contributos diversificados, é-nos possível compreender algumas das determinantes do comportamento de certos grupos sociais, designadamente: *i)* do assalariamento crescente, sobretudo a partir da II Guerra Mundial, na maioria das sociedades ocidentais; *ii)* dos movimentos de rejeição e de absorção da mão-de-obra pelas empresas que se prendem com os processos de reestruturação produtiva; *iii)* da selecção de trabalhadores pelas empresas para o seu “núcleo duro”, fruto da globalização e deslocalização das suas unidades, produzindo, entre outros efeitos, o desemprego; *iv)* e da intensificação da concorrência entre trabalhadores e da luta pela (re)classificação social, particularmente visível junto de jovens diplomados do ensino superior (Marques, 2006a).

Portanto, em termos de síntese dos diversos contributos aqui expostos, pode-se dizer que, antes de mais, a empresa não se apresenta como um espaço “neutro” ou vazio, pelo contrário, integra activamente a construção de relações sociais, porquanto é também um actor, embora perpassada por contradições entre grupos ou classes de actores sociais. Igualmente, o contexto de trabalho, qualquer que ele seja, constitui sempre um espaço de socialização profissional (Sainsaulieu, 1977, 1991) fortemente dependente do sistema educativo e dos modos de gestão da mão-de-obra praticados. Por conseguinte, a mobilidade é considerada como um processo de aprendizagem técnica (aquisição de qualificações) e social (classificação social), pelo que estamos perante a construção de relações sociais e profissionais específicas, cujos indivíduos, longe de serem simples receptores de informações, participam activamente naqueles processos de aprendizagem.

Por sua vez, assume-se a centralidade do trabalho e emprego na sociedade actual, o que, em termos esquemático, pressupõe estarmos uma actividade humana que exprime: *i)* uma acção de modificação individual ou colectiva do mundo e de nós próprios, sujeitos do trabalho; *ii)* relações sociais e estatutos sociais mais ou menos definidos; *iii)* remunerações de diversa ordem; *iv)* possibilidades de realização humana e modelo de referência de integração social; *v)* interacção com um quadro sócio cultural. Na verdade, a posse de um emprego é objecto de uma carga institucional¹³, numa determinada formação histórica, definida pelas condições de trabalho, pelo sistema de remunerações directa e indirecta e por um conjunto de regalias sociais e

¹³ A criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Grande Depressão 29-33 são momentos decisivos na crescente integração de direitos e regalias sociais, a par de um vasto movimento social e sindical que, sobretudo após a II Guerra mundial, conferiu força e institucionalização aos direitos sociais.

protecção social, entre outras aspectos. Igualmente, o desempenho de uma actividade profissional apresenta-se estruturante dos espaços-tempos sociais, dos ritmos de desempenho das actividades no dia-a-dia, da estabilização do quotidiano. Veremos, em seguida, que a privação do emprego tem consequências económicas, políticas, sociais e simbólico-culturais, pelo que a vivência do desemprego configura, individual e colectivamente, uma das experiências sociais a que nenhuma economia e sociedade escapa no actual contexto de globalização e competitividade.

1.2. “Invenção” do desemprego

Como analisar o desemprego, cujos contornos sociais são cada vez mais *(in)visíveis* nas estruturas sociais, nos estilos de vida e nas orientações normativas e simbólicas? Para responder a esta questão, importa precisar que, por um lado, a categoria de desempregado tem vindo a sofrer transformações no seu conteúdo, forma e significado, em função dos processos dinâmicos que alimentam as relações de emprego e, por outro, reconhecer que só recentemente se tem desenvolvido investigações centradas em dimensões não exclusivamente económicas ou quantitativas do desemprego.

Antes de mais, o estudo sistemático do fenómeno do desemprego é relativamente recente¹⁴. Remonta aos anos trinta do século XX, como consequência directa da depressão económica, encontrando-se ligado à indústria e aos despedimentos em massa das grandes empresas¹⁵. Será apenas na década de oitenta que o desemprego constitui um tema de investigação privilegiado, ao mesmo tempo que se tornam socialmente visíveis os efeitos do seu aumento e se desenvolvem programas e medidas de apoio à (re)inserção no mercado de trabalho direccionados aos vários grupos sociais (e.g. jovens, trabalhadores com qualificações obsoletas, mulheres).

Por sua vez, a abordagem do desemprego reflecte as principais teorias disponíveis sobre o mercado de trabalho atrás expostas¹⁶. Com efeito, na óptica da análise neoclássica do mercado de trabalho, a explicação para a existência de desemprego residia numa decisão individual. Assim, este seria sempre de cariz “voluntário” ou de

¹⁴ O conceito de desemprego é inexistente no mundo antigo, embora alguns acontecimentos confirmem a sua existência vários séculos antes de Cristo. Nesse sentido, alega-se que a construção do templo de Jerusalém ou das Pirâmides, ou do templo de *Karnak* no Egipto, bem como o costume de outorgar terras aos soldados romanos retirados das batalhas tinham como finalidade prevenir o “desemprego”.

¹⁵ Em 1931, Marie Jaboda e Hans Zeisel realizaram, sob a orientação de Paul Lazarsfeld, um estudo sobre o desemprego e os seus efeitos junto dos desempregados de Marienthal, pequena cidade austríaca cuja principal empresa havia fechado.

¹⁶ No intervalo dos *Trinta Anos Gloriosos* (as décadas seguintes à II Guerra Mundial até à crise do petróleo dos anos setenta), a análise do desemprego foi confinada ao pensamento neoclássico dominante.

“espera”, já que resultaria de uma opção racional dos actores sociais entre um tempo de trabalho e um tempo de lazer, não pressupondo nenhum disfuncionamento do mercado de trabalho. O suporte empírico de tais conclusões permitia definir os desempregados constituídos, maioritariamente, por jovens em inserção, por pessoas de idade próximas da reforma, ou por mulheres em semiactividade.

Mantendo a hipótese de base do racionalismo económico, identificam-se outros tipos de desemprego de carácter conjuntural e estrutural. Neste domínio, em oposição à tese liberal do desemprego voluntário, a visão keynesiana¹⁷ assume as deficiências do mercado no que diz respeito ao emprego¹⁸ e admite a intervenção dos poderes públicos para a consecução do pleno emprego - como uma das várias situações possíveis - que depende do crescimento económico induzido pelo consumo e pelo investimento. O aumento do desemprego “involuntário” explicar-se-ia a partir dos desajustamentos crescentes ao nível da insuficiência e inadequação da formação e qualificação da mão-de-obra face às necessidades das empresas, justificando, a partir dos anos setenta do século XX, medidas destinadas a aumentar o nível de qualificação dos jovens e dos desempregados de longa duração. Ao mesmo tempo, são também avançadas explicações para este aumento, com base nos efeitos do desenvolvimento tecnológico ao nível do desemprego.

A perspectiva marxista do desemprego e do funcionamento do mercado de trabalho coexiste com a perspectiva neoclássica atrás exposta. No entanto, a abordagem marxista define o mercado de trabalho de modo completamente diferente, já que a força de trabalho se encontra no centro da sua conceptualização. Neste quadro teórico, a força de trabalho é definida como um conjunto de capacidades psíquicas e físicas que o trabalhador põe à disposição do empregador durante um período de tempo previsto pelo contrato de trabalho. O empregador terá todo o interesse em mobilizar esta força produtiva na satisfação das necessidades da empresa, bem como em conferir-lhe a maior mobilidade possível para facilitar todas as adaptações necessárias à mudança do ritmo e da natureza da produção. O trabalhador, por oposição, aceitando um salário, preço da privação da sua liberdade por um certo período, tentará controlar a utilização que fazem da sua pessoa ao longo do processo produtivo. O salário corresponde, então, ao custo da capacidade de reprodução, satisfazendo necessidades elementares do trabalhador e da sua família. Com esta perspectiva marxista não se trata de identificar as barreiras à mobilidade do

¹⁷ Ao fundar esta teoria, Keynes diz-nos que o mercado de trabalho não é o lugar onde se decide o emprego e é o emprego que determina o salário e não o inverso (*in* Hoang-Ngoc, 1996).

¹⁸ Um exemplo de um desemprego de carácter estrutural pode ser observado quando certos indivíduos, dispostos a aceitarem um salário inferior, encontram-se, apesar de tudo, no desemprego.

trabalhador, mas de considerar que esta mobilidade se faz num contexto de uma relação de dominação do capital sobre o trabalho. A mobilidade é, portanto, sempre forçada, na medida em que o trabalhador se encontra numa situação de constrangimento ao ter que vender a sua força de trabalho em troca de um salário para sobreviver.

A característica essencial desta concepção do mercado de trabalho consiste no princípio de determinação da oferta de trabalho (do lado das empresas) sobre a procura (do lado dos trabalhadores). Significa que os trabalhadores não têm autonomia e o funcionamento do mercado resulta, exclusivamente, da determinação das estruturas. Neste contexto, o desemprego perspectiva-se como “inevitável” e, acima de tudo, necessário à reprodução do capital. Com efeito, a existência de um “exército industrial de reserva” (Marx, 1974) afigura-se necessária ao funcionamento cíclico da economia capitalista permitindo, em cada momento de crise (fases de sobreprodução), manter a taxa de lucro a partir da pressão exercida nos salários, dada a disponibilidade de mão-de-obra.

Como já referimos, só recentemente o desemprego se torna um problema com contornos de crescente visibilidade social e política ao atingir diferentes grupos sociais e com efeitos mais duráveis no tempo, exigindo, por isso, medidas de combate e de prevenção por parte dos poderes públicos. Igualmente, este transforma-se num tema de debate incessante, onde intervêm especialistas diversificados, desde políticos, economistas a sociólogos que invocam números, taxas, experiências e testemunhos, por vezes singulares, para explicarem o fenómeno do desemprego. De uma forma geral, as análises desenvolvidas em torno do desemprego têm sido dominadas por um enfoque quantitativo e macrossocial.

Porém, actualmente, há outros contributos que se cruzam com aqueles e se apresentam inovadores. Assim, vários autores têm avançado com abordagens de cariz qualitativo (Paugam, 1997, 2000; Demazière, 1992, 2002), o que permite que o fenómeno do desemprego passe a ser alvo de uma conceptualização que permite ter em conta a diversidade dos seus registos e vivências por parte dos actores sociais. Por exemplo, o estudo de trajectórias e biografias associadas ao desemprego, bem como das formas identitárias (Dubar, 1991, 2000) e das experiências mobilizadas pelos desempregados exige, por conseguinte, que o olhar sociológico se centre também nos registos cognitivos e afectivos dos desempregados.

Na verdade, um dos autores que mais têm contribuído para uma proposta analítica distinta da abordagem convencional do desemprego é Demazière (2002, 2006) que reforça a dimensão construída e relativa da categoria. Na verdade, o autor não se vincula a uma postura relativista extrema que, no limite, conduz a um carácter indeterminado do desemprego, reduzindo, no mesmo sentido, a contribuição da sociologia para reconhecer a mutabilidade dos conceitos. Pelo contrário, o autor pretende avançar com uma proposta metodológica ancorada na observação dos registos linguísticos, no confronto de diferentes gramáticas sociais e na reconstrução das categorias oficiais pela mobilização de categorias “indígenas”. Propõe-nos que se atenda aos conteúdos semânticos dos distintos universos categoriais seja na qualidade de utilizadores, seja na de produtores ou de codificadores de categorias sociais.

Na verdade, analisar o fenómeno do desemprego pressupõe conceptualizar o mercado de trabalho como um “fenómeno social total”, complexo, multidimensional, interdependente do conjunto da sociedade e da economia global. Por sua vez, os processos que transformam os excedentes de mão-de-obra em desempregados são específicos de cada país e de cada época histórica e implicam que se analise o conjunto de medidas políticas, económicas, sociais e ideológicas.

1.3. Resgate do enfoque multidimensional do desemprego

Sabe-se que a falta de postos de trabalho tem estado associada geralmente à crise do sistema económico: crise de produção, de realização de capital, de falta de flexibilidade de mão-de-obra, de excessiva pressão salarial, entre outros factores. Este tipo de análise, que se materializa na quantificação do fenómeno do desemprego revertido em estatísticas, apresenta-se, na nossa opinião, manifestamente insuficiente para a compreensão da experiência social do desemprego. Com efeito, aquela análise omite, em regra, a sua dimensão subjectiva pela não explicitação dos efeitos pessoais e sociais do desemprego nas pessoas em causa, nas famílias dos desempregados e, por extensão, na sociedade em geral. É certo que tais efeitos variam em função do país e, em particular, das regiões em causa, do sector de actividade e do perfil socio-demográfico, do grau de protecção social conferido pelo Estado, das estruturas familiares e equipamentos sociais de apoio existentes, entre outras condições (Meneses e Marques, 2004).

Apesar de se reconhecer que sobre esta temática persiste um certo reducionismo económico¹⁹ e uma preocupação com a quantificação estatística do número de desempregados, as investigações mais recentes no âmbito da Sociologia²⁰ têm contribuído para a restituição das várias dimensões na análise dos fenómenos relacionados com o desemprego, em particular para a reflexão sobre os impactos da experiência do desemprego e das transformações nas redes de sociabilidade, sob o ponto de vista dos actores sociais implicados (Castels, 1991; Paugam, 1997).

Com efeito, ser desempregado não é simplesmente estar desocupado ou estar privado de um emprego, é também ser reconhecido como tal, é vivenciar a experiência social do desemprego. Esta vivência do desemprego distingue-se, por conseguinte, da vivência de outras situações de “não-trabalho” resultantes da doença ou da invalidez, por exemplo. Segundo Demazière (1992), o desemprego, como estatuto transitório por essência, é considerado como de curta duração, se compararmos com o estado menos transitório de pobreza. Porém, o desenvolvimento de um desemprego de longa duração não pode deixar de transformar as representações do não-emprego, ou seja, as normas do desemprego. O autor procura mostrar que a taxa de desemprego não é apenas o inverso da taxa de emprego, tal como o raciocínio economicista pretende supor, mas, pelo contrário, é o “produto conjunto de estruturas económicas e trajectórias sociais”, na medida em que se situa no “ponto de encontro de determinações e de contingências biográficas” (*ibidem*: 23). A análise é desenvolvida de modo a tornar claro que os determinismos económicos não actuam sozinhos, mas antes alimentam uma construção social do desemprego.

Por sua vez, a proposta de Castels (1991), quando se refere aos desempregados como os “aptos-ao-trabalho-e-que-não-trabalham”, apresenta-se inovadora, justamente ao destacar a fragilidade relacional e social na determinação da sua situação e trajectória. Nesse sentido, o autor privilegia a óptica relacional à económica, suspendendo-a da sua análise, ao mobilizar dois eixos fundamentais: um eixo de integração/ não-integração pelo trabalho, que inclui uma gama de posições que vai desde o emprego estável à ausência completa de trabalho, passando pela participação em forma precárias, intermitentes ou sazonais de ocupação; e um eixo de inserção/ não-inserção numa sociabilidade socio-familiar marcado por um conjunto de posições que inclui desde a inscrição em redes sólidas de sociabilidade ao isolamento total por parte dos indivíduos.

¹⁹ Como vimos, as razões deste enfoque económico prendem-se com a tradição disciplinar dos estudos sobre o desemprego se ter iniciado na área das ciências económicas e dos paradigmas neoclássicos dominantes.

²⁰ Estas passam por incluir investigações de cariz qualitativo, com a utilização de instrumentos de recolha de informação diversificados como, por exemplo, entrevistas biográficas, mas também pela ênfase na análise das representações do desemprego.

A vulnerabilidade social apresenta-se como uma zona intermédia, instável, que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade, sendo que a pobreza surge como o resultado final de um conjunto de rupturas em cadeia de perdas e de vazio social. Nesse sentido, o autor recoloca a questão do desemprego não apenas como resultado de despedimentos económicos maciços das grandes empresas, mas como uma dinâmica que se exprime antes na precariedade do emprego, nas alternâncias de estágios, nos pequenos períodos de inactividade que finalizam, muitas vezes, no desemprego de longa duração e na saída do mercado de trabalho. O desemprego representa, portanto, o sinal mais visível de disfuncionalidade do mercado de trabalho, de rupturas de trajectórias profissionais e de vida, no limite, de dissociação social.

As investigações sociológicas realçam justamente a desestruturação da vida pessoal, familiar e social daqueles que estão privados de um emprego por um longo período. Certamente que se poderá imputar como causas da incapacidade de se aceder a um (novo) emprego a factores estruturais e conjunturais, isto é, às modalidades de funcionamento da economia e ao “emagrecimento” progressivo do Estado-providência. Porém, para as pessoas que o vivem, as causas podem alicerçar-se, também, na percepção de um fracasso pessoal, de uma degradação da qualidade de vida e de uma quebra das relações de amizade e de companheirismo. Tais vivências subjectivas de situações de desemprego variam certamente em função do perfil socioprofissional e dos grupos domésticos/ familiares em que esses actores sociais se encontram inseridos (Loison, 2000).

Além disso, a centralidade do trabalho e das relações que se constroem a partir dele permite que a empresa configure um importante espaço-tempo de socialização e de aprendizagem, a par da família, da escola e dos grupos de pares, entre outros (Veloso, 2007; Freire, 2000; Dubar, 1994). Igualmente, o contexto de trabalho apresenta-se como uma instância produtora e reprodutora, por excelência, de identidades sociais e de classe (Pinto, 1991). Ora, na situação de desemprego, a função de socialização ou de âncora que a empresa desempenha tende a se diluir perante as actuais práticas de flexibilização, desregulação e crescente incerteza das relações de trabalho e emprego e de “corrosão do carácter” (Sennett, 2000). Deste modo, o desemprego contribui para que se diluam inúmeras redes de sociabilidade afins, como a amizade, o associativismo, a vizinhança, que a experiência de trabalho potenciara.

Por sua vez, perante o alegado individualismo que parece configurar um novo modelo de relações sociais (Beck, 1992), a percepção do risco de dissociação dos laços sociais poderá ser maior nas situações de vivência de desemprego, em particular, do desemprego de longa duração. As razões são várias. Mesmo que se assuma a relevância da sociedade-providência como “esponja” na absorção do desemprego e como sistema paralelo de inter ajuda e de coesão social, permitindo a vivência de uma “paz” social, importa ter presente, em contraponto com aquela argumentação, que o Estado-providência não é e não foi completo em Portugal (Hespanha, 2002; Hespanha e Carapinheiro, 2002; Santos, 2000). Tal observação não se encontra isenta de consequências várias em termos de formalização e efectivação de um conjunto de direitos e regalias sociais, de equipamentos de apoio social, de prestação de serviços, entre outros, que não se encontram assegurados em muitas das situações de desemprego. Nesse sentido, o regime português de ajuda social relativamente à situação de desemprego pode ser qualificado de “sub-protector” (Gallie e Paugam, 2000). De facto, por um lado, as políticas activas de emprego são quase inexistentes. Por outro lado, em Portugal, poucos desempregados recebem um subsídio devido a essa condição – não sendo contabilizadas as situações de “inactivos disponíveis”, “subemprego visível” e “inactivos desencorajados” que fazem com que o “desemprego corrigido” seja superior ao “desemprego oficial” - e quando beneficiam de uma ajuda, o montante é relativamente inferior face ao nível de vida.

Portanto, o modo de regulação social do desemprego em Portugal caracteriza-se, simultaneamente, pela incapacidade/recusa de assunção de uma responsabilidade social colectiva e pela forte exigência feita à família relativamente ao facto de tomar conta dos seus membros na procura de um emprego. A este propósito, a família, ou melhor, os grupos domésticos se até então conferiam e, em certa medida, ainda continuam a conferir uma garantia de inserção social em caso da vivência de desemprego, apresentam, porém, fragilidades e limites que não podem ser descurados. Importa ter presente as actuais transformações nas estruturas familiares (Leandro, 2001), em particular as tendências registadas no último recenseamento da população portuguesa, como o aumento do número de famílias monoparentais e isolados e a maior percentagem de coabitação. Os laços de inter ajuda entre os elementos das famílias que asseguram os cuidados e a guarda dos mais novos e o apoio aos mais velhos tendem a torna-se ténues, sobretudo nos meios urbanos. A maior participação das mulheres no mercado de trabalho, por sua vez, traduz-se num aumento da procura de novos serviços sociais na área da infância e da terceira idade e, no caso português, faz-se acompanhar por uma descida significativa da taxa da

natalidade, o que compromete a solidariedade intergeracional que tem sido o suporte do Estado-providência. Neste contexto de complexificação das estruturas de relações internas dos grupos domésticos, além de contribuir para a reconfiguração da sociedade civil em geral, é previsível que o risco de dissociação dos laços sociais seja cada vez mais uma realidade incontornável na situação específica de vivência do desemprego.

No fundo, estar desempregado não implica somente a perda de certos direitos jurídico-legais vigente, mas também a não inserção social do indivíduo. No limite, a sucessão e a acumulação de rupturas e privações permitem sinalizar percursos profissionais vulneráveis ao desemprego, levando mesmo à exclusão social de certos grupos sociais face ao mercado de trabalho (Marques, 2000).

Por conseguinte, a análise da experiência social da vivência do desemprego contribui para a compreensão das consequências tanto económico-políticas, como pessoais e sociais. O resgate do enfoque multidimensional do desemprego é indispensável para o estudo dos comportamentos sociais, conduzindo a uma maior sistematicidade do conhecimento das atitudes ou representações sociais. Igualmente, poderá trazer alguma luz aos processos de (re)composição identitários, incidindo sobre aspectos, tais como, por exemplo, auto-imagem, motivação e bem-estar (Demazière, 1992). Na verdade, o facto de o indivíduo se encontrar excluído do mercado de trabalho pode constituir uma fonte de sofrimento, uma vez que este “(...) passa pelo processo de dessocialização progressivo e sofre. É sabido que esse processo leva à doença mental ou física, pois ataca os alicerces da identidade” (Dejours, 1999:19). Além disso, muitas vezes, o trabalhador em situação de desemprego, ao perceber essa situação como decorrente da sua falta de qualificação profissional ou incapacidade de competir com outros trabalhadores pelas restritas ofertas de emprego, sofre um processo de auto culpabilização e responsabilização.

1.4. Lógicas *selectivas* de desemprego

Para a OCDE, o desemprego actual é, manifestamente, de natureza estrutural, na medida em que a rigidez do mercado de trabalho reduz as capacidades de adaptação à mudança. As invocadas razões de um desemprego conjuntural, baseado nos choques petrolíferos e no aumento dos salários nos países desenvolvidos, apresentam-se cada vez mais insuficientes. Uma das causas apontadas para o aumento do desemprego tem que ver com a evolução demográfica, em que se regista um crescimento da população activa, com gerações mais numerosas e com um

aumento da taxa de actividade feminina. Em seguida, a polémica em torno do desemprego tecnológico que, apesar de não reunir consenso na quantificação dos seus efeitos, apresenta algum peso explicativo no que diz respeito ao facto das novas tecnologias de informação e de comunicação contribuírem para a transformação da estrutura ocupacional e dos níveis de qualificação a ela associada, ao mesmo tempo que se assiste a uma regressão de postos de trabalho na indústria²¹. Finalmente, o argumento clássico da inadequação da oferta à procura de trabalho, que atravessou as várias correntes teóricas, mantém ainda a sua actualidade. Continuam-se a detectar desfasamentos entre a oferta e a procura de emprego, dado que permanece a inadequação do perfil de qualificações, a degradação das condições de empregabilidade dos trabalhadores, o desprestígio de certas profissões e actividades profissionais, entre outros factores.

Não nos podemos esquecer que o desemprego se manifesta de maneira selectiva face aos assalariados de baixo nível de qualificação ou de idades mais avançadas. Isto deve-se certamente à máquina que substituiu e continua a substituir o homem nas tarefas mais rotineiras, à concorrência dos países de mão-de-obra com baixos salários. Porém, também, é selectivo em função do sexo dos trabalhadores porque os contextos e as lógicas empresariais replicam a divisão sexual do trabalho doméstico, persistindo práticas discriminatórias nos quotidianos de trabalho entre homens e mulheres (Marques, Silva e Veiga, 2006). Apesar das importantes transformações dos sistemas tecno-organizacionais registadas nas últimas décadas do século XX, a força dos estereótipos e das representações de género está na base da maior vulnerabilidade das mulheres ao desemprego, da manutenção de uma segregação ocupacional e hierárquica em certos sectores de actividade ou funções de desigualdades salariais e de carreira profissional (por exemplo, nas áreas tecnológica e informática e nas posições de chefia “masculinizadas” *versus* no sector têxtil e nas tarefas de execução “feminizadas”).

A selectividade do mercado de trabalho não pode ser, também, dissociada das especificidades económicas, políticas, sociais, regionais e internacionais. Dos desequilíbrios e dinâmicas geo-políticas emergem outras lógicas de selectividade para explicarem as estratégias de deslocalização de empresas e que configuram uma “nova” divisão internacional do trabalho. Esta tende a estruturar-se em torno de quatro pilares de produtores: 1) de alto valor acrescentado baseado no trabalho informacional

²¹ A relação tecnologia e desemprego constitui um tema recorrente na literatura da especialidade, acompanhado de alguma polémica quanto às suas consequências previstas e/ou desejáveis. Para todos os efeitos, é importante notar o crescente declínio dos empregos de natureza industrial e, correlativamente, o aumento dos do sector terciário, bem como, a transformação da estrutura das profissões, com diminuição acentuada de profissionais pouco e não qualificados face à procura dos profissionais qualificados e quadros técnicos e superiores.

(I&D); *ii*) de grandes volumes baseados em baixos custos de trabalho; *iii*) de matéria-prima, baseados em recursos humanos/naturais; *iv*) e dos que “disponibilizam” trabalho baseado numa mão-de-obra intensiva, em regra, desqualificada e desvalorizada.

É sobretudo este carácter segregacionista do mercado de trabalho, em particular do desemprego, afectando mais umas categorias sociais do que outras, que tem suscitado a apresentação de propostas para a sua solução que podem ser agrupadas em três conjuntos (Aznar, 1998). A primeira estratégia consiste em aumentar a oferta de trabalho, ou seja, em aumentar o volume de emprego. Neste cenário, privilegia-se o aumento do crescimento económico para que o volume de emprego cresça proporcionalmente. Esta estratégia dominante é posta em causa pela evidência dos seus próprios limites: o crescimento económico por si só não pode resolver o problema do desemprego, pois ele não é ilimitado e é menos rápido que o movimento de destruição de empregos. Trata-se de uma solução económica clássica para um problema que sofreu uma mutação mais complexa e mais vasta.

A segunda estratégia visa responder à própria existência de desemprego, sendo para tal necessário repartir o emprego disponível de maneira equitativa e harmoniosa. As propostas vão no sentido de “redistribuir o emprego”, de “partilhar o trabalho” ou, ainda, de “reduzir a duração do trabalho”. Estas soluções desenvolvem-se actualmente em muitos países, assumindo formas diversificadas. Porém, qualquer que seja a forma, o problema de base é sempre o mesmo: Quem paga? O assalariado? A empresa? A colectividade? Ou seja, o princípio de redistribuição do trabalho implica uma questão incontornável que é de pôr em prática novos modos de redistribuição do dinheiro, isto é, das riquezas colectivas produzidas cada vez mais com menos trabalho.

A terceira estratégia, em curso de “experimentação”, procura criar emprego fora do sector clássico e habitual de emprego. É o caso dos empregos de serviço às pessoas, onde o empregador não é mais a empresa, mas todo um sector de actividades que converge para uma *economia social* (e.g. ajudas domésticas, serviços de vocação social, apoio domiciliário). Num sentido largo e prospectivo, esta ideia é mais ambiciosa: consiste em tentar criar um novo tipo de empresa, associativa, ao nível local, podendo produzir um novo tipo de actividades com função de utilidade social, susceptível de propor empregos alternativos acompanhados por um salário e *status* adequados.

Face à conjugação destas três medidas, a resolução da crise do desemprego obriga a

novas configurações sociais (diferentes das do passado), já que o emprego em si mesmo está profundamente transformado na sua prática, no seu estatuto e no tipo de relações com a empresa. Sabe-se que as transformações estruturais na natureza do capital e na produção, que caracterizam esta nova fase de desenvolvimento do capitalismo, parecem inaugurar uma *reconversão ideológica* para legitimar o modelo actual de mundialização do mercado de capitais, de tecnologia e produtos, da força de trabalho. Tal reconversão ideológica assenta no esbatimento progressivo, de forma objectiva e subtil, das conquistas sociais dos trabalhadores nas últimas décadas. De forma objectiva, trata-se das alterações no *corpus* legal de direitos reconhecidos em relação ao trabalho e nas obrigações do Estado face aos trabalhadores. De forma subtil, trata-se da destruição de *culturas de trabalho* que os diversos colectivos modelaram como resultado de experiências em processos de trabalhos específicos com base em relações concretas de produção.

Neste sentido, a fragmentação dos colectivos de trabalho e a sua crescente incerteza do ponto de vista económico e social reflectem a instalação” na precariedade de muitos dos actuais assalariados. A este propósito, Paugam (2000: 14) sistematiza uma proposta de tipificação de posições ou situações que caracteriza os trabalhadores consoante a sua relação como a norma do emprego estável, tais como: *i*) os titulares de um emprego estável, sem que corram o risco de o perderem nos próximos anos (emprego estável não ameaçado); *ii*) os titulares de um emprego ocupado há mais de um ano, mas que podem vir a perdê-lo nos próximos anos (emprego estável ameaçado); *iii*) os que mudaram de emprego ou que conheceram um período de desemprego ao longo do ano precedente e que têm presentemente um emprego precário, podendo vir a perdê-lo num futuro próximo (emprego instável); *iv*) os desempregados há menos de dois anos; *v*) os desempregados há mais de dois anos (desempregados de muito longa duração).

Veremos, no ponto seguinte, como muitas das actuais lógicas selectivas dos mercados de trabalho encontram os seus fundamentos nas modalidades de funcionamento das estruturas sociais, muito em particular, das estruturas produtivas. No nosso estudo, estas permanecem pouco diversificadas do ponto de vista da actividade secundária, patente na presença esmagadora das indústrias têxteis, confecções e vestuário, do calçado, de cortiça e de alimentação na região Norte. Ora, no contexto da globalização a que Portugal não escapa, são particularmente graves os problemas de competitividade deste sector económico devido à conjuntura de liberalização à escala global das economias nacionais.

2. Retratos estatísticos do mercado de trabalho

Após a revisão crítica dos principais contributos desenvolvidos sobre a temática do mercado de trabalho, bem como da “invenção” do desemprego que hoje reclama um enfoque multidimensional na sua análise, neste ponto iremos nos centrar na dimensão extensiva e quantitativa dos fenómenos relacionados com emprego e desemprego. Para tal, serão utilizadas fontes estatísticas oficiais²² para uma análise das variações destes fenómenos ao longo do tempo, destacando-se, igualmente, algumas das suas especificidades em função dos Concelhos em estudo.

2.1. Emprego vs desemprego em Portugal

Segundo os dados mais recentes disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) relativos ao emprego, estes revelam que a taxa de actividade da população activa (15 e mais anos), no 4º trimestre de 2007, foi de 62,7%. A sua distribuição por sexo apresenta uma ligeira evolução da taxa de actividade para ambos os sexos, verificando-se que a taxa de actividade das mulheres em idade activa foi de 56,4% e a dos homens foi de 69,5%. Trata-se de uma importante participação das mulheres no mundo de trabalho, dado que Portugal continua a se apresentar como um país com uma das taxas mais elevadas no contexto dos países europeus.

Do total da população empregada, a maior parte pertence à faixa etária dos 45 aos 64 anos, seguido do grupo dos 25 aos 34 anos. No que respeita ao nível de escolaridade, a maioria detém habilitações até ao Ensino Básico – 3º ciclo. Portanto, trata-se de uma população activa a aproximar-se vertiginosamente de um envelhecimento progressivo, tal como acontece na maioria dos países comunitários, embora tenda a não conseguir superar os baixos níveis de qualificação escolar. Aqui, Portugal permanece, ainda, muito longe dos níveis de qualificação mais elevados no quadro dos países da União Europeia (UE-27), em particular na percentagem da população adulta (25 a 64 anos)

²² A análise do desemprego através do recurso a estatísticas não se encontra isenta de dificuldades prévias que têm que ver com a metodologia usada e os critérios seguidos. Como delimitar e definir o desemprego? Como sabemos, a taxa de desemprego representa a percentagem do número de desempregados sobre a população activa. A polémica quanto à designação de desempregado reside no facto do aparelho estatístico não ser completamente fiável e perfeito: não nos dá o número de trabalhadores desencorajados que saíram da população activa sem perspectivas de emprego ou aqueles que, pelas mesmas razões, decidem não entrar, bem como, o número de pessoas que se encontram no subemprego ou emprego oculto (Rodrigues, 1988). Seguindo de perto a definição apresentada pelo BIT que permite comparações internacionais, os desempregados são definidos como activos desocupados e que preenchem 4 requisitos: 1) estar em idade de trabalhar; 2) estar sem emprego remunerado; 3) estar disponível para trabalhar o mais depressa possível; 4) procurar activamente um emprego remunerado.

que detém o secundário completo: 70,8% contra 27,5%, respectivamente (Eurostat, 2007)²³

Por sector de actividade, conclui-se que os serviços continuam a constituir o principal sector criador de emprego nos últimos anos, em especial nas actividades imobiliárias, nos serviços prestados às empresas e no alojamento e restauração. Quanto ao sector da indústria, construção, energia e água, mesmo registando uma diminuição da sua capacidade de emprego, comparativamente àquele sector, permanece como o segundo grande “fornecedor” de emprego. Por último, regista-se um contributo, ainda que residual, do sector da agricultura, silvicultura e pesca na absorção de mão-de-obra activa.

A relação de trabalho dominante no mercado de trabalho português é caracterizada pela presença de trabalhadores por conta de outrem que representa, segundo as estatísticas de emprego relativas ao último trimestre de 2007 (INE), a maioria da população empregada. Mesmo assim, registou-se um aumento ao nível da presença de trabalhadores por conta própria na situação quer de isolados, quer de empregadores. Verifica-se, ainda, que grande parte da população está empregada a tempo completo, sendo que a percentagem a tempo parcial é inferior quando comparada com a média comunitária (11,3%, contra 18,1%, respectivamente). Apesar de se verificar, ainda, uma estrutura contratual assente em trabalhadores com um contrato de trabalho sem termo, Portugal tem vindo a conhecer um aumento dos vínculos laborais a termo (certo/ incerto) ou de outras modalidades de vínculos (e.g. trabalho temporário, contratos de aprendizagem, bolsas de investigação). A este nível, quando comparada com a média dos 27 Estados-Membros (14,5%), Portugal encontra-se claramente acima, com 22,4% (Eurostat, 2007)²⁴.

De acordo com o relatório anual do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) sobre a situação do mercado de trabalho, em 2007, os Centros de Emprego do Continente receberam 113.251 ofertas de emprego, mais 12.175 ofertas que em 2006²⁵. Desde 2004, as ofertas de emprego têm aumentado, sendo que neste último ano se registou o maior número de ofertas. Os grupos de profissões²⁶ com mais ofertas de emprego continuam a ser, em Dezembro de 2007, compostos por: “pessoal dos serviços, de protecção e segurança”; “outros operários, artífices e trabalhadores similares”; “operários e trabalhadores similares da indústria de extracção e construção

²³ Só Malta apresenta uma percentagem inferior: 26,7% (Eurostat, 2007).

²⁴ Neste contexto, Espanha apresenta a taxa mais elevada (31,7%), seguida da Polónia (28,5%) (Eurostat, 2007).

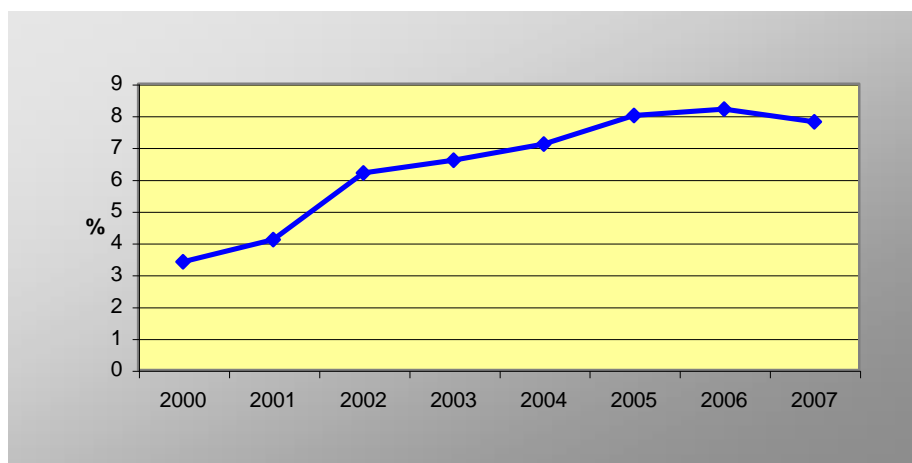
²⁵ Para as ofertas registadas, efectuaram-se 57.479 colocações ao longo de todo o ano, das quais 53.244 foram de desempregados.

²⁶ Segundo a Classificação Nacional das Profissões do INE (CPN-94).

civil”, “trabalhadores da metalúrgica, metalomecânica e similares” e “trabalhadores não qualificados das minas, construção civil e indústria transformadora”. Relativamente às ofertas recebidas ao longo de todo o ano, destaca-se, mais uma vez, as ofertas voltadas para o pessoal dos serviços, protecção e segurança, seguido dos trabalhadores não qualificados das minas, construção civil, indústria transformadora e dos trabalhadores dos serviços e do comércio. Os grupos de profissões com menos ofertas durante o ano de 2007 incidem nos agricultores e pescadores e nos quadros superiores da administração pública e directores e gerentes de pequenas empresas.

Olhando para a evolução do desemprego, a situação portuguesa regista um agravamento contínuo nos últimos anos. Com efeito, apesar do aumento da taxa de actividade e da população empregada, a verdade é que a taxa de desemprego tem vindo a subir desde 2000. Se se pensava que, nesta altura, tínhamos atingido o “pleno emprego” (com uma taxa de desemprego média anual abaixo dos 4%), a partir de 2001 os números inverteram-se. O gráfico nº 1 mostra-nos a evolução da taxa de desemprego em Portugal, comparando o último trimestre de cada ano (2000-2007).

**Gráfico 1 - Evolução do Desemprego em Portugal
(4º Trimestre 2000-2007)**

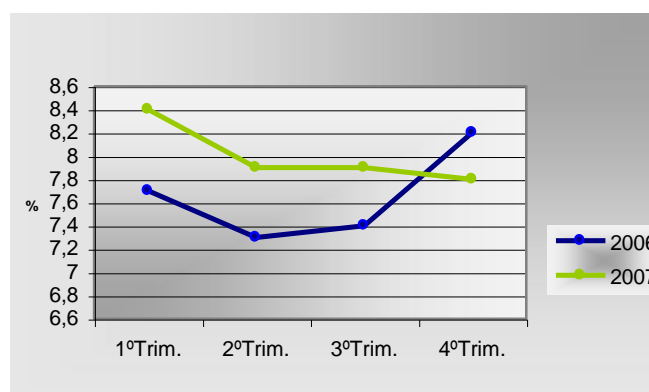


Fonte: INE

Através da sua análise, verifica-se uma contínua subida da taxa de desemprego desde 2001 até 2006. Em 2005, o desemprego atingiu valores históricos. Foi a primeira vez, desde 1998, que a taxa de desemprego ultrapassou a barreira dos 400 mil desempregados, tendo aumentando 80% nos últimos quatro anos, e só registou uma taxa semelhante há nove anos. Em finais de 2006, a situação agravou-se, sendo que a percentagem de desempregados aumentou até aos 8,2%.

Observando o gráfico nº 2, é possível registar a evolução do desemprego ao longo dos últimos dois anos. Assim, numa primeira leitura, verifica-se que os números do desemprego foram maiores nos três primeiros trimestres de 2007. No entanto, a taxa de desemprego do 4º trimestre de 2006 foi maior que a de 2007, no mesmo período. É de salientar também que a maior taxa de desemprego registada aconteceu no 1º trimestre de 2007, cujo valor ascendeu aos 8,4%.

Gráfico 2 - Evolução do desemprego 2006-2007



Fonte: INE

Os dados mais recentemente divulgados pelo INE, referentes ao último trimestre de 2007, apontam para uma taxa de desemprego de 7,8%, o que corresponde a 439.500 desempregados, menos 4,2% face ao trimestre homólogo e 1,1% relativamente ao trimestre anterior. No entanto, segundo o IEFP, no final do mês de Dezembro estavam inscritos como desempregados 390.280 indivíduos²⁷, sendo que a maior parte procurava um novo emprego. Os motivos de inscrição mais relevantes prendem-se: com o fim do trabalho não permanente (36,5%); com “outros”²⁸ motivos (22,2% referem); com o facto de terem sido despedidos (14,8%). O desemprego de curta duração (inferior a 1 ano) é mais visível que o de longa duração, 58,4% e 41,6%, respectivamente, embora este último tenha vindo a aumentar²⁹. Verifica-se, igualmente, um desajuste entre as ofertas de emprego e as colocações, pois para 6.625 ofertas de emprego registadas ao longo do mês de Dezembro de 2007, apenas

²⁷ O IEFP e o INE seguem métodos diferentes no cálculo da taxa de desemprego, pelo que os resultados a que chegam são, muitas vezes, distintos. Os valores do IEFP correspondem apenas às pessoas que livremente se inscrevem num Centro de Emprego, deixando de fora quem não toma essa iniciativa, apesar de se poder encontrar desempregado. Por outro lado, muitas pessoas que, entretanto, arranjam emprego não comunicam ao Centro de Emprego, continuando, assim, registados como desempregados. Os dados divulgados pelo INE baseiam-se na aplicação de um inquérito a uma amostra populacional. Estas situações acabam por “enviesar” os resultados, daí que, todos os dados divulgados nesta pesquisa sejam apenas estimativas que se aproximam mais ou menos da realidade.

²⁸ Infelizmente, não dispomos de informação suficiente que nos permita avançar com os critérios que presidem à inclusão de candidatos a um emprego na categoria “outros”. Face ao peso significativo da mesma, seria importante aprofundar, em investigações futuras, o conteúdo desta informação.

²⁹ Os dados divulgados pelo INE revelam o contrário, ou seja, no último trimestre de 2007, o desemprego de longa duração sobrepõe-se ao desemprego de curta duração (214.700 indivíduos contra 162.009 indivíduos inscritos no IEFP).

foram colocadas 3.504 pessoas, o que nos faz questionar sobre a causa do excedente de vagas que fica por preencher. Na verdade, as vagas que ficam por preencher podem estar relacionadas com o facto de a pessoa ter encontrado, entretanto, trabalho ou não existirem desempregados inscritos no Centro de Emprego com um perfil adequado às ofertas devido, por exemplo, à qualificação escolar exigida pelas empresas. Porém, sabe-se também que na base daquele excedente de vagas de ofertas de emprego poderá estar a recusa, por parte dos inscritos, por razões salariais, localização do eventual emprego e expectativa de vida associada³⁰. Com efeito, a estrutura do emprego por profissões revela-nos, por ordem decrescente, os grupos onde se regista mais desemprego, nomeadamente: trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio; pessoal dos serviços, de protecção e segurança; empregados de escritório; trabalhadores não qualificados das minas, construção civil e indústria transformadora; manequins, vendedores e demonstradores.

Analisando o desemprego por sexo, de acordo com os dados do INE, as mulheres continuam a ser as mais penalizadas. A taxa de desemprego das mulheres chega aos 9,6% no 4º trimestre de 2007, contra uma taxa de 6,2% para os homens. Relativamente ao grupo etário regista-se, por um lado, a elevada percentagem de desemprego junto dos jovens dos 15 aos 24 anos (16,6%) e, por outro, uma maior variação da população desempregada no 4º trimestre de 2007 face ao trimestre homólogo de 2006, nas faixas etárias dos que têm 45 e mais anos (7,1%, respectivamente) (INE, 2007).

Por sua vez, um dos entraves à entrada no mercado de trabalho é o baixo nível de habilitações escolares dos portugueses. Os indivíduos com um nível de ensino inferior ao secundário (ensino básico ou sem qualquer grau de ensino) são os mais afectados pelo desemprego. Mas, actualmente, o desemprego tem incidido, ainda que de forma menos duradoira, nos mais letrados, nomeadamente, aqueles que possuem o ensino secundário e o ensino superior³¹.

Portanto, não só o desemprego feminino em Portugal tende a permanecer superior relativamente ao desemprego masculino, como se regista uma tendência para se aumentar o desemprego junto de grupos etários jovens com maiores níveis de qualificação escolar. Estes dois traços relativos à evolução da estrutura do

³⁰ Apesar de não se apresentar como objecto de estudo, será relevante perspectivar futuras investigações que nos permitam dar conta deste persistente desfasamento entre as ofertas e as recusas de emprego. Além de se compreender que o que está aqui em causa será, em certa medida, o perfil das ofertas que se circunscreve, ainda, maioritariamente em postos de trabalho pouco qualificados e o perfil dos candidatos inscritos. Esta tendência foi, igualmente, confirmada num outro estudo realizado no âmbito de um estágio curricular em Sociologia (Codeço, 2006).

³¹ Note-se que o número de licenciados desempregados tem aumentado de forma vertiginosa: de 40.600 licenciados desempregados, no 2º trimestre de 2006, subiu para 65.600, no 4º trimestre de 2007 (INE, 2008).

desemprego merecem particular atenção, já que se apresentam ilustrativos de uma das principais fragilidades do mercado de trabalho português, como veremos.

Porém, a acrescentar àquelas tendências, importa referir, igualmente, o comportamento do desemprego em termos da sua distribuição regional. Assim, por regiões NUTS II, é a região Norte que mantém a taxa de desemprego mais elevada (9,1%). Seguem-se as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Alentejo, com 8,4% e 7,8%, respectivamente. Os valores mais baixos foram observados na Região Autónoma dos Açores (4,9%) e na região Centro (5,7%).

Se analisarmos o desemprego registado segundo as regiões por nacionalidade dos desempregados, verificamos que a região de Lisboa e Vale do Tejo é a que detém maior número de imigrantes desempregados provenientes dos países da União Europeia, Europa de Leste, África e América do Sul. O maior número de imigrantes desempregados tem nacionalidade africana, sendo a maioria cabo-verdiana e angolana; seguida das nacionalidades brasileira e ucraniana. Em termos de imigrantes provenientes dos países da União Europeia, destacam-se os desempregados romenos e espanhóis. Estas informações são reveladoras das transformações recentes da composição da mão-de-obra no espaço nacional pela incorporação crescente de imigrantes, seguindo, de resto uma tendência comum a muitos outros países europeus.

No contexto dos 27 Estados-Membros, os dados do Eurostat³² revelam que, em 2007, Portugal ocupava o 5º lugar, com uma taxa de desemprego de 8%. É de salientar que, em Julho de 2006 (UE-25), Portugal ocupava o 10º lugar, com uma taxa de desemprego de 7,7%. A Eslováquia e a Polónia destacam-se com os valores mais altos de desemprego, cujas taxas ascendem aos 11,3% e 9,6%, respectivamente. Seguem-se a França e a Espanha, ambos com 8,3% de desempregados. A Holanda (3,2%), a Dinamarca (3,7%) e o Chipre (3,9%) apresentam as taxas mais baixas de desemprego. Por outro lado, são as mulheres (7,8%) e os jovens com menos de 25 anos que se têm apresentado como os dois grupos mais vulneráveis ao desemprego (15,3%), para além dos trabalhadores que apresentam baixos níveis de qualificação escolar e profissional.

O peso do desemprego de longa duração em termos médios, em 2007, ronda os 3%, sendo que Portugal apresenta uma taxa ligeiramente superior (3,8%), só superada

³² Estão incluídos nesta contagem as pessoas da faixa etária dos 15 e os 74 anos e que, tendo como base a semana de referência (aplicação do inquérito pelo Eurostat), apresentam os seguintes traços: não se encontram a trabalhar; estão disponíveis para trabalharem, ou seja, para aceitarem emprego ou auto-emprego nos próximos quinze dias; procuram activamente o emprego, tendo tido algumas iniciativas de procura de emprego ao longo do último mês.

pela Alemanha (4,5%), Grécia (4,1%) e Bulgária (4%). Nesta situação de desemprego encontram-se, particularmente, as mulheres, os trabalhadores com défices de habilitações e qualificações, bem como os trabalhadores de escalões etários intermédios (pessoas com idades a partir dos 40 anos e acima dos 55 anos).

Perante este quadro relativo ao desemprego e à sua representatividade na União Europeia, poder-se-á argumentar que Portugal apresenta claros sinais de um país com debilidades económicas que podem despoletar, mais cedo ou mais tarde, graves crises sociais. Neste contexto acrescem inúmeras causas que contribuem para esta situação e que se prendem com as próprias características do mercado de trabalho português.

2.2. Fragilidades do mercado de trabalho português

A situação do mercado de trabalho português a que se chegou em matéria de desemprego está associada, por um lado, às crescentes deslocalizações das empresas nacionais e estrangeiras (multinacionais) para países onde a mão-de-obra é mais barata e qualificada, principalmente para os países de Leste (e.g. Turquia, Eslováquia, Roménia, Polónia). Com efeito, Portugal ocupa o 3º lugar dos países da União Europeia mais afectados pelas deslocalizações³³. Igualmente, é de se referir o impacto da globalização do comércio mundial, nomeadamente no caso dos têxteis, pois as empresas que não se modernizaram em termos tecnológicos e organizacionais, defrontam-se, actualmente, com a concorrência da China. Por sua vez, em Portugal persistem debilidades estruturais complexas que justificam, de certo modo, as altas taxas de desemprego. Tendo em conta as informações estatísticas disponibilizadas, é-nos possível avançar com os seguintes traços que estruturam o mercado de trabalho português.

▪ Baixos níveis de qualificação e formação

Como vimos, os baixos níveis de qualificação escolar e profissional, bem como de formação profissional, constituem uma das maiores fragilidades do mercado de trabalho português. Portugal continua a ser o país da União Europeia a apresentar, por um lado, um dos mais baixos níveis de habilitação escolar e, por outro, uma reduzida participação em programas de educação e formação ao longo da vida. Em 2007, a

³³ De acordo com uma pesquisa da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho, em 2005 perderam-se mais de 100 postos de trabalho, nas seguintes empresas: Indesit, Philips, Yasaki Saltano, Sumol, José Dias Carneiro, Vodrages – Tecidos e Fios, Kaz Ibérica, Confecções Pacheco, Sociedade de Fabricantes, Alcoa, Vissuto, entre outras.

taxa de formação ao longo da vida em Portugal rondava os 4,4%, enquanto a média da UE-27 se centrava nos 9,5%³⁴. Só abaixo de Portugal, à excepção da Grécia (2,1%), encontram-se, sobretudo, os países de Leste que entraram em 2004 com o alargamento da União Europeia. Todos os outros Estados-Membros apresentam taxas superiores de formação ao longo da vida, em especial Dinamarca, Holanda, Áustria e Espanha.

A falta de qualificação ou formação deficiente poderá explicar a maior vulnerabilidade dos trabalhadores “atirados” para o desemprego na faixa etária dos 40 aos 50 anos. De facto, a maior parte dos empregados/desempregados, especialmente os mais velhos, tem baixos níveis de escolaridade (ensino básico ou 2º e 3º ciclos) e possui qualificações profissionais, em regra, obsoletas face às exigências dos actuais perfis de emprego. Assim, numa situação de desemprego, os indivíduos podem ter bastante experiência do trabalho fruto de muitos anos de trabalho, mas tendem a apresentar dificuldades de adaptação a outra actividade devido à baixa escolaridade e à falta de cultura de formação profissional. Consequentemente, as suas capacidades tornar-se-ão incompatíveis com os níveis de desenvolvimento tecnológico, bem como com a aceleração das reestruturações produtivas.

▪ **Abandono escolar precoce**

Associado às baixas habilitações escolares, salienta-se o facto de se verificar, em Portugal, uma forte taxa de abandono escolar prematuro. Em 2007, segundo o inquérito às forças de trabalho, realizado pelo Eurostat³⁵, 36,3% dos jovens portugueses, com idades entre 18 a 24 anos de idade, tinham abandonado prematuramente a escola, sendo a maior percentagem em toda a UE-27, apenas seguida de perto por Espanha (31%)³⁶.

Ora, a gestão do crescimento e desenvolvimento dos sistemas educativos no sentido de melhorar o acesso, aumentar a qualidade e fomentar a relação custo/eficiência coloca desafios difíceis e os países terão de encontrar formas de os abordar. Perante a sociedade do conhecimento e a instauração de uma cidadania capaz, altamente qualificada e inovadora, é crucial assegurar que os jovens atinjam níveis progressivos

³⁴ A formação ao longo da vida recobre as pessoas activas na faixa etária dos 25 aos 64 anos que frequentam/frequentaram algum nível de educação ou formação profissional nas últimas quatro semanas de referência (aplicação do inquérito pelo Eurostat).

³⁵ Para Eurostat são considerados jovens que abandonam precocemente a escola os que têm idades compreendidas entre 18 a 24 anos, possuem um nível de habilitação inferior ao secundário e não se encontram a frequentar nenhuma formação escolar ou profissional.

³⁶ Malta é o país da EU-27 que apresenta a taxa mais elevada de abandono escolar precoce, com 37,5% (Eurostat, 2007).

de participação educativa, incluindo o ensino superior (OCDE, 2008). Só assim se poderá reverter os efeitos de um abandono precoce que se traduzirá, a médio prazo, numa polarização da sociedade de informação que se alicerça na exclusão de muitos jovens que não podem custear a sua educação.

▪ **Práticas de discriminação de género**

Além de apresentarem taxas de emprego e desemprego desfavoráveis, as mulheres têm actividades com baixos salários, enfrentando significativas desigualdades salariais. Estas constituírem um dos grupos sociais mais afectados pelo desemprego de longa duração, a par dos trabalhadores mais idosos, das minorias étnicas, dos deficientes e de outros grupos socialmente desfavorecidos.

Com efeito, são vários os estudos nacionais e internacionais que têm vindo a demonstrar a persistência de uma relação de maior vulnerabilidade das mulheres, quando comparadas com os homens, no contexto do trabalho e da conciliação da vida familiar/privada (Marques, Silva e Veloso, 2006). Assim, para além da maior taxa de desemprego, como vimos, as mulheres tendem a apresentar uma relação mais precária do seu vínculo laboral, uma tendência para auferirem salários mais baixos para os mesmos níveis de qualificação; uma menor representatividade nos cargos de chefia, persistindo uma segregação ocupacional (horizontal e vertical) e, por fim, uma projecção de menores possibilidades de promoção numa carreira “masculinizada” - o efeito do *tecto de vidro* (Santos, 2006)

▪ **Dificuldades de transição para a vida activa**

Na maior parte dos países europeus, incluindo Portugal, registou-se um aumento de jovens diplomados pelo Ensino Superior até final da década de noventa e ao longo da 1ª década do séc. XXI (apesar de ligeiras oscilações em 2003 e 2004). A par de uma diversificação do leque de oferta de cursos e graus (1º, 2º e 3º ciclos, cursos de especialização, cursos de formação avançada) mantém-se a tendência de feminização do ensino superior português, em geral (55,2%) e a sua progressiva relevância nas áreas tradicionalmente masculinas, tais como “ciência, matemática e informática” (49,5%, contra 37,2% na UE-27) e “engenharia, produção e construção” (25,7%, contra 24,4% na UE-27) (Eurostat, 2007).

Mesmo assim, é crucial assinalar as actuais insuficiências no domínio da formação avançada, nomeadamente na área da investigação e desenvolvimento, quando comparada com a situação de outros países comunitários. Esta área é, de resto, alvo de atenção particular no actual QREN 2007-2013, disponibilizando-se recursos financeiros para bolsas de formação avançada nas empresas nacionais e internacionais, bem como se visa aumentar o número de diplomados nas áreas das ciências naturais, engenharia e tecnologias.

Considerando o grupo de jovens, cuja taxa de desemprego duplica face ao desemprego total e reflecte as dificuldades de transição para a vida activa, importa realçar o facto de este grupo que não se apresentar internamente homogéneo. Note-se que é entre os jovens que se observa uma alternância entre situações de emprego precário e desemprego que varia em função do nível de qualificações escolares. Apesar de os jovens detentores de licenciatura se encontrarem numa situação relativa mais favorável, quando comparados com os seus colegas com menores qualificações, a verdade é que presentemente são muitos os que enfrentam dificuldades de (re)inserção na vida activa. As modalidades de transição para a vida activa têm vindo a revelar problemas de acesso ao mercado de trabalho, por parte de jovens detentores de níveis de qualificação superior, visíveis na vivência de períodos de inactividade e de desemprego, na maior vulnerabilidade a uma relação estável de emprego (níveis elevados de contratos a termo e em situação de prestação de serviços), na menor correspondência do diploma ao perfil dos empregos disponíveis (Marques, 2007).

▪ **Relevância do emprego sem vínculo permanente**

Hoje, a obtenção de um emprego pode assumir estatutos contratuais diversificados: trabalhador precário (*e.g.* contrato a termo certo/incerto; temporário, prestação de serviços, *part-time*), trabalhador independente, estagiário, bolseiro de investigação. Esta proliferação de vínculos contratuais não permanentes contribui para uma fragmentação estatutária que tem vindo a atingir, nos últimos anos do século XX, grupos diversificados de trabalhadores.

Com efeito, esta prática de flexibilização laboral, sobretudo quantitativa, configura-se como a principal estratégia seguida pelas empresas no sentido de responder às exigências de globalização e competitividade das economias. Acredita-se que através de mercados de trabalho flexíveis, com soluções legislativas no sentido de regulamentar estas formas de emprego, as empresas se tornam competitivas e se adaptam às novas realidades económicas. Esta “flexissegurança” emerge como

solução de controlo e, até mesmo, de minimização dos riscos sociais resultantes da instabilidade laboral. Não iremos entrar neste debate, apenas referiremos que as alterações legislativas não são independentes da concepção de um modelo de Estado Social que se entenda implementar (Pedroso *et al.*, 2005).

▪ **Vulnerabilidade do sector económico**

A estrutura sectorial portuguesa assenta maioritariamente em actividades tradicionais de mão-de-obra intensiva e com baixos níveis de produtividade. Além disso, ainda são muitos os sectores de actividade que assentam a sua estratégia competitiva numa política de baixos salários, revelando, em muitas situações, ausência ou insuficiência de tecnologia avançada, ou baixo grau de disseminação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). O sector agrícola permanece, ainda, relevante na estrutura de emprego, enquanto o sector dos serviços, apesar de uma evolução positiva, mantém uma proporção de emprego abaixo da verificada no seio da União Europeia.

Para esta vulnerabilidade importa ter presente, também, que muitas das empresas micro e pequena dimensão tendem a se apresentar resistentes à inovação e a enfrentarem maiores dificuldades de adaptação e sustentação, recrutando pessoal pouco qualificado ou oferecendo reduzidas possibilidades de formação profissional. No entanto, é relevante reconhecer por parte de alguns segmentos económicos de micro e pequenas empresas (*e.g. software de informação, marketing e design, polímeros*) que se tem vindo a assistir a uma maior dinamização em termos de inovação tecnológica e organizacional.

Por sua vez, nos últimos anos, Portugal não tem sido capaz de aproveitar totalmente os fundos comunitários destinados à qualificação e formação profissional, disponibilizados pela União Europeia. As maiores perdas ocorreram na área abrangida pelo Fundo Social Europeu (FSE) e que se destinavam ao aumento da qualificação dos trabalhadores e empresários, tendo sido imprescindíveis para o aumento de produtividade e competitividade da economia nacional.

Com efeito, ainda constitui uma tendência pesada a presença de empregadores com baixos níveis de qualificação, educação e formação, o que influencia negativamente a evolução do mercado de trabalho, já que deles depende a implementação nas empresas de novas formas de organização do trabalho, as quais podem contribuir para o aumento da produtividade nacional. Esta situação dificultará, assim, uma forte

expansão e uma maior abertura das empresas ao nível da sua função em termos de inovação e uma efectiva sociedade de informação e conhecimento. É certo, porém, que com as gerações de jovens mais qualificados e com o incentivo ao empreendedorismo qualificado no quadro do QREN (2007-2013), será expectável uma transformação ao nível do seu perfil profissional.

2.3. Contextos locais em estudo: Guimarães e Espinho

2.3.1. Concelho de Guimarães

Situado na região do Minho, o concelho de Guimarães pertence ao distrito de Braga e à sub-região do Vale do Ave. Tem como limites fronteiriços, a norte, Póvoa de Lanhoso, a noroeste, Braga, a sudoeste, Santo Tirso, Felgueiras e Vizela, a nascente, Fafe e, a poente, Famalicão.

Possui uma área total de 242,32 km² e é composto por sessenta e nove freguesias. Apresentava, na altura da realização do Censo 2001, 159.576 habitantes³⁷, dos quais 49% pertencem ao sexo masculino e 51% ao sexo feminino. Densamente povoado, o concelho de Guimarães é um dos mais jovens da Europa.

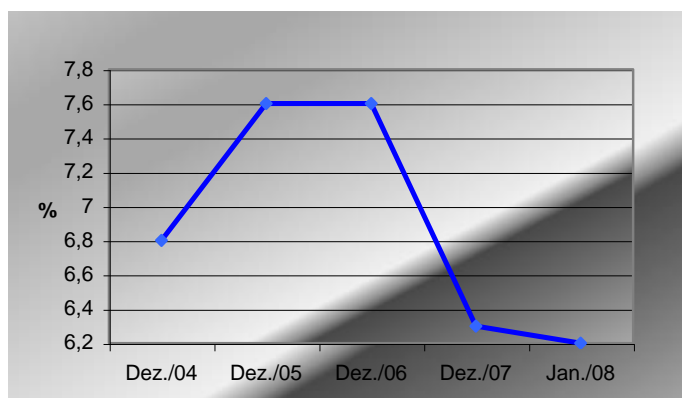
No que respeita ao sector de actividade, o concelho de Guimarães apresenta um perfil de industrialização assente na utilização intensiva de mão-de-obra, sobretudo no sector dos têxteis e confecção. Os sectores primário e terciário, apesar de também relevantes, têm uma participação inferior em relação à média nacional. A mão-de-obra disponível é jovem e com forte participação feminina.

A taxa de actividade no concelho de Guimarães, em 2001, era de 49,6%, tendo subido, desde 1991, apenas em 0,9 pontos percentuais. De igual modo, também a taxa de desemprego aumentou, passando de 6,6%, em 1991, para 7%, em 2001³⁸. Através da análise do gráfico nº 3, é possível fazer uma análise evolutiva do desemprego nos últimos anos. Assim, verifica-se que, em Dezembro de 2004, o desemprego tinha diminuído relativamente a 2001, encontrando-se na casa dos 6,8%. No entanto, em 2005 e 2006, o número de pessoas desempregadas aumentou vertiginosamente no mesmo período do ano: 7,6%. No final do ano de 2007, a taxa de desemprego desceu, tendo atingido os 6,3%.

³⁷ O número de habitantes foi obtido a partir do Censo 2001, podendo, nesta altura, o número ser maior ou menor.

³⁸ Estes valores referem-se aos resultados dos Censos de 1991 e 2001.

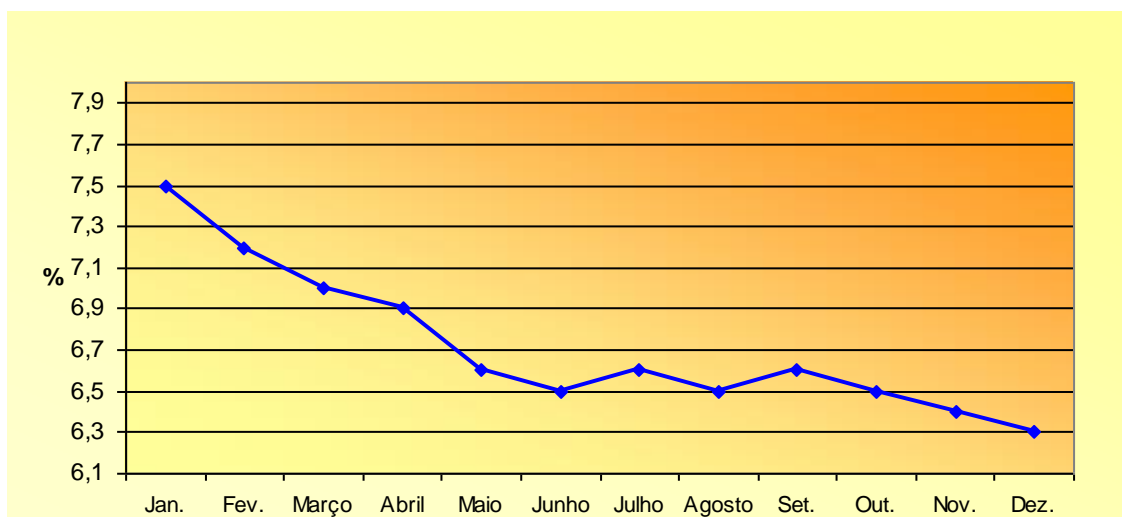
Gráfico 3 - Evolução do desemprego no Concelho de Guimarães 2004-2008



Fonte: IEFP

Durante o ano de 2007, os números do desemprego foram maiores no início do ano, atingido 7,5% dos desempregados. A partir desta altura, o desemprego diminuiu em praticamente todos os meses, tendo-se mantido na casa dos 6%, desde Abril até Dezembro (cf. Gráfico nº 4).

Gráfico 4 – Evolução do desemprego no Concelho de Guimarães no ano 2007



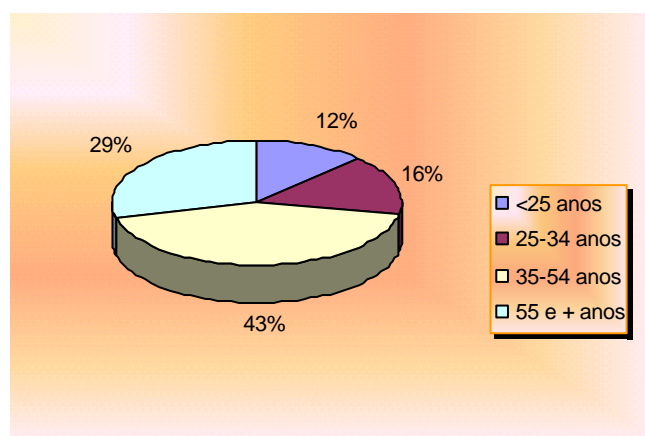
Fonte: IEFP

Os dados mais recentes disponíveis pelo IEFP referem-se a Janeiro de 2008. Assim, do total dos habitantes desempregados, 55% são mulheres e 45% são homens. Mais uma vez, tal com acontece a nível nacional, as mulheres são as mais atingidas pelo desemprego. Em termos gerais, o desemprego feminino foi diminuindo de Janeiro até Maio. Em Junho e Julho aumentou ligeiramente, mas, mesmo assim, o número de

inscristas era menor do que nos primeiros meses do ano. Desde Outubro que o número de mulheres inscristas no centro de emprego diminuiu. No caso dos homens, o desemprego diminuiu de Janeiro a Agosto, tendo subido em Setembro e Outubro. Nos meses seguintes voltou a descer, verificando-se um ligeiro aumento de Dezembro de 2007 a Janeiro de 2008.

A faixa etária mais afectada pelo desemprego no concelho de Guimarães é a dos 35-54 anos (43%), seguida do grupo dos 55 e mais anos, com 29% de desempregados. Com 16% encontram-se as pessoas entre os 25-34 anos. É de se registar a importante percentagem relativa de pessoas com idade mais avançada que terá maior dificuldade em regressarem ao mundo do trabalho (cf. Gráfico nº 5).

Gráfico 5 - Desempregados por grupos etários (Guimarães, Janeiro de 2008)

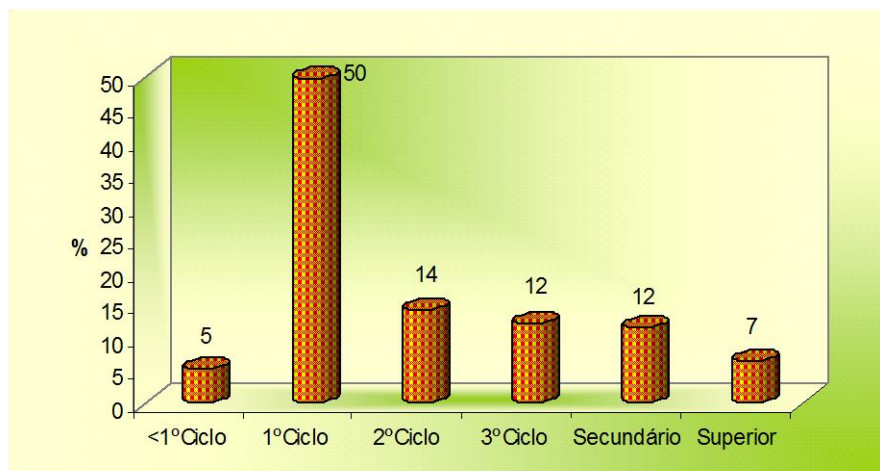


Fonte: IEFP

Analisando o nível de escolaridade dos desempregados do concelho de Guimarães, constatamos que 50% têm o 1º ciclo (cf. Gráfico nº 6). Segue-se o 2º ciclo com 14% de desempregados. A percentagem de pessoas inscristas no Centro de Emprego com o 3º ciclo e ensino secundário é, para ambos os casos, 12%. O nível mais elevado de ensino abrange 7% de desempregados. É de salientar ainda que, segundo informação do IEFP, se regista uma diminuição do número de desempregados sem nenhum nível de ensino³⁹.

³⁹ Em 2005 e, contabilizando apenas os desempregados, 8% não tinham nenhum nível de ensino. Em 2006, este número atinge os 7% e, actualmente, encontra-se na ordem dos 5%..

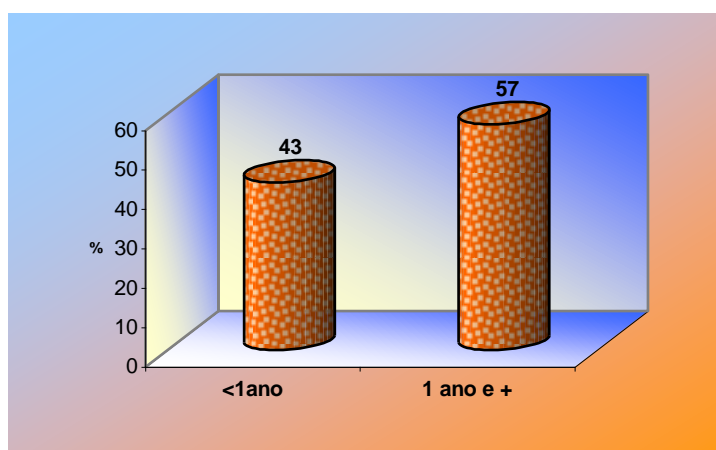
Gráfico 6 – Desempregados segundo o nível de escolaridade (Guimarães, Janeiro de 2008)



Fonte: IEFP

No que respeita ao tempo de inscrição no Centro de Emprego, verifica-se que a maioria (57%) é desempregada de longa duração, sendo que 43% de desempregados estão inscritos há menos de um ano (cf. Gráfico nº 7).

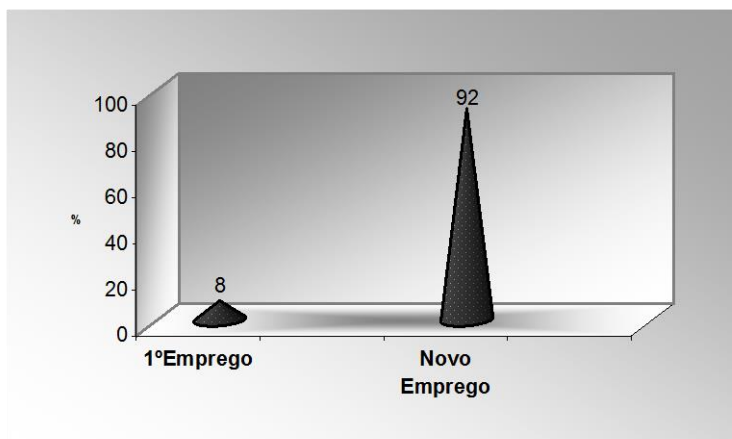
Gráfico 7 – Desempregados por tempo de inscrição (Guimarães, Janeiro de 2008)



Fonte: IEFP

Em relação à “situação face à procura de emprego”, é evidente a procura de um novo emprego por parte de 92% de desempregados. Apenas 8% procuram o 1º emprego (cf. Gráfico nº 8).

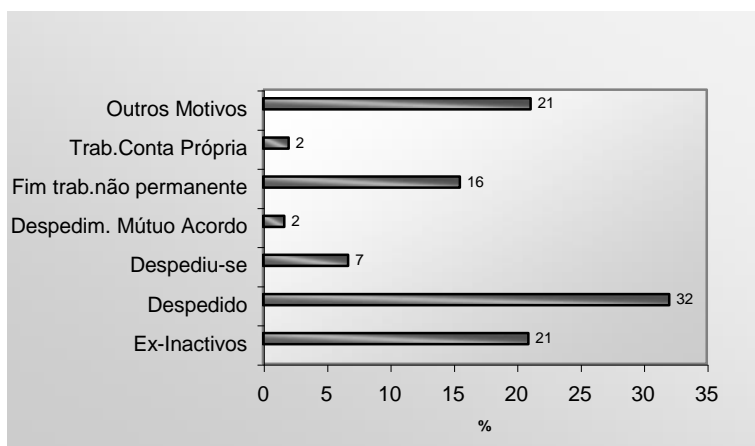
Gráfico 8 – Desempregados segundo a situação face à procura de emprego (Guimarães, Janeiro de 2008)



Fonte: IEFP

Relativamente aos desempregados inscritos ao longo de cada mês, verifica-se que, de Janeiro de 2007 a Janeiro de 2008, foi, sobretudo, nos meses de Setembro e Outubro que se inscreveram mais desempregados, sendo a maioria do sexo feminino (54% contra 46% homens). Ao longo deste período, o Centro de Emprego recebeu 1.876 ofertas de emprego, em média, 144 por mês. No entanto, só foram colocadas 840 pessoas. Apesar de as mulheres terem mais dificuldades de ingressar no mercado de trabalho, a verdade é que, neste caso, foram elas quem mais conseguiram colocação: 61% contra 39% de homens colocados. Os principais motivos que subjazem à inscrição no Centro de Emprego devem-se, em primeiro lugar, ao facto de terem sido despedidos (32%); em segundo, serem ex-inactivos, bem como a “outros” motivos, ambos com idêntica percentagem (21%); e, em terceiro, ao fim de uma relação de trabalho não permanente (16%) (cf. Gráfico nº 9).

Gráfico 9 – Desempregados segundo o motivo de inscrição no Concelho de Guimarães (Janeiro de 2008)



Fonte: IEFP

Após esta análise estatística do desemprego no concelho de Guimarães, podemos concluir que, apesar das suas características, o sector de actividade que mais emprega ou empregava o maior número de pessoas, ou seja, os têxteis e a confecção, tem sido alvo de deslocalizações por parte das empresas do ramo para outros países, nomeadamente, de Leste, onde a mão-de-obra se apresenta mais abundante e, sobretudo, mais barata. Por outro lado, a concorrência dos têxteis com a China tem motivado, também, a crise que se instalou neste campo profissional. Consequentemente, estes factores ajudam a arrastar para o desemprego muita mão-de-obra disponível neste concelho, sobretudo mulheres e pessoas com baixas qualificações que, após vários anos de trabalho, se vêem afastadas do mundo de trabalho.

2.3.2. *Concelho de Espinho*

Localizado no litoral (costa atlântica), na região norte de Portugal, Espinho está limitado, a sul, por Ovar, a norte, por Vila Nova de Gaia, a este, por Santa Maria da Feira e, a Oeste, pelo Oceano Atlântico. Administrativamente, este concelho pertence ao distrito de Aveiro, mas, dada a proximidade da cidade do Porto, integra-se na sua área de desenvolvimento, fazendo parte da área metropolitana do Porto. Tem uma área de 21 Km² e é constituído por cinco freguesias: Anta, Guetim, Espinho, Silvalde e Paramos. Em 2001, o concelho de Espinho apresentava 33.701 habitantes⁴⁰, sendo que 52% pertencem ao sexo feminino e 48% ao sexo masculino.

Quanto ao sector de actividade, predomina o sector terciário representado pelo comércio e turismo. Assim, é um concelho com pouca oferta de emprego, permanecendo apenas alguma pequena indústria nas freguesias do concelho, ligada à confecção, tapeçaria, construção civil, tanoaria, papel, espumas e cortiça. Do sector primário faz parte a pesca e a agricultura, embora sem grande relevo na economia do concelho. A actividade piscatória perdeu alguma importância, não sendo o principal meio de sustento da população. No entanto, prevalecem zonas piscatórias tradicionais. A agricultura praticada nas zonas rurais do concelho é, essencialmente, de subsistência.

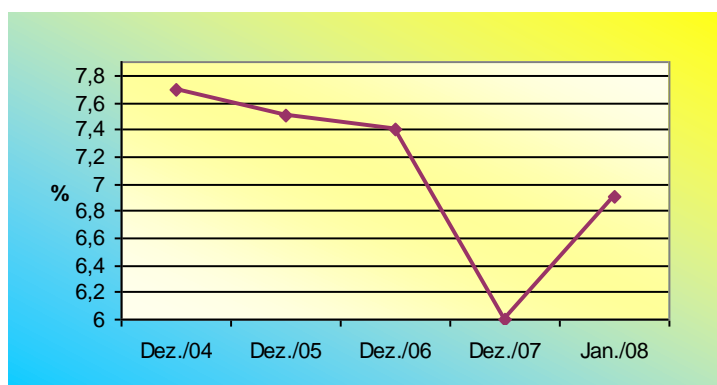
A taxa de actividade no concelho de Espinho correspondia, em 2001, a 53,8%, mais 1,9 pontos percentuais que em 1991⁴¹. Em termos de desemprego, a situação é o espelho daquilo que se passa em Portugal. De 3,6%, em 1991, sobe para 5,3%, em

⁴⁰ O número de habitantes foi obtido a partir dos Censos 2001, podendo, nesta altura, ser maior ou menor.

⁴¹ Estes valores referem-se aos resultados dos Censos de 1991 e 2001.

2001⁴². Tal como podemos verificar no gráfico nº 10, o desemprego atingiu valores dramáticos entre 2004 e 2006. A taxa de desemprego rondou, neste período, os 7%, tendo chegado aos 7,7% em Dezembro de 2004. Em finais de 2007, o número de desempregados desceu para 6%, menos 1,4% que em Dezembro de 2006. Um mês depois, a taxa de desemprego voltou a subir para os 6,8%.

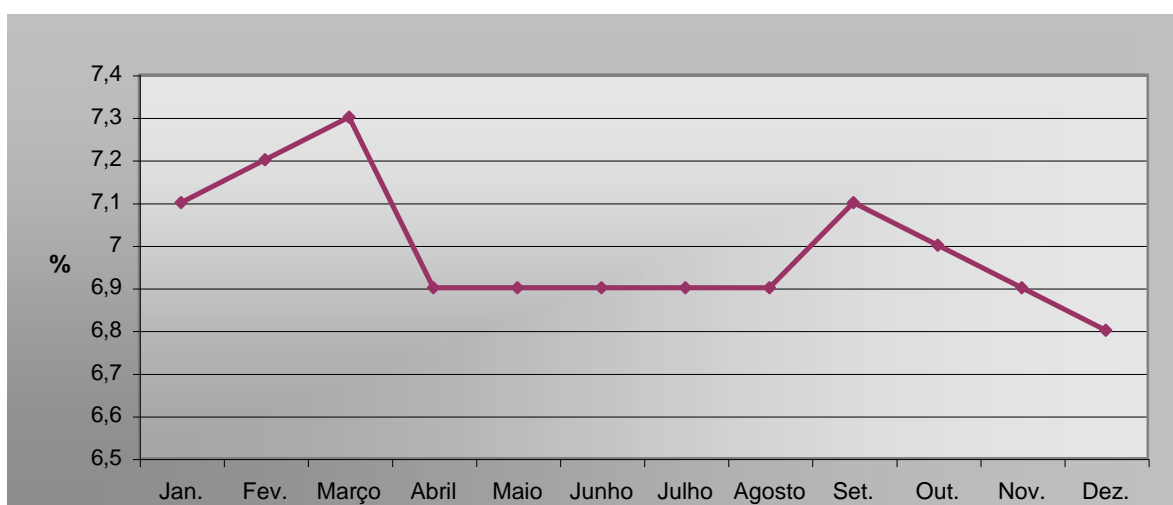
Gráfico 10 - Evolução do Desemprego no Concelho de Espinho 2004-2008



Fonte: IEFP

Embora as estatísticas actuais do IEFP se refiram a Janeiro de 2008, importa analisar o percurso do desemprego no ano de 2007. Assim, o gráfico nº 11 mostra-nos que o mês Março registou o maior número de desempregados. A partir de Abril até Agosto, a população desempregada inscrita no Centro de Emprego manteve-se nos 6,9%. Em Setembro, os números sobem, atingindo os 7,1%, tendo depois diminuído até ao final do ano. Neste momento, uma em cada 16 pessoas encontra-se desempregada⁴³.

Gráfico 11- Evolução do Desemprego no Concelho de Espinho 2007



Fonte: IEFP

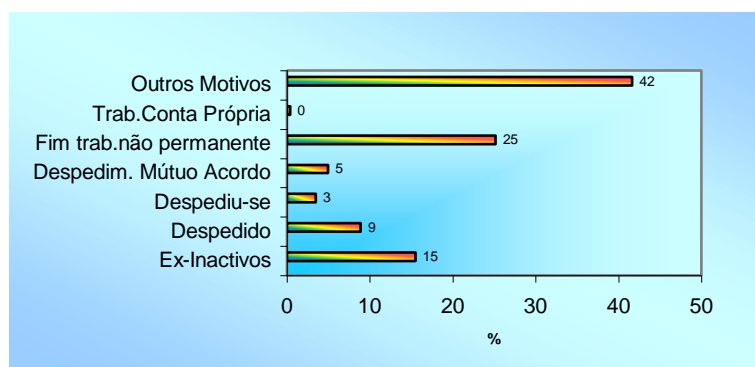
⁴² Valores divulgados pelos Censos de 1991 e 2001.

⁴³ Este resultado resulta do seguinte cálculo: N° total de habitantes/N° de desempregados em Janeiro de 2008.

Se tivermos, agora, em conta as inscrições ao longo de cada mês, verificamos que Março foi o mês onde se registou mais desemprego. Destas, 59% correspondem ao sexo feminino e 41% pertencem ao sexo masculino.

As ofertas recebidas durante este período foram, no total, 129, tendo sido colocadas apenas 85 pessoas. A percentagem de mulheres que conseguiram colocação foi superior à dos homens: 52% contra 48%, respectivamente. A presença do sector de prestação de serviços, em geral, com postos de trabalho com baixos níveis de qualificação, ligado à restauração e ao comércio, poderá ser uma explicação para esta relativa maior absorção de mulheres por parte do mercado de trabalho. Considerando os motivos de inscrição ao longo de cada mês conclui-se que a maior percentagem relativa (42%) fê-lo por “outros motivos”. Em seguida, 25% inscreveram-se no Centro de Emprego fruto de uma ruptura do vínculo contratual de natureza permanente. No quadro dos vários tipos de despedimentos, 15% referiram como motivo de inscrição o facto de serem ex-inactivos e 9% foram despedidos (cf. Gráfico nº 13). Se analisarmos os dados mais recentes, verificamos que, em Janeiro de 2008, a situação não se altera, embora as percentagens dos dois principais motivos acima indicados estejam mais próximas: 36% referem “outros motivos” e 34% o “fim do trabalho não permanente”.

Gráfico 12 - Desempregados por motivo de inscrição no Concelho de Espinho (movimento ao longo de cada mês - 2007)



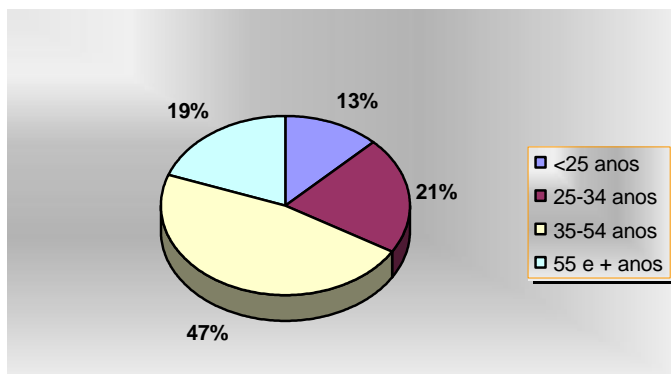
Fonte: IEFP

Relativamente ao género, são mais uma vez as mulheres as mais afectadas pelo desemprego: 57% pertence ao sexo feminino e 43% ao sexo masculino.

Observando o gráfico nº 13, a distribuição do desemprego, por grupo etário, atinge, sobretudo, as pessoas entre os 35-54 anos (47%), o que acaba por ser um grupo com idades complexas para ingressar no mercado de trabalho. Segue-se a faixa etária dos 25-34 anos, com 21% de desempregados. Conclui-se, portanto, que o grupo de pessoas entre os 25 e os 54 anos é o mais afectado, ou seja, os jovens em idade adulta, os adultos e as pessoas de meia-idade são os que mais sofrem com este

flagelo. É de destacar, também, o grupo com 55 e mais anos que, por estar longe de atingir a idade da reforma, tem mais dificuldades em conseguir um emprego. Este grupo corresponde a 19% dos desempregados do concelho de Espinho.

Gráfico 13 - Desempregados por grupos etários (Espinho, Janeiro de 2008)

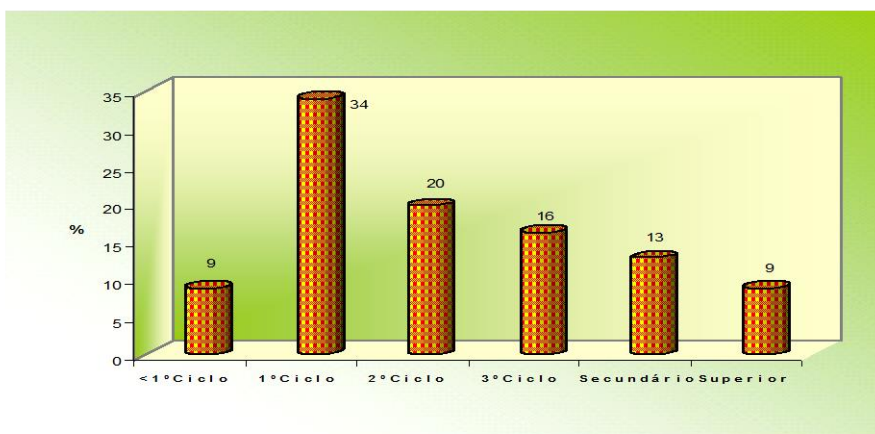


Fonte: IEFP

O nível de instrução constitui um dos factores que mais influencia a entrada no mercado de trabalho, sendo um entrave ou uma mais-valia para quem tem muitas ou poucas habilitações escolares. Com efeito, actualmente, as barreiras, ainda que estejam mais presentes nos indivíduos com menos instrução, também se colocam aos trabalhadores com maiores níveis de qualificação escolar.

No concelho de Espinho predomina uma elevada taxa de analfabetismo, apesar do seu decréscimo na última década: de 9,2%, em 1991, passou para 7,4%, em 2001. Neste momento, 9% dos indivíduos desempregados não têm nenhum nível de ensino. De resto, persistem os baixos níveis de escolaridade: 1º ciclo (34%) e 2º ciclo (20%). É de referir que 9% de desempregados declaram possuir o nível de escolaridade correspondente ao ensino superior.

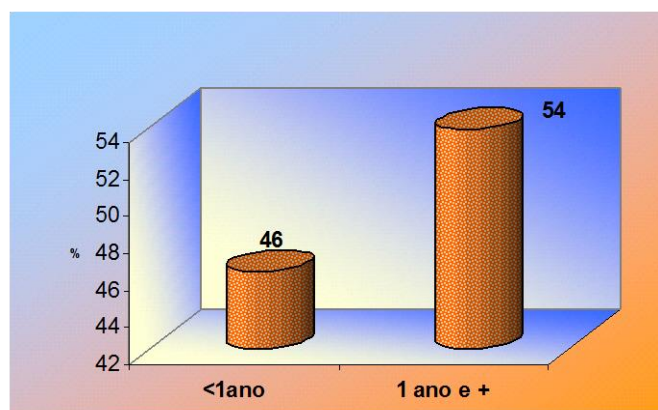
Gráfico 14 – Desempregados por nível de escolaridade (Espinho, Janeiro de 2008)



Fonte: IEFP

Quanto ao tempo de inscrição, tal como se pode verificar no gráfico nº 15, os desempregados inscritos há mais de um ano constituem a maior fatia de desempregados: 54% contra 46% de desempregados inscritos há menos de um ano. O desemprego de longa duração é, pois, evidente no concelho de Espinho, tal como acontece no concelho de Guimarães atrás analisado.

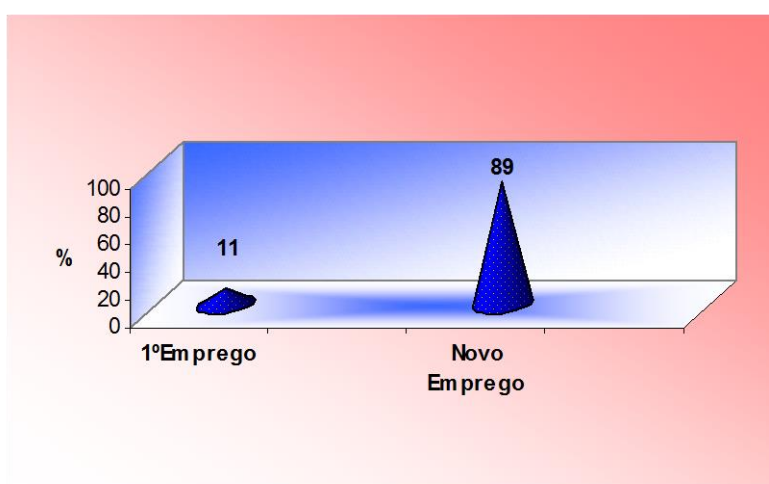
Gráfico 15 – Desempregado por tempo de inscrição (Espinho, Janeiro de 2008)



Fonte: IEFP

No que respeita à “situação face à procura de emprego”, 89% dos desempregados procuram um novo emprego e apenas 11% estão à procura do primeiro emprego (cf. Gráfico nº 16).

Gráfico 16 - Desempregados por situação face à procura de emprego (Espinho Janeiro 2008)



Fonte: IEFP

Os desempregados do concelho de Espinho apresentam determinadas características que acabam por torná-los bastante vulneráveis para conseguir um emprego (baixos

níveis de escolaridade; idade avançada; grande fatia de desemprego feminino, entre outros aspectos). A par desta situação, convém salientar que, dada a reduzida oferta de emprego que o concelho apresenta, grande parte dos trabalhadores ou desempregados trabalha ou trabalhou nas zonas limítrofes do concelho, cuja oferta de trabalho está voltada, essencialmente, para os seguintes sectores de actividade: cortiça, calçado, confecção, metalurgia, papel, entre outros. Ora, alguns destes sectores, nomeadamente a cortiça, o calçado e a confecção, entraram em declínio ou mesmo em ruptura, arrastando para o desemprego muitos dos trabalhadores, incluindo os do concelho de Espinho.

As justificações tendem a ser do mesmo teor atrás expostas sobre o concelho de Guimarães: a deslocalização das multinacionais para outros países onde a mão-de-obra é mais barata; a concorrência com outros países e, por outro lado, a pouca competitividade e progresso tecnológico que o sector produtivo/empresarial português tem apresentado nas últimas décadas, entre outros aspectos.

Trajectórias quebradas: a vivência do desemprego

Nesta *Parte II* apresentaremos algumas das “trajectórias quebradas” resultantes da vivência subjectiva do desemprego de longa duração, por parte de homens e mulheres, que integram grupos sociais diversificados. Assim, iremos começar por expor os critérios que presidiram à realização de histórias de vida, especificando as opções metodológicas adoptadas nesta abordagem de cariz qualitativo. Em seguida, serão apresentados cinco percursos profissionais pautados pela vivência do desemprego de longa duração, ilustrando trajectórias biográficas interrompidas. Estes retratos são expressivos da complexidade dos efeitos ou consequências pessoais e familiares resultantes do desemprego.

1. Enfoque biográfico

Enquanto processo dinâmico que incorpora as condições materiais de existência, os quadros de interacção privilegiados e as representações sociais, o emprego e o desemprego são construções sociais, com fronteiras fluidas e permeáveis às transformações das normas sociais e culturais em determinados momentos das trajectórias biográficas.

A escolha do enfoque biográfico prende-se justamente com a importância de se ilustrar as várias dimensões associadas à experiência social do desemprego, dando particular destaque a situações de desorganização familiar, de baixa auto-estima e motivação e de precariedade económica – beneficiários de Rendimento Mínimo Garantido (RMG), agora designado de Rendimento Social de Inserção (RSI). Trata-se de uma opção metodológica que privilegia a dimensão subjectiva da realidade social e centra-se na “pequena história” do quotidiano vivido pelos actores sociais.

1.1. Opções e cautelas metodológicas

Para além de uma utopia biográfica radicada na perspectiva de que “nada é insignificante” (Passerom, 1990)⁴⁴ ou alimentada pela nostalgia do saber total, a

⁴⁴ Não partilhamos de toda a ideia de que “nada é insignificante” e de que uma narrativa biográfica encerra em si a singularidade histórica irreduzível a qualquer padrão de estruturação social.

metodologia baseada nas entrevistas biográficas ou histórias de vida⁴⁵ permite desenhar um modelo de inteligibilidade baseado no pressuposto de que as acções sociais são também acções de indivíduos, dotadas de subjectividade. Estas permitem esclarecer as estruturas sociais, as condições de vida numa situação sócio-histórica determinada. Assim, as histórias de vida são, no essencial, “histórias práticas” (Bertaux, 1986), sendo antes de tudo a descrição de acções concretas. Tal pressupõe que um indivíduo singular “pode condensar uma grande parte do sentido de um determinado fenómeno” (Juan, 1999: 107).

A concepção de que “as histórias de vida são instrumentos de inquérito em profundidade de tipo não estatístico” (*ibidem*) permite-nos esclarecer o sentido da utilização e o alcance das informações recolhidas por esta técnica⁴⁶. Sem pretender aqui argumentar em torno das críticas endereçadas a este tipo de abordagem metodológica (Bourdieu, 1986)⁴⁷ que, no essencial, consistem em pressupor a significância e a coerência de uma história de vida (Passeron, 1990), importa reafirmar que nenhuma opção metodológica se encontra isenta de limitações ou enviesamentos (Davilla, 1995). A este propósito vale sempre a pena lembrar a posição de Weber a respeito dos limites da investigação em Sociologia: esta é válida para um período e um espaço social determinado, não constituindo “leis gerais” no sentido das ciências ditas exactas. O mesmo nos diz Passeron quando olha para a história das Ciências Sociais constituída por “teorias interpretativas”, por “saberes empírico-relacionais”, por raciocínios que se desenvolvem num “espaço assertivo não popperiano” no sentido que não é regido pela “prova” dos empiristas lógicos (Passeron, 1991).

Não obstante, a abordagem qualitativa, assente no método biográfico, e a abordagem quantitativa requerem um conjunto de opções e cautelas metodológicas que se prende com a especificidade do quadro teórico atrás exposto. Em função dos objectivos e hipóteses de trabalho e do “acesso” ao objecto empírico poder-se-á definir os instrumentos para a investigação em causa, privilegiando uma utilização flexível das

⁴⁵ Nesta investigação que, apesar de se estruturar em torno de uma abordagem *temática* – o desemprego de longa duração –, inclui uma abordagem biográfica, uma vez que recolhe a informação inscrita numa *temporalidade* coincidente com o ciclo de vida dos actores.

⁴⁶ Daí que as histórias de vida não possam ser confundidas com “um inquérito verificatório”, já que não visam nem estabelecer leis, nem provar hipóteses. Esta técnica tem por função, sobretudo, “recolher testemunhos, elucidá-los e descrever acontecimentos vividos” (Poirier *et al.*, 1995: 111). Por sua vez, sabe-se que um dos limites presentes na utilização de questionários uniformizados reside na perda de profundidade ou sensibilidade de muita da informação obtida. Também o risco de se produzir informação irrelevante, por vezes fruto de perguntas que condicionam respostas consensuais por parte dos inquiridos, é uma possibilidade que não pode ser totalmente eliminada (Hill e Hill, 2000).

⁴⁷ Não entraremos aqui nas críticas feitas a esta abordagem pelos especialistas de várias áreas como, por exemplo, Bourdieu que considera as histórias de vida como artefactos, falando em “ilusão biográfica”. Em alternativa, a proposta do autor passa por adoptar o conceito de “trajectória” como uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço, ele próprio em mudança e submetido a incessantes transformações” (1986: 71). Para o seu estudo, Bourdieu e os seus membros de equipa fazem uso de dados biográficos que resultaram de várias fontes e que eles interpretam numa perspectiva dos mecanismos de reprodução social mais correntes.

técnicas existentes. Encontrar as formas de abordagem, heurísticamente mais ajustadas aos campos teórico e empírico, constitui o principal desafio para qualquer investigador.

Nesse sentido, impõe-se *explicitar* todos os pressupostos e condicionamentos registados na *compreensão* do fenómeno em estudo. Estes passam por assumir que a variabilidade dos contextos e resultados obtidos através da realização das entrevistas é constitutiva do objecto de estudo. A permanência do investigador no terreno pressupõe compreender os “acazos” e as “singularidades” dos acontecimentos. Por sua vez, assume-se que a não neutralidade do investigador exija um trabalho complementar de reflexão sobre o seu impacto na construção dos dados, bem como uma transparência de procedimentos de investigação que permita assegurar, de forma pragmática, as condições de reprodução do estudo por outro investigador (e.g. notas de trabalho de campo). Estas maiores exigências de auto-reflexividade, por parte do investigador, a par da riqueza e variedade de dados e fontes possíveis de serem utilizadas, justificam a nossa opção pelo estudo intensivo e aprofundado (Greenwood, 1965) da vivência do desemprego de longa duração. Assim, além da vantagem do aprofundamento da informação, a utilização da entrevista afigurou-se muito importante para se poder identificar os acontecimentos ocorridos *no tempo* da vida de um indivíduo e, sobretudo, conhecer a as *sequências* das ocorrências que, tendo uma certa generalização, constituem a estrutura de um tempo social ou de uma periodização histórica (Passeron, 1991).

Nesta segunda parte da investigação, a nossa opção residiu em tentar abarcar a complexidade e multidimensionalidade do objecto em estudo, em detrimento da possibilidade de extrapolação das conclusões para universos mais vastos. Na verdade, mais do que tentar concretizar a representatividade do ponto de vista estatístico, importa assegurar a representatividade do ponto de vista sociológico, em regra, através da explicitação dos critérios, a seguir expostos.

1.2. Explicitação dos critérios de selecção

A abordagem qualitativa, que pressupõe o método biográfico, não dispensa o desenho de uma investigação que resolva as questões de representatividade, fiabilidade e validade da investigação. Foram critérios de pertinência teórica que presidiram à selecção dos entrevistados (Hamel, Dufor e Fortin, 1993: 30-40; Yin, 1994: 9-31) e de saturação da informação, justificando, assim, o número de entrevistas realizadas (Poirier *et al.*, 1999).

Com efeito, o nosso objectivo era o de tentar abranger não só os grupos sociais tradicionalmente mais expostos ao desemprego, como incluir os que se apresentam, igualmente, vulneráveis na relação com o mercado de trabalho. Estamos a referir, em especial, as mulheres que, não obstante apresentarem elevadas taxas de actividade profissional nas últimas décadas, têm, como se sabe, taxas de desemprego mais elevadas e vínculos contratuais mais precários, quando comparadas com o sexo masculino. Também importa incorporar o segmento populacional mais jovem e mais escolarizado, já que as dificuldades de se inserir e se manter no mercado de trabalho têm vindo a caracterizar as modalidades de entrada na vida activa (Marques, 2006a, 2007; Alves, 2007). Portanto, na selecção dos actores a entrevistar foram pré-estabelecidos os seguintes critérios: *i*) ser desempregado de longa duração (DLD): há mais de um ano⁴⁸; *ii*) integrar diferentes grupos etários (e.g. 25 a 35 anos, 40 a 54 anos, 55 e mais anos); *iii*) contemplar níveis de escolaridade diversos (e.g. inferior ao básico, 12º ano, licenciatura); *iv*) género.

Além destes critérios, foi contemplado um conjunto de informações sobre os indivíduos desempregados disponibilizado pelos informantes privilegiados (Centro de Emprego, UNIVA e Centro Social). É de referir que este contacto prévio foi extremamente útil não só por questões de ordem pragmática, nomeadamente pela sinalização de indivíduos desempregados de longa duração, mas sobretudo pelas informações relativas às dimensões pessoais e sociais resultantes da experiência social do desemprego. No total, foram realizadas catorze entrevistas biográficas repartidas pelos Concelhos em estudo, tendo sido possível identificar algumas das consequências *(in)visíveis* mais relevantes no quadro desta investigação, nomeadamente pessoas com:

- Intenções de cometer suicídio;
- Acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico;
- Disfunções familiares (e.g. divórcio, isolamento, retirada de filhos menores);
- Situações de desespero económico (perda de bens materiais como, por exemplo, o carro ou a casa) e/ou de incapacidade de manutenção de um certo estilo de vida, visível, por exemplo, na necessidade de retirar os filhos do infantário ou de evitar fazer férias;
- Comportamentos de resistência e de luta por melhores condições de vida.

⁴⁸ Podendo incluir situações de desemprego de Muito Longa Duração (DMLD), ou seja, inscritos no Centro de Emprego há mais de 2 anos.

1.3. Entrevistas biográficas

Como referimos, o nosso enfoque assenta na realização de histórias de vida que, tal como qualquer outro tipo de entrevistas, pressupõe que se verifique um “contrato implícito” entre o investigador e o entrevistado. Está, também, implícita a convicção de que não há regras definidas quanto à forma de otimizar as condições de uma entrevista, excepto quanto ao respeito pela privacidade, aos silêncios e à liberdade de não resposta dos entrevistados.

Entendemos que os actores das entrevistas são “sujeitos” que, num diálogo onde se definiu o “protocolo” entre o entrevistado e o entrevistador, numa troca ritualizada, com interferência de alguma familiaridade decorrente do estatuto dos envolventes⁴⁹, encontram condições favoráveis à expressão das suas experiências e convicções, dos seus pontos de vista e interpretações.

É pela “palavra” que o sujeito exprime o que vive ou viveu, narra a sua história de vida, aquela em que ele acredita ou quer acreditar, convencendo o seu interlocutor. Como se compreende, não se trata tanto de saber qual é a veracidade do que é narrado, mas restituir a memória e as significações subjectivas atribuídas pelos próprios.

Porém, sabemos quão complexa se torna a tarefa de interpretação das palavras, dos testemunhos, das definições de situações, das memórias e vã se torna a crença na sua transparência. Estes testemunhos, nas suas mais diversas expressões, são fruto de construções com implicações de vários níveis. O trabalho do sociólogo consiste, após a recolha dos discursos dos entrevistados, em trabalhar sobre os mesmos de forma a tentar identificar os processos que estruturam a história do indivíduo e os que estruturam a construção do sentido que a acompanha.

Em termos concretos, a realização das entrevistas biográficas foi suportada por um guião semi-estruturado em torno de três eixos essenciais:

- I. Percurso escolar e profissional;
- II. Contextos e percepções do desemprego;
- III. Estratégias e expectativas de resignação/ superação do desemprego.

⁴⁹ Os investigadores responsáveis pela realização das entrevistas residem nos concelhos de Guimarães e de Espinho, tendo tido oportunidade de aí realizarem o estágio ou o seminário de investigação correspondente.

Através deste guião é possível identificar as situações de desemprego em função do perfil socioprofissional e do sector de actividade dominante em cada um dos concelhos em análise. Igualmente, importa caracterizar as transformações nas relações informais e no contexto familiar fruto da vivência de uma situação de desemprego de longa duração, bem como das representações sociais principais (sistemas de classificação) forjadas em torno do emprego/desemprego. Nesse sentido, o conhecimento dos principais obstáculos à não-inserção no mercado de trabalho e das estratégias de superação pode contribuir para o desenvolvimento de adequadas políticas de emprego, formação e cidadania.

1.4. Análise temática

Quanto às histórias de vida, e sem pretendermos explorar as questões de ordem teórica e metodológica que são subjacentes à análise de um *corpus* constituído pelas entrevistas, centrámo-nos na tarefa de dar sentido às informações recolhidas “sem reduzir a riqueza das significações” (Poirier *et al.*, 1995: 101). Para além da biografia implícita, os actores sociais não se encontram num vazio institucional, normativo e semântico. Qualquer que seja o contexto a que se refira a análise - família de origem, escola, amigos, trabalho, entre outros - é admissível encontrar regularidades nos indivíduos que partilham determinadas condições sociais e percursos escolares semelhantes.

Da leitura dos dados destaca-se, sobretudo, a importância atribuída às relações entre variáveis em função da nossa problemática teórica. Não se trata de proceder aqui a uma abordagem tipo *grounded theory* (Glaser e Strauss, 1967; Strauss, 1999)⁵⁰, que inspirou os trabalhos de Demazière e Dubar (1997). Tão pouco se trata de fazer uma análise quantitativa do conteúdo das entrevistas, como nos propõem outros autores (Bardin, 1979; Giglione e Matalon, 1993). Não havendo receitas absolutas e intemporais para esta tarefa, só nos restou seguir algumas das propostas já testadas, combinando-as com a particularidade do nosso contexto de interacção e com os nossos objectivos de investigação. Portanto, privilegiámos uma análise das entrevistas

⁵⁰ As propostas dos autores da *Grounded Theory* (Glaser e Strauss, 1967, 1999) trouxeram algumas inovações à “Escola de Chicago”. Uma das principais inovações consistiu precisamente na eliminação do carácter descritivo, cedendo lugar a um trabalho de indução que resulta numa teoria verificada de forma provisória através da recolha de dados. O vector de orientação passa pela recolha de dados, análise e construção da teoria, estabelecendo relações entre cada etapa. Esta inovação constituiu, sem dúvida, o ponto forte desta perspectiva metodológica. Ao recorrer mais frequentemente à observação directa (mais do que às entrevistas) foi dada mais atenção aos processos de codificação, do que à operação de tradução, da transformação da linguagem em categorias e teorias formais. Mesmo assim, os autores tendem a dar primazia à empiria no processo de investigação. Ora, o vector de orientação que propomos passa por atribuir os mesmos pesos ao trabalho de elaboração teórica e de terreno. De resto, esta proposta segue a tendência dos trabalhos de investigação realizados no nosso campo académico (Pinto, 1985; Almeida e Pinto, 1982, 1986), bem como noutros (Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 1989).

de “tipo aberto” com a finalidade de “pôr em evidência as constantes das histórias de vida, as regularidades que constituem o fundo comum das histórias” (Poirier *et al.*, 1995: 101).

Deste modo, sob a inspiração dos autores citados, a análise do *corpus* das entrevistas seguiu os passos que, resumidamente, se apresentam: *i*) leitura, classificação e transcrição atenta do texto oral (sujeito a ligeiros “arranjos” gramaticais por questões de maior legibilidade); *ii*) clarificação do *corpus* composto por informações sobre acontecimentos e reflexões subjectivas a partir da constituição de fichas sinaléticas dos perfis biográficos; *iii*) compreensão e organização do *corpus* a partir de grelhas de análise temática; *iv*) comparação e distinção das histórias com o objectivo de obter uma visão do conjunto. No fundo, o objectivo essencial destes passos consistiu na construção de grelhas de análise que permitissem descodificar o *corpus* constituído e compreender-lhe o sentido.

As narrativas biográficas a seguir apresentadas foram reconstruídas de modo a ilustrar as várias dimensões da vivência subjectiva da experiência social do desemprego de longa duração. Como veremos, não se seguiu tanto o critério da exaustividade, como sobretudo o da pertinência teórica na compreensão do fenómeno em análise.

2. Perfil dos desempregados de longa duração

Do perfil dos trabalhadores mais vulneráveis ao desemprego, importa destacar os que apresentam idades relativamente avançadas, qualificações obsoletas e baixos níveis de qualificação. Igualmente relevante na actual conjuntura do desemprego é a tendência para o agravamento do desemprego junto do segmento populacional dos jovens, em especial, dos que detêm níveis de habilitações mais elevados.

A realização de catorze entrevistas biográficas permitiu-nos reunir informações aprofundadas e diversas em torno das consequências pessoais e sociais resultantes da experiência social do desemprego.

No concelho de Espinho realizámos oito entrevistas, quatro ao sexo feminino e quatro ao sexo masculino (cf. Quadro nº 1). São contemplados vários grupos etários, com uma idade média próxima dos 42 anos: desde os mais jovens (um homem solteiro com 29 anos e duas mulheres casadas com 31 e 32 anos), passando pelos trabalhadores em idade activa (uma mulher solteira, com 42 anos e dois homens, com 44 e 48 anos, um casado e outro solteiro) e chegando aos que já se encontram

próximos da pré-reforma (uma mulher casada, com 51 anos e um homem casado, com 58 anos).

Ao nível da escolaridade, quase todos declararam ter apenas o ensino básico (em alguns casos incompleto), à excepção do desempregado mais jovem da amostra, que tem o 12º ano de escolaridade e desempenhou a função de desenhador. As actividades profissionais desempenhadas nos últimos empregos enquadraram-se no grupo profissional dos operários de produção, com baixas qualificações profissionais e conteúdos funcionais empobrecidos.

A duração do desemprego situa-se entre dois a quinze anos, atingindo uma duração média superior a cinco anos, pelo que estamos perante um grupo de entrevistados que em situação de exclusão do mercado de trabalho. O facto de a maioria se encontrar ausente do mercado de trabalho há mais de dois anos permite compreender a gravidade das consequências sociais e pessoais decorrentes do mesmo na vida familiar e privada. Além disso, é de referir o pouco investimento na formação profissional neste período de desemprego de longa duração. À excepção de um entrevistado, que referiu ter frequentado um curso de formação profissional de “jardinagem” durante um ano, mais nenhum teve qualquer experiência relacionada com a formação profissional quer no sentido de melhorar as suas qualificações iniciais, quer de se reconverter a outra actividade profissional.

Quadro 1 - Perfil socioprofissional dos entrevistados (concelho de Espinho)

Nº Entrevista	Sexo	Idade	Estado Civil	Agregado Familiar	Nível de Escolaridade	Anos de Trabalho	Profissão (último emprego)	DLD (duração)	Formação Profissional (enquanto desempregado)
1	M	58	Casado	Tem três filhos (adultos) Vive apenas com a esposa	6º Ano	40 anos	Vendedor	15 anos	Curso de Jardinagem com duração de um ano
2	M	44	Casado	Tem dois filhos (23 e 9 anos) Vive com a esposa, os filhos, genro e neta	3ª Classe	26 anos	Caldeireiro (empresa de cortiça)	4 anos	-
3	F	51	Casada	Tem dois filhos (adultos) Vive com o marido, os filhos e a neta	4ª Classe	35/36 anos	Operária fabril (Philips)	3,5 anos	-
4	M	48	Solteiro	Vive sozinho	9º Ano	6 anos	Cortador de carnes verdes (talhante)	9 anos	-
5	M	29	Solteiro	Filho único Vive com os pais	12º Ano	5/6 anos	Desenhador Responsável pela higiene e segurança no trabalho	2 anos	-
6	F	32	Casada	Tem uma filha (7 anos) Vive com o marido, a filha, pais e irmão mais novo (23 anos)	1ª Classe	13 anos	Costureira	2 anos	-
7	F	31	Casada	Tem uma filha (8 anos) Vive com o marido e a filha	6º Ano	8,5 anos	Operária fabril (indústria alimentar - lavagem de tripas)	6 anos	-
8	F	42	Solteira	Tem seis filhos (idades: 23, 19, 17, 14, 12, 9 anos) Vive com os filhos	4ª Classe	14,5 anos	Operária fabril (produção de memorandos)	4 anos	Frequentou o curso de auxiliar de geriatria mas desistiu

No concelho de Guimarães, as seis entrevistas realizadas distribuem-se também equitativamente por ambos os sexos (cf. Quadro nº 2). Comparando com os grupos etários entrevistados no concelho de Espinho, em Guimarães as idades são mais elevadas (idade média a rondar os 44 anos). Por razões de acesso à entrevista e ao contrário do planeado, não nos foi possível ter nenhum desempregado na faixa etária dos vinte anos. O entrevistado mais novo é do sexo feminino e é solteira (38 anos) e o mais velho é uma mulher divorciada, com 53 anos. Os restantes localizam-se no grupo dos 40 anos (43 a 45 anos), portanto, em idades activas para o trabalho.

De um modo geral e à excepção da desempregada, com 38 anos, que detém a licenciatura, todos os outros têm a escolaridade básica e nalguns casos incompleta. Neste sentido, esta entrevistada declara ter frequentado acções de formação profissional, havendo uma outra que se encontra inscrita num curso de formação na área de “Informática e Artesanato”. Quase todos declararam actividades próximas da de operário de produção, em especial do sector têxtil e do vestuário, sendo que a única que detém a licenciatura teve como actividade anterior a leccionação no Ensino Básico. Presentemente, esta não se encontra colocada no ensino oficial, situação que se arrasta desde 2000 e declara viver com os pais que a ajudam.

A duração do desemprego situa-se entre um ano e meio e três anos, pelo que estamos perante um grupo de entrevistados que se encontra numa situação de vulnerabilidade na sua relação com o mercado de trabalho, porém não tão agravada como o grupo de entrevistados do concelho de Espinho. Com efeito, poder-se-á argumentar que a passagem por situações de emprego e desemprego, de forma alternada e descontínua, tem caracterizado a maioria dos percursos dos entrevistados de Guimarães. Alguns revelam ter vivido várias experiências de emprego, conhecendo uma mobilidade profissional significativa, outros referiram situações de desemprego.

Quadro 2 - Perfil socioprofissional dos entrevistados (concelho de Guimarães)

Nº Entrevista	Sexo	Idade	Estado Civil	Agregado Familiar	Nível de Escolaridade	Anos de Trabalho	Profissão (último emprego)	DLD (duração)	Formação Profissional (enquanto desempregado)
1	F	53	Divorciada	Tem uma filha com 31 anos (já casada) e um filho de 8 anos Vive com a mãe	4ª Classe	20 anos	Costureira numa empresa de confecção de exportação de artigos de malhas têxteis	2,5 anos	-
2	F	38	Solteira	Sem filhos Vive com os pais (tem um irmão casado)	Licenciatura (Línguas e Literatura Moderna)	19 anos	Colocada no ensino oficial em 2000	3 anos	Curso de Formação de Formadores Contabilidade e Gestão
3	F	43	Solteira	Pertence a uma família constituída por oito irmãos Vive como os pais e dois irmãos	5º Ano	19 anos	Embaladora numa empresa de confecção	2,5 anos	Inscrição em Informática e Artesanato
4	M	46	Divorciado	Tem um filho de 15 anos Vive só	9º Ano	(...)	Empresa de calçado	2 anos	Informática
5	M	45	Casado	Pertence a uma família constituída por nove irmãos Tem dois filhos (8 e 10 anos) Vive com a mulher reformada	3º Classe	16 anos (+ 9 anos, sem descontos)	Operário na indústria do calçado	1,5 ano	-
6	M	43	Casado	Pertence a uma família com mais dois irmãos Tem dois filhos (16 e 3 anos) Vive com a mulher que trabalha por conta própria no café do sogro	7º Ano	29 anos	Exploração de um café	3 anos	-

Nota: (...) Sem Informação

3. Dimensões da experiência social do desemprego

Após uma breve caracterização da amostra, iremos apresentar de seguida algumas das principais conclusões obtidas com base nos três eixos essenciais da estrutura do guião, incluindo os principais campos de análise construídos em torno das “vozes” dos entrevistados. No essencial, pretende-se destacar a multidimensionalidade da experiência social do desemprego, já que esta configura um espaço-tempo distinto, porém, indissociável de outros, como sejam o trabalho, a formação, o lazer. Igualmente, as consequências associadas, individual e colectivamente, apresentam-se não só manifestas e visíveis, em particular, pela privação de uma fonte de rendimento e manutenção de um estilo de vida, como latentes e, sobretudo, invisíveis, relacionadas com o estatuto e identidade social, as redes de interacção social (e.g. profissional, familiar, amizade) e as implicações subjectivas da vivência do desemprego (e.g. baixa auto-estima, depressão, alcoolismo, toxicodependência). No quadro da exposição desta temática, poder-se-á argumentar em torno das potencialidades e limites das estratégias desencadeadas pelos diferentes actores sociais intervenientes, desde o próprio desempregado às políticas de apoio e de incentivo do emprego e formação por parte dos organismos públicos, nomeadamente pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.

3.1. Percursos escolares e profissionais

Identificar as situações de desemprego em função do perfil socioprofissional e dos sectores de actividade dominantes em cada um dos concelhos em análise permite-nos perceber que estamos perante uma mão-de-obra pouco qualificada e um sector de actividade dominado pelas indústrias têxteis, confecções e vestuário, calçado, cortiça e alimentação na região Norte. Por sua vez, no sector de serviços é de referir, em particular, o peso da restauração, em regra, associada a actividades profissionais pouco qualificadas.

A pouca diversificação económica contribui para que em Portugal, num contexto de globalização a que não escapa, sejam particularmente graves os problemas de competitividade deste sector económico devido à conjuntura de liberalização das economias nacionais. Com efeito, a capacidade de se produzir, simultaneamente, a baixos custos e com qualidade introduz uma complexidade crescente em termos da concorrência empresarial. Nesta equação, as soluções ou estratégias adoptadas pelas organizações para diminuir os custos de produção e manter a competitividade no

mercado têm passado, sobretudo, por práticas de eliminação de certos sectores de actividade, diminuição do número de trabalhadores, contenção salarial, substituição de matéria-prima e subcontratação, entre outras.

3.1.1. Saída precoce da escola e informalidade das primeiras relações de trabalho

A existência de uma oferta de emprego, em regra, pouco qualificado e assente em baixos salários explica muitos dos percursos escolares e profissionais dos entrevistados, sobretudo os de idades mais avançadas.

“Eu comecei a trabalhar com 12 anos no serviço doméstico. Fui para o Porto e, com 14 anos, fui para Lisboa e de Lisboa fui para Pevidem [vila do concelho de Guimarães] para uma empresa têxtil.” (Mulher, 53 anos, Guimarães)

“Eu, quando saí da escola [tinha 11 anos], fui servir para a casa da minha madrinha [em Castelo de Paiva]. Estive lá dois anos, mais ou menos, e depois andei nas senhoras no Porto. (...) Nós trabalhávamos para ganhar algum dinheiro para ajudar os nossos pais. Tínhamos que ir servir e foi uma coisa que me custou porque eu era muito, muito novinha e tinha que fazer trabalho de pessoas adultas. (...) O primeiro emprego foi na viúva do Sá [fábrica de tapetes], em Silvalde, depois fui para a Philips [Ovar]. Trabalhei 29 anos na Philips.” (Mulher, 51 anos, Espinho)

“Eu fiz a 1ª classe e não aprendia...Depois arranjei este emprego...e trabalhei 12 anos. (...) Mas já trabalhei numa fábrica de tapetes; também andei a servir, primeiro numa casa em Espinho e, depois, fui para uma fábrica de tapetes.” (Mulher, 32 anos, Espinho)

“Eu fiz a 4ª classe e, depois, fui trabalhar. (...) Estive numa casa a tomar conta de uns velhotes idosos até aos 20 anos. (...) Estive oito anos nessa casa. (...) E, depois, trabalhei na fábrica de papel, aqui na Maria do Engenho, cinco anos. Só que assim que eu engravidei (...) eles mandaram-me embora... por estar grávida. (...) Depois, ainda estive bastante tempo em casa.” (Mulher, 42 anos, Espinho)

“Eu trabalhei várias vezes, mas tenho descontos talvez seis anos. (...) Eu trabalhei em vários talhos, mas também não me fizeram descontos.” (Homem, 48 anos, Espinho)

Por sua vez, esta entrada no mercado de trabalho tende a assentar em relações de trabalho pautadas pela informalidade do vínculo contratual. As primeiras experiências de trabalho são marcadas por conteúdos de trabalho pobres e execução de tarefas pouco qualificadas.

“A escola... os estudos não [me atraíam]. Naquela altura [14 anos], também jogava à bola e acabei por não dar nada, nem numa coisa, nem na outra. Comecei a trabalhar; o meu pai precisava de mim no café e fiquei a trabalhar com ele.” (Homem, 43 anos, Guimarães)

“Eu fugi à escola. Fiz a 3ª classe e fugi à escola, para ganhar dinheiro, para comer... fui pedir, não tenho vergonha de dizer. É melhor pedir que roubar. Andei a pedir até aos 16 anos. (...) A partir dos 16 anos arranjei um trabalhito, andei a fazer umas horas. (...) O primeiro emprego foi aqui no Salvador, aqui em Paramos. Andei para aí

um ano, ano e meio, às horas. Eu nunca fazia descontos. (...) Eu era moço de trolha, servente.” (homem, 44 anos, Espinho)

Em termos gerais, pode dizer-se que a maioria dos entrevistados apresenta um percurso escolar caracterizado por baixas qualificações escolares (não tendo completado o ensino básico obrigatório à época) e, em especial, uma entrada precoce no mercado de trabalho. É de referir, ainda, que estes entrevistados apresentam um percurso profissional marcado por pouca mobilidade de funções ou cargos. Igualmente, o pouco investimento em formação profissional, ou mesmo escolar, contribui para sustentar o argumento do peso, quase sempre muito grande, dos contextos de inserção profissional na delimitação das oportunidades profissionais futuras.

3.1.2. Interrupções, retorno aos estudos e actividade profissional

Contudo, existem alguns dos entrevistados que apresentam um perfil escolar caracterizado sobretudo pelo desinvestimento escolar e pela entrada no mercado de trabalho feita de interrupções e mudanças de actividades ou profissão. Por exemplo, um entrevistado que, tendo começado a trabalhar aos 14 anos como empregado de escritório, mudou para o sector metalúrgico por questões salariais. Depois, com o serviço militar, teve a oportunidade de tirar o curso de enfermagem e desenvolver a sua actividade em Guiné durante a Guerra de Ultramar. Quando regressa, e dado o nível de habilitações, decide optar pela actividade de vendedor (realiza, ainda, um curso de técnico de vendas que lhe permite reforçar as suas competências e melhorar o desempenho profissional) e, em seguida, passa para a área de restauração. Esta constituiu a sua última actividade profissional até deixar de trabalhar, encontrando-se no desemprego há 15 anos:

“Eu tirei o primário, depois fiz a admissão ao liceu no Porto e não acabei por dificuldades dos meus pais... então fui trabalhar como empregado de escritório [17 anos, mais ou menos]. (...) Depois fui para metalúrgico, ganhava mais. Durante o serviço militar [4 anos] tirei o curso de enfermagem e fui para a Guiné. (...) Quando vim, modifiquei a minha vida profissional porque achei que as minhas habilitações académicas, na altura, já eram um bocadinho mais elevadas do que a generalidade que tinha a 4ª classe e, então, fui para viajante e gostei, adorei muito! Com o 25 de Abril as coisas alteraram-se. (...) Eu era uma pessoa que ganhava muitíssimo bem e, depois, todos os outros olhavam para mim como superior a eles e eu comecei a ficar preocupado com isso... então, desisti por algum tempo das viagens. Fui para a restauração. Eu tinha habilidade e também um aspecto prático de restauração devido à convivência que tinha com profissionais... e desenvolvi bastante, tive bons cargos, só que saturei, talvez o stress da guerra me tivesse perturbado um pouco e não

aceitava bem as pessoas, as conversas deles... a hipocrisia das pessoas.” (Homem, 58 anos, Espinho)

Situação algo diferente caracteriza o percurso escolar do entrevistado seguinte. Sendo o mais novo do grupo dos entrevistados, exprime bem a irregularidade e a incerteza que tendem a caracterizar os padrões de inserção no mercado de trabalho por parte dos jovens. Este interrompe o seu percurso escolar diversas vezes, tendo estado um ano sem estudar, retoma os estudos e reprova por faltas. A razão desta errância é justificada pelo desinteresse pela escola, mas também por não saber o rumo profissional que desejava para si. Porém, depois da passagem por alguns empregos, voltou a estudar (curso de dois anos de desenho de construções mecânicas com equivalência ao 12º ano, numa escola profissional).

“Eu, quando abandonei os estudos pela primeira vez, andava para aí no 10º ano e desisti. Entretanto, estive um ano parado sem estudar, tornei-me a matricular no ano seguinte. No ano seguinte, andei para aí um mês, se calhar, nem tanto, e reprovei por faltas. É naquela altura que uma pessoa não sabe bem, ou se quer ir trabalhar e se quer estudar, se calhar mais numa para agradar aos pais, para fazer a vontade aos pais, mas não anda a fazer nada, anda a passear os livros, a fazer que estuda. Portanto, andei assim, um, dois anos. Acabei por reprovar por faltas, desisti de estudar e comecei a trabalhar. (...) Retomei os estudos, acabei o 12º ano numa escola profissional.” (Homem, 29 anos, Espinho)

A par da irregularidade escolar, o entrevistado regista um percurso profissional, igualmente, instável, caracterizado por vários empregos, todos com uma duração muito curta. Apesar de ter iniciado a actividade profissional como electricista, primeiro na construção civil e depois na indústria de cortiça, decide trabalhar, durante um ano e meio, como desenhador numa empresa de construção de maquinaria (indústria civil). O seu último emprego, trabalhando directamente com o programa *AutoCAD* e outras actividades na área de *design*, foi numa empresa têxtil.

“Fui trabalhar como desenhador. Uma empresa de maquinaria, aquelas centrais de betão... trabalhei para aí ano e meio. (...) O último [emprego] foi na TFS [Tapeçarias Ferreira de Sá]. (...) Trabalhava com o programa, com o *AutoCAD*. (...) Muitos clientes queriam expositores e era eu que os desenhava consoante o espaço que ele tivesse ou o pretendido. Estava na área de *design*. Era eu que actualizava o *site*, que tratava de todas as fotografias, que preparava os catálogos, desenvolvia os catálogos, fazia novos catálogos. (...) Era eu o responsável pela higiene e segurança. Estive lá um ano.” (Homem, 29 anos, Espinho)

Com vontade de se tornar “independente”, o entrevistado seguinte tem o 5º ano (equivalente ao actual 9º ano) do curso de Administração e Comércio com frequência do

10º e 11º anos do curso de Humanidades, tendo frequentado durante três anos o Instituto Britânico.

“Comecei a trabalhar quando fiquei livre da tropa. Felizmente, fiquei livre da tropa. Tinha 21 anos e já tinha um emprego prometido e comecei a trabalhar como empregado de escritório, aprendiz. (...) Estava com a ideia da independência e como tinha esse emprego prometido, comecei a trabalhar; entretanto casei e o resto dos estudos foi por água abaixo, até hoje. Asneiras que uma pessoa faz na vida que hoje... poderia ter esperado mais 2 anitos ou 3 e... porque, nessa altura, eu também frequentava o Instituto Britânico, já andava no 3º ano e, mais 1 ano cá em Guimarães, poderia, depois, fazer 1 ano de estágio no Porto. Se tivesse acabado o 12º ano e o ano que faltava do Instituto, hoje poderia dar aulas de Inglês.” (Homem, 46 anos, Guimarães)

Lamentando as suas opções de vida, em especial no que diz respeito ao seu desinvestimento numa recta final de uma formação completa, inicia a sua actividade como aprendiz de empregado de escritório, tendo exercido esta profissão durante aproximadamente 14 anos e, quase sempre, em empresas têxteis. Trabalhou com computadores praticamente desde o início da sua actividade profissional, sendo na área da Informática que tem feito alguma formação profissional. Já teve oito empregos, dois dos quais sem vínculo à entidade patronal e sem fazer descontos. Nunca esteve no mesmo emprego mais de três anos, sendo que as primeiras mudanças de emprego corresponderam sempre a melhorias da situação profissional, nomeadamente de cariz remuneratório e partiram, quase todas, da sua vontade e iniciativa, enquanto as últimas aconteceram por factores externos (encerramento e não renovação do contrato de trabalho por parte da entidade patronal) e corresponderam a uma maior precarização e mudança de funções na situação laboral. O último emprego que teve, antes da situação actual de desempregado foi, pela 3ª vez, na indústria do calçado, onde começou por meter cordões em sapatos, vindo, posteriormente, a exercer as funções de controlador de qualidade.

É de destacar alguns dos traços que são recorrentes nestas entrevistas cujos excertos foram aqui expostos. Apesar de terem percursos escolares irregulares, com interrupções e retornos, todos reconhecem estar arrependidos de não terem investido mais na sua formação escolar. Por outro lado, a passagem pelos diferentes empregos foi, sobretudo, motivada pela procura de melhores condições salariais, reconhecendo que a saída de algumas empresas se prendeu com alguma imaturidade e com a existência de problemas interpessoais com os colegas de trabalho.

3.1.3. Investimento escolar e desarticulação da oferta de emprego

É-nos possível destacar, no conjunto dos entrevistados, o fenómeno recente do desemprego atingir, igualmente, grupos de trabalhadores com qualificações elevadas. Com efeito, para além dos grupos sociais tradicionais afectados pelo desemprego, como sejam os mais velhos, mulheres e trabalhadores com baixas qualificações escolares e profissionais, a verdade é que hoje as relações de trabalho se alteraram para os jovens com habilitações superiores, em especial de determinadas áreas científicas. Sabe-se que a empregabilidade é maior junto dos jovens diplomados das engenharias e tecnologias e menor nas áreas das humanidades e das ciências sociais.

A entrevistada declarou ter começado a trabalhar com 23 anos, tendo terminado a licenciatura, aos 28 anos, em Línguas e Literatura Moderna - Variante de Estudos.

“Acabei o curso em 1996 e comecei a trabalhar no ensino. Comecei logo por dar aulas. Passados 4 anos fui colocada de novo, em 2000/01, e agora já não sou colocada desde aí.” (Mulher, 38 anos, Guimarães)

Ao longo de todo o período em análise, referiu ter trabalho antes e durante a licenciatura, sendo que apenas reconhece como actividade profissional a que correspondeu ao exercício de leccionação numa escola oficial. Em dez anos, apenas foi colocada como professora duas vezes, no ano em que acabou o curso, 1996, e em 2000/01. Contudo, a referência a outras actividades é constante. Trabalhou em Guimarães durante meio ano numa unidade hoteleira e outro meio ano num ginásio como recepcionista. Deixou estes empregos por não a satisfazerem “sobretudo financeiramente”. Neste último, com algumas reservas, “arrisca” e decide-se pelo ensino em detrimento do emprego que tinha numa empresa do ramo imobiliário mas no qual não se sentia realizada “nem pessoal, nem profissionalmente”. A aposta não foi boa, pois, ao fim desse ano, volta a não ser colocada no ensino público. Apesar disso, continua, na qualidade de trabalhadora independente, a exercer a docência em centros privados, como formadora.

Através do IEFP fez os cursos de “Formação de Formadores” e “Contabilidade e Gestão”. A reconversão profissional já lhe foi proposta pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, mas não aceitou por duas razões: as áreas que lhe propuseram não lhe interessavam e o curso ocupá-la-ia o dia todo, o que implicava “perder o lugar, quase de certeza” nas entidades formadoras onde dava aulas, além de que, “ninguém nos garante emprego no final do curso”. No entanto, como não vê “grandes perspectivas” no que toca ao ensino, a questão da reconversão profissional mantém-se e se, por um lado, tem

dificuldade em decidir qual a área a escolher, por outro, a falta de dinheiro para tirar novo curso superior faz com que ainda não tenha tomado uma decisão.

A exemplaridade daquele excerto permite-nos perceber que já não é possível garantir uma correspondência directa entre a formação académica e a actividade profissional desenvolvida. A dinâmica das relações de trabalho exprime-se, cada vez mais, na tendência para a construção de uma carreira assente no actor e na assunção dos riscos inerentes. Por sua vez, o excesso de diplomados nesta área, em franca regressão na procura da língua francesa em relação à língua inglesa, contribui para a percepção de um desajustamento crescente entre a oferta e a procura de emprego.

Com efeito, o percurso profissional tende a apresentar-se irregular, com períodos intercalados de actividade, inactividade e desemprego e com modalidades de emprego diversificadas. Além do contrato de trabalho a termo (certo/incerto), que se tem vindo a apresentar como a forma “típica” de inserção profissional junto de jovens qualificados, outras formas tendem a difundir-se como as que se prendem com a prestação de serviços (com base em “recibos verdes”) ou a realização de estágios ou bolsas de investigação (Marques, 2007).

3.2. Contextos, percepções e consequências

Importa, igualmente, caracterizar os contextos e as percepções forjadas através da vivência do desemprego de longa duração. O conhecimento das representações sociais principais (sistemas de classificação) em torno do emprego/desemprego permite-nos defender a tese de que o trabalho permanece como uma “experiência social central” das sociedades actuais. Por sua vez, será possível filtrar as suas principais consequências nas relações informais e em contexto familiar, na relação consigo próprio, na auto-estima e nos estados de doença e patologia associados.

3.2.1. A vivência do desemprego: duração, motivos, dificuldades

Tendo presente as informações recolhidas através das entrevistas biográficas, a vivência do desemprego apresenta-se, para uns, uma experiência relativamente recente, para outros, distante e, ainda, para alguns, uma replicação de experiências vivenciadas ao longo do percurso profissional. Seja qual for a reconstrução da percepção do tempo que

configura a vivência do desemprego, encontram-se claramente identificados o(s) momentos(s) de ruptura e os motivos que estão na sua origem.

Assim, para a maioria, a razão pela qual se encontra no desemprego prende-se com a falência da empresa/negócio da última actividade profissional. Em geral, estes trabalhadores apresentam trajectórias pautadas por períodos longos de permanência na empresa, o que permite explicar que esta prevalência de uma relativa imobilidade profissional vai ao encontro das limitações inerentes à configuração social da actividade assalariada remunerada.

“Tornei a ir para a viagem [emprego de viajante] e tive azar: faliu a firma. Faliu a firma e nunca mais arranjei emprego. Estou desempregado desde 1991.” (Homem, 58 anos, Espinho)

“Fui para esta fábrica... era uma confecção. Eu era costureira e andei por ali. Depois fechou, a gente veio de férias e no dia 1 de Setembro fomos pegar e estava fechado. (...) Trabalhei ali doze anos.” (Mulher, 32 anos, Espinho)

“Trabalhava como rabaneador [cortiça]. (...) O meu forte era mais a caldeira, caldeirista, tudo de manobra. (...) Depois, começou a baixar o trabalho, era só p’ro monte, não se vendia nada e viemos embora. Pagou-nos o que tinha a pagar e deu-nos a carta para o fundo de desemprego.” (Homem, 44 anos, Espinho)

“Eu estou [desempregada] fez agora, em Setembro, dois anos. Aquilo foi falência mesmo.” (Mulher, 32 anos, Espinho)

Com efeito, a aparente estabilidade de emprego que caracterizou o passado profissional destes trabalhadores revela-se um factor importante que permite explicar quer a quase ausência de formação profissional, como estratégia de melhoria e desenvolvimento de competências, quer a maior dificuldade de conseguirem uma mudança para empregos economicamente mais aliciantes. Estas dimensões apresentam-se como um dos *handicaps* mais delicados de superar quando os trabalhadores são confrontados com estratégias de reconversão ou de construção de um outro projecto de vida alternativo, como veremos mais à frente.

Também é perceptível, por parte dos entrevistados, o impacto das actuais práticas de gestão de mão-de-obra no sentido da flexibilização quantitativa da mesma. A necessidade de se ajustar às flutuações das encomendas e aos ritmos de produtividade diferenciados explica, em grande medida, os despedimentos por justa causa e a rescisão de contratos individuais de trabalho.

“Fez três anos em Julho que eu vim embora. Vim embora porque o trabalho começou a ir abaixo... começaram a chamar assim pequenos grupinhos. (...) Na altura, o que me fez vir embora foi eu ter medo de ficar lá e, depois... porque o meu filho tem

problemas de saúde. Desde que ele nasceu, eu tive sempre faltas... foi o que me fez aceitar o acordo logo à primeira.” (Mulher, 51 anos Espinho)

“Ao fim de 1 ano tinha que efectivar na empresa. O problema é que lá entravam 10 e saíam outros 10 empregados porque eles [empresa] usufruem de incentivos fiscais.” (Homem, 46 anos, Guimarães)

“Já para aí há uns quatros anos que estou desempregada. Mas na *Bi-Silque* eu trabalhei ano e meio. (...) Acabou o contrato, mandaram-me embora.” (Mulher, 42 anos, Espinho)

Tratando-se de grupos profissionais vulneráveis na sua relação com o emprego, fruto dos baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional, a instabilidade profissional constitui-se como um outro eixo explicativo do desemprego. A passagem por diferentes postos de trabalho, acompanhada por dificuldades de integração na empresa ou grupo de trabalho, de relacionamento com os colegas, de satisfação com o salário e a actividade desempenhada, apresenta-se como um dos traços recorrentes de alguns retratos de vida. Veja-se o seguinte percurso profissional definido pela instabilidade em termos do número de empregos e duração da relação de trabalho, acompanhada de conflitos interpessoais e insatisfação com as condições de trabalho:

«O meu primeiro emprego foi electricista de construção civil. (...) Trabalhei para aí quê? Um mesito a electricista, mas depois a ideia não agradava muito ao meu pai porque em vez de trabalhar ia caçar pintassilgos, ia caçar bicharada. Começou a bater mal com a ideia e deixei de trabalhar a electricista. (...) Saí de lá e fui para Pladur, tectos falsos e divisórias falsas. (...) Trabalhei seis meses. (...) Entretanto, também me chateei lá com o meu chefe... o gajo era meu conhecido, colega de noite, copos, quer dizer, começou a haver muito atrito entre os dois e fui obrigado a sair de lá, a abandonar. (...) Depois estive parado mais não sei quantos meses e, se não estou enganado, acho que fui parar à Eurospuma. (...) Foi na altura do serviço militar, acabei por me despedir e queria ir para a tropa. Depois também acabei por não ir para a tropa porque me mandaram embora no segundo dia. Na Eurospuma trabalhei um ano. (...) Depois da Eurospuma, retomei os estudos. Retomei os estudos, acabei o 12º numa escola profissional. Depois de acabar os estudos, não arranjei trabalho logo naquilo que estudei e fui trabalhar novamente para electricista. (...) Trabalhei dois meses... foi na Ipocork. (...) Por acaso foi porreiro na altura. Passava bem o tempo. Dava para uma pessoa andar entretido. (...) Entretanto, tinha-se falado num ordenado quando na verdade pagaram-me outra coisa... vim-me embora porque não aceitei a proposta. Depois acho que arranjei para a Arsene. (...) Fui trabalhar como desenhador... trabalhei para aí ano e meio. (...) Era uma grande empresa. Por acaso acho que foi dos melhores empregos que desperdicei até hoje. Entretanto, vim embora, saí de lá. (...) Fui despedido! O último foi na TFS [Tapeçarias Ferreira de Sá]. (...) Trabalhava com o programa, com o *AutoCAD*... estive lá um ano. (...) No total trabalhei seis anos, o máximo. Tirando quando trabalhava na Arsene como desenhador... em nenhum dos outros trabalhos me senti realizado.” (Homem, 29 anos, Espinho)

A dificuldade de manter um emprego por motivo de dependência alcoólica contribui, igualmente, para que o seguinte entrevistado se encontre numa situação de desemprego

de longa duração. É de referir que o seu percurso profissional se define pela passagem por vários empregos de curta duração.

“(...) estou desempregado desde 1997. (...) No máximo, estive nove meses no ‘Continente’... era cortador de carnes verdes, oficial de carnes. O problema era quando eu recebia. Recebia e ia para ambientes onde há bebida, amigos e...aí é que me perdia. Ia cheio de dinheiro e perdia-me mesmo. Depois faltava ao emprego e ia tudo por água abaixo. Eu virei-me para a bebida e, depois, faltei durante uma semana. (...) Rescindi o contrato. Era a única hipótese. (...) Em vários empregos perdi-os derivado a envolver-me na bebida.” (Homem, 48 anos, Espinho)

Como se percebe, o motivo principal de ter sido despedido ou ter rescindido o contrato prendeu-se com o problema do alcoolismo que interferiu, desde logo, com a capacidade de cumprir a assiduidade. Porém, considerando o exercício da actividade profissional - “oficial de carnes” -, assente na responsabilidade do trabalhador e no desempenho de tarefas com elevado nível de perigosidade, importa atender a outras dimensões, como a da higiene e segurança no trabalho, para se perceber a complexidade de se intervir junto deste trabalhador. Esta narrativa ilustra bem a pertinência do enfoque multidimensional do desemprego, atrás exposto, e a necessidade de concepção de medidas de apoio segmentadas e específicas em função dos grupos sociais.

3.2.2. *Entre o subemprego e o desemprego “desencorajado”*

A crescente precarização da relação de trabalho apresenta-se, mais uma vez, selectiva em função da dinâmica do mercado de trabalho que, no caso concreto da actividade docente no sector público, tem sido responsável pela menor absorção de licenciados na área de ensino. As formas de que se reveste o emprego/desemprego permitem dar conta de outras realidades sociais, nomeadamente o subemprego e o desemprego “desencorajado”. A primeira situação caracteriza-se pelo facto de os candidatos a um emprego, apesar de estarem disponíveis para mais horas de trabalho, não terem a possibilidade de obter um contrato de trabalho a tempo inteiro. A segunda refere-se aos que não têm perspectivas de emprego, integrando o grupo da população inactiva. Neste contexto, compreende-se o facto de grupos sociais com elevadas qualificações serem, igualmente, atingidos pelo desemprego⁵¹, nomeadamente sob a forma de desemprego “desencorajado” ou, ainda, de subemprego.

⁵¹ Nos últimos anos, os Centros de Emprego têm vindo a conhecer um número crescente de desempregados inscritos de qualificação superior formados na área da Educação e Formação. A este respeito, cf. Relatório sobre *A procura de emprego dos Diplomados com habilitação superior*, da responsabilidade do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (GPEARI, 2007).

“Fui colocada em 2000 e já não sou colocada desde aí. Tenho exercido a actividade de formadora, embora numa situação a que chamam emprego precário. Eu não tinha tido períodos muito longos de inactividade, este está a ser o pior.” (Mulher, 38 anos, Guimarães)

A vivência forçada de situações de subemprego é aqui exposta de forma exemplar ao ser acompanhada pela generalização das formas de precarização do vínculo laboral e de interrupções (in)voluntárias nas trajectórias profissionais, as quais são marcadas pelo exercício de uma actividade profissional na condição de trabalhador por conta própria com períodos de inactividade.

“Estou sem fazer nada, não é? (...) Tirando aí quatro dias no país Basco... fui para as apanhas, para a vindima. (...) Foi uma experiência exploratória. Cobravam por tudo e por nada. Até pelo rolo de papel higiénico exploraram. Exploraram um euro. Era um euro por um rolo de papel higiénico.” (Homem, 29 anos, Espinho)

“Não ando muito feliz, mas a gente tem... [um café]. Já se sabe que se tivesse emprego e ganhasse mais um bocadito, era bom para mim, para a família... deito-lhe a mão, vou-me entretendo por lá. (...) Vou-me aguentando por lá com ela, mas é evidente... não faço descontos porque o negócio é fraco. (...) Isso é uma situação que não me está a agradar nada porque eu queria um emprego em que descontasse para a Segurança Social. Gostava de fazer descontos para, mais tarde, ter os benefícios.” (Homem, 43 anos, Guimarães)

“Fui fazendo uns rissóis em casa, comecei a vender para ganhar uns trocos extras. Pela sobrevivência.” (Mulher, 53 anos, Guimarães)

Com efeito, a prestação de um serviço ou de uma actividade temporária por alguns dias, com base numa relação de trabalho assente em “recibos verdes”, tem vindo a contribuir para a crescente fragmentação estatutária da mão-de-obra. Esta já não se confina apenas à condição de assalariado. Inclui, igualmente, estatutos contratuais diversificados: trabalhador independente, trabalhador com contrato a termo certo/incerto; temporário, *part-time*, estagiário, bolseiro. No essencial, estas experiências de trabalho não põem em causa a percepção de uma identidade construída por referência à ausência de uma relação de trabalho durável e enquadrada por um conjunto de regras. Condicionam, contudo, em grande medida, a capacidade de os actores sociais gizar estratégias de superação da situação em que se encontram. Muitos, após um período prolongado, desistem de procurar um emprego e passam a integrar o cômputo dos inactivos. Esta vivência do desemprego distingue-se, por conseguinte, da vivência de outras situações de “não-trabalho” resultantes da aprendizagem, na qualidade de estudante, da doença ou da invalidez.

Portanto, entre o emprego e o desemprego, observam-se actualmente relações de trabalho marcadas pela vulnerabilidade crescente dos trabalhadores face à entidade

empregadora e pela exteriorização das obrigações das entidades empregadores, dada a erosão jurídica da troca estandardizada entre subordinação e segurança do contrato de trabalho (Rebelo, 2001).

3.2.3. *Formação profissional pontual ou ausente*

Uma das condições indispensáveis para a manutenção de um perfil de empregabilidade adequado ao mercado de trabalho consiste em deter um conjunto de competências e saberes que possa ser desenvolvido e actualizado ao longo de uma carreira profissional. Ora, neste processo de *Aprendizagem ao longo da vida* (COM, 2001), a formação contínua seja em contexto formal, seja em contexto de trabalho, contribui, em simultâneo, para o desenvolvimento individual e inclusão social.

Com base nos testemunhos recolhidos através das entrevistas biográficas, é possível verificar que, para a esmagadora maioria dos desempregados, o seu percurso profissional é marcado ou por acções de formação profissional pontuais ou pela sua ausência. É relevante perceber que muitos dos entrevistados já tiveram uma longa experiência de trabalho.

“Era cortador de carnes verdes, oficial de carnes. (...) O Continente deu, eles deram a formação profissional... o corte francês.” (Homem, 48 anos, Espinho)

“(...) Só quando fui viajante fiz o curso de técnico de vendas. Foi a única... formação, portanto, que me veio valorizar mais a minha profissão na altura.” (Homem, 58 anos, Espinho)

“Na altura que fui trabalhar para a TFS, esta pagou-me um curso de *CorelDraw*, mas uma coisa muito vaga mesmo. Também quando fui para a Arsene tinha tirado o curso de desenho de construções mecânicas. Um curso de dois anos que me deu equivalência ao 12 ano. Acho que foi aí que trabalhei com alguma formação.” (Homem, 29 anos, Espinho)

Um traço comum a estes excertos reside no facto de terem sido as entidades empregadoras a proporcionar a formação profissional no âmbito da actividade profissional desenvolvida. Porém, esta formação visava responder a requisitos indispensáveis ao desempenho profissional. Quando se tratava de investimento mais aprofundando, este foi assumido pelo trabalhador e fora do contexto de trabalho.

A situação mais frequente, portanto, era a de ir aprendendo o ofício por eles próprios e em contacto com os colegas. Trata-se de desempenhos baseados na execução de

tarefas muito simples e rotineiras, cujos conteúdos funcionais são pouco exigentes em termos de saberes e competências.

“Aprendi por mim próprio na firma!” (Homem, 44 anos, Espinho)

“Não tenho mais nenhuma. Não alterou nada... [o conteúdo de trabalho] Foi só aquilo. (...) Só modificou a máquina de colagem.” (Mulher, 43 anos, Guimarães)

“Nunca fiz. Houve muitas pessoas que fizeram na *Phillips*, mas eu nunca fiz. (...) Nunca fui convidada porque sempre que eles faziam esses cursos, eu tinha o azar de na minha linha ter sempre muito que fazer. Iam sempre as pessoas das linhas que menos trabalho tivessem.” (Mulher, 51 anos, Espinho)

“Onde é que eu aprendi? Se calhar foi durante o tempo que trabalhei. (...) No local de trabalho, tirando o caso da Arsene que estudei, que tive formação [escolar] para isso.” (Homem, 29 anos, Espinho)

“Foi lá que aprendi a fazer, foi nas fábricas. (...) Não, nunca fiz nenhum curso.” (Mulher, 32 anos Espinho)

“Tinham lá as pessoas que ensinavam, que estavam a ensinar, os mais antigos é que me ensinavam a trabalhar. Por acaso fui-me adaptando bem.” (Mulher, 31 anos, Espinho)

Ora, apesar de a formação profissional constituir uma prática relativamente pouco generalizada e enraizada na maioria das estratégias empresariais, há a percepção de como teria sido importante terem usufruído de formação profissional que lhes conferisse mais competências e polivalência.

“A empresa não fazia [formação profissional]. Estive 9 anos na mesma máquina a fazer o mesmo serviço. Esse é um dos custos que a gente agora paga. No mercado quando se diz: “quero uma costureira”, uma costureira pode ser de muitas coisas; pode ser uma costureira que só prega colarinhos e tem que ser uma costureira muito aperfeiçoada porque o colarinho é a peça fundamental da camisa; ela tem que estar muito especializada naquilo, não lhe basta saber “ponto corrido”. Ela tem que ter experiência para pregar o colarinho ou pôr o bolso. Há trabalhos muito minuciosos e não nos dão oportunidade... somos capazes de estar 10, 11, 12, 13 anos sempre a fazer o mesmo serviço.” (Mulher, 53 anos, Guimarães)

Na verdade, ao se assegurar condições para a efectiva aprendizagem ao longo da vida, tendo em conta a igualdade de oportunidades e a qualidade e pertinência das acções de formação profissional concebidas, será possível preparar a mão-de-obra para as transformações económicas e sociais, em especial a globalização da economia, a pobreza e exclusão social, o envelhecimento demográfico, a tecnologia digital e a degradação ambiental. Ao se preparar cidadãos, poder-se-á prevenir os efeitos decorrentes dessas transformações que passam, cada vez mais, pelo acentuar das desigualdades sociais e da exclusão social.

3.3. Provações do desemprego de longa duração

Sabemos que a ausência de emprego não produz as mesmas consequências e os mesmos tipos de exclusão social. Tais consequências variam em função do país e, em particular, das regiões em causa, para além do grau de protecção social conferido pelo Estado, das estruturas familiares e equipamentos sociais de apoio existentes, entre outras condições. A este propósito, já na década de trinta do século XX, a investigação supervisionada por Lazarsfeld⁵², junto de desempregados de Marienthal, pequena cidade austríaca, cuja principal empresa havia fechado, é considerada uma referência central sobre o desemprego e seus efeitos. Por outro lado, as investigações mais recentes no âmbito da Sociologia têm contribuído para a restituição das várias dimensões na análise dos fenómenos relacionados com o desemprego. Assim, importa aprofundar o conhecimento em torno das consequências do desemprego, considerando os seguintes registos analíticos: *i)* riscos de dissociação de laços sociais; *ii)* relação consigo próprio e auto-estima; *iii)* emergência de quadros de doença e psicopatologias.

3.3.1. *Riscos de dissociação de laços sociais*

Além da privação de um salário, importa considerar o desemprego como uma “provação” na medida em que é visto como causa de pobreza pela privação económica associada, mas também como fonte de rupturas sociais, de estigmas e discriminação, colocando, no limite, em causa o estatuto social do indivíduo. Com efeito, a pessoa em situação de desemprego é rotulada como “desempregada” e vive sob o signo da estigmatização social que, em geral, a responsabiliza individualmente pela situação em que se encontra.

As investigações dominantes sobre o desemprego em Portugal têm sustentado que, perante uma sociedade coesa, com um tecido social denso – em contracorrente com a existência de um Estado-providência débil (Santos, 2000, Espanha e Carapinheiro, 2002) –, uma “sociedade-providência” forte, associada à persistência de uma consciência campesina e de uma sociabilidade informal no seio da comunidade local, permite a absorção dos efeitos negativos do desemprego. Em Portugal, o estatuto de desempregado seria menos difícil de suportar, dada a maior integração social, por um

⁵² Em 1931, dois investigadores, Marie Jaboda e Hans Zeisel, realizaram, sob a orientação de Paul Lazarsfeld, uma investigação centrada sobre o desemprego em massa. Este texto, publicado na Alemanha, em 1932, alguns meses antes de Hitler chegar ao poder (Janeiro de 1933), só será mais tarde traduzido, dado que os seus autores não estavam plenamente satisfeitos com seu trabalho, pois consideravam que se tratava de uma primeira abordagem sem o aprofundamento necessário. Apenas em 1981 foi traduzido na França (por Françoise Laroche) e publicado pelas Edições de Minuit com um breve prefácio de Pierre Bourdieu.

lado, e a relevância da actividade subterrânea, ou seja, da economia informal, por outro. De facto, a família, ou melhor, os grupos domésticos conferem uma garantia de inserção social em caso de desemprego.

Porém, se, em 2000, Portugal apresentou uma taxa de desemprego das mais baixas das dos países da União Europeia (3,9%), a partir de 2003, essa taxa aumentou, ultrapassando a média europeia, em 2007 (8%). Por sua vez, para além das implicações da globalização da economia e da sociedade, como já referimos, assiste-se a importantes transformações nas estruturas familiares devido ao maior número de famílias monoparentais e isolados e a situações de coabitação.

Tendo presente aquelas mudanças visíveis no aumento do número de desempregados e na sua extensão a grupos sociais cada vez mais heterogéneos, o desemprego apresenta-se como sinónimo de desintegração nas redes de sociabilidade de grupos de amigos, vizinhos e colegas de trabalho, introduzindo rupturas sociais nos seus percursos de vida. Qualquer análise sobre o desemprego não pode prescindir de relacionar os factores contextuais da experiência de desemprego com as representações que os desempregados têm da sua situação, dos seus modos de vida e da sua reacção à privação de emprego (Gallie e Paugam, 2000).

Os riscos de dissociação de laços sociais, ao nível da empresa e dos colegas de trabalho, da família e dos amigos, são muitos e fortemente presentes nas vidas dos entrevistados.

“O filho mais velho já compreende (...) digo-lhe que há dificuldade em arranjar trabalho. Ele diz-me: 'Vai ser sempre assim!' (...) Os meus irmãos não se interessam; cada um sabe como é, segue o seu destino. Tenho um irmão que ainda compreende, os outros não; podiam ajudar, eu também os ajudei, a alguns, mas agora não se importam. (...) Vou dizer-lhe a realidade, eles [irmãos] tiveram inveja de nós comprarmos isto, tanto do meu lado, como do dela [mulher]. Sabe que mais! Eu faço bem e recebo mal, mas que é que se vai fazer? Podiam ajudar, podiam...” (Homem, 45 anos, Guimarães)

As relações de vizinhança também são afectadas. Os contactos ou convivência social passam a ser reduzidos ao mínimo e, nesse sentido, regista-se um empobrecimento cultural e lúdico, tanto mais se se tratar de uma pequena freguesia rural onde praticamente todos se conhecem. Porém, a intencionalidade de se reservar desses contactos e do seu isolamento poderá ser interpretada como uma auto-exclusão:

“Ai as relações... as relações... mora aqui um vizinho ao lado e passam meses que não o vejo; entro para dentro de minha casa, fecho a porta e meto-me na minha vida; dificilmente os vejo.” (Homem, 43 anos, Guimarães)

Num outro sentido, quando os desempregados são solteiro(a)s ou, ainda, vivem na casa dos pais, há a percepção de serem um fardo para a família, numa idade em que tal não seria expectável. Estes, detendo uma autonomia restrita, dependem, em grande medida, dos pais que suportam as despesas materiais.

“(...) nunca pensei estar nesta situação com esta idade! Só tenho retaguarda porque os meus pais são uma grande ajuda.” (Mulher, 38 anos, Guimarães)

“Tenho a ajuda da minha irmã, sempre me ajudou... traz-me as coisas, a alimentação. Tenho uma pequena prestação da Segurança Social. A minha irmã ajuda e a minha tia também. Às vezes vou fazer as compras e ajudo-a também.” (Homem, 48 anos, Espinho)

“A malga da sopa não há-de acabar se Deus quiser! Mas, para mim é complicado. Eu sou uma miúda, uma miúda já com uma idadezita... gosto de ir para aqui, ir para acolá e ter o meu [dinheiro] para poder dar as minhas voltinhas.” (Mulher, 43 anos, Guimarães)

Por outro lado, está patente a ideia de que persiste a representação do desempregado como uma pessoa que, porque não trabalha, está sempre disponível para tudo e todos, em especial, para os familiares mais próximos.

“Há colegas que perdemos, que nunca mais vemos... o que está ainda subjacente na cabeça das pessoas é o desempregado vadio. (...) Mesmo em casa, embora não dito directamente, não por esta gente mais nova - e esta gente mais nova é a minha filha e o meu genro - mas, mesmo não o dizendo, eu noto que é assim: ‘A minha mãe está desempregada! Pode fazer tudo’. Está a ver? A criada lá de casa. – Ah! Tem tempo, está desempregada...” (Mulher, 53 anos, Guimarães)

“Agora é assim... também tenho cinco filhos, já tenho uma casa, arrumar a casa, passar a ferro...eu, ao meio-dia, ao meio-dia certo, tenho que ter a mesa para dois que vêm de trabalhar, para terem o comer feito, é assim, também onde é que eu posso trabalhar agora? Onde é que eu posso trabalhar agora com cinco filhos? Onde é que eu posso trabalhar?” (Mulher 42 anos, Espinho)

Ou, ainda, em caso de divórcio, não se contribui com as obrigações familiares. Assim, apesar de ser obrigatório pelo tribunal o pagamento de pensão de alimentos para os filhos, a verdade é que o entrevistado declara que só cumpre essa obrigação quando tem dinheiro. Aparentemente, este incumprimento não tem sido uma fonte de tensão ou conflito com a ex-mulher que, na sua óptica, é receptiva à situação de privação económica por que passa o ex-marido.

“Eu continuo amigo da minha ex-mulher. (...) Não, não dou [pensão de alimentos]: dou e não dou. Pelo tribunal, eu teria que dar, está registado, mas a minha ex-mulher percebe que existem dificuldades da minha parte. (...) O dinheiro já não é muito para

comprar alimentos. Às vezes alimento-me dentro daquilo que posso...” (Homem, 46 anos, Guimarães)

Também é possível encontrar na família o “refúgio” para o desemprego, o amparo para suportar a vivência do desemprego.

“Conversamos muito sobre o desemprego. Tomara ela [esposa] que eu arranje um trabalho em que me sinta feliz. Tomara ela que eu arranje um trabalho (...) que gostasse, era bom para todos. Ela tem-me apoiado muito, tem-me ajudado...” (Homem, 43 anos, Guimarães)

“Com os vizinhos, cada um vai para os seus trabalhos, pouco nos vemos. À noite, quando eles vêm do trabalho, cumprimentamo-nos e cada um vai para o seu lado. (...) Já fui uma pessoa que convivi mais. Agora sou mais reservada, estou mais em casa; a minha casa é o meu refúgio, é o meu meio. Estou mais em casa!” (Mulher, 43 anos, Guimarães)

O que aqui se apresenta relevante é a necessidade de recomposição das relações familiares e de amizade que se explica quer pela privação económica, apesar de alguns entrevistados se encontrarem ainda a receber subsídio de desemprego e/ou de reforma, quer pelas alterações de rotina diária e de ocupação do tempo. Com efeito, são muitos os que referem a alteração das suas rotinas diárias pelo facto de já não se encontrarem a exercer uma actividade de forma regular, como também porque encontravam no trabalho uma forma de satisfação e de prazer superiores à ocupação do tempo presente.

“Muda tudo! Uma pessoa não sabe como é que há-de ocupar o tempo. Depois é a falta do dinheiro, tudo. Uma pessoa fica sem um objectivo. Uma pessoa fica desocupada e precisa do seu emprego para viver o dia-a-dia. (...) Agora planto aqui uma horta. Eu até invento sempre qualquer coisa para me ocupar. (...) Quando uma pessoa está a trabalhar é vista de outra maneira. As pessoas perguntam logo: ‘Estás a trabalhar?’ Portanto, ficam mais contentes quando uma pessoa trabalha e tem a sua vida.” (Homem, 48 anos, Guimarães)

Vou dar a volta com a mulher, vou lá dentro, venho para fora (...) ou vou ao tasco, e eu acho p’ra mim que se eu andasse a trabalhar distraía-me mais, mas nós não temos trabalho e eu ando para aqui e para acolá e é onde se gasta muito mais dinheiro. E a trabalhar até me distraía mais... se andasse na arte de broquista na cortiça, andava no estaleiro e falava para este, falava para aquele e, entretanto, passava-se a hora e chegava-se ao fim do mês sabia que aquilo era certinho. (...) Agora, passam-se meses e meses sem ver nenhuma pessoa e acho que é aborrecido de andar, uma pessoa nem tem onde passe o tempo e, sempre no mesmo sítio, sempre no mesmo sítio.” (Homem, 44 anos, Espinho)

“Um dos grandes problemas é: como passar o tempo? Como ocupar a cabeça? Vou fazer qualquer coisa! Eu chegava aqui, à cidade, andava a pé uma hora ou duas e metia-me novamente na camioneta e ia para casa; mas, entretanto, tinha vindo à cidade, andei a pé, vi pessoas etc., etc.” (Mulher, 53 anos, Guimarães)

Aqui estão patentes os argumentos decisivos do papel central do trabalho na estruturação da vida dos actores sociais. Com efeito, a empresa apresenta-se como um contexto de socialização/aprendizagem importante, tal como a família e a escola, produtora e reprodutora de identidades sociais e de classe.

3.3.2. *Relação consigo próprio e auto-estima*

As implicações do desemprego em termos da relação consigo próprio e auto-estima permitem-nos avançar com algumas das mais *(in)visíveis* consequências centradas na dimensão psicológica da vivência desta experiência. A associação entre esta dimensão e o sofrimento psíquico, desencadeando sentimentos de desespero e angústia, de perda de sentido e auto-estima, tem estado presente nas investigações relacionadas com o sofrimento decorrente da perda do emprego. Em especial na década de oitenta, o despedimento em massa e a reestruturação de muitos dos sectores de actividade provocaram fortes choques emocionais e um clima de tensão, enquanto os trabalhadores aguardavam pela sua demissão⁵³. Presentemente, com o processo de deslocalização das empresas e a globalização da economia, o aumento do desemprego tem sido extensivo a grupos sociais heterogéneos, criando um sentimento de insegurança não só junto dos que têm uma relação precária de trabalho, mas também junto dos que possuem uma relação estável de emprego (Guimarães e Hirata, 2006).

Um dos traços relevantes para se perceber o impacto do desemprego em termos psicológicos e comportamentais reside na durabilidade da vivência dessa experiência. Com efeito, à medida que o tempo passa, as suas implicações tendem a agravar-se justamente devido aos riscos de dissociação social e afectiva. O rompimento de laços sociais desenvolvidos no trabalho ocasiona, frequentemente, o isolamento social do sujeito, assim como o sentimento de solidão e sofrimento.

“Não gosto de andar cá fora. Antes gosto de meter-me dentro de casa.” (Mulher, 32 anos, Espinho)

“Eu sou sincera, às vezes é raro vir cá fora. (...) Neste ambiente que a gente vive não dá para passar confiança às pessoas porque... há muitas intrigas.” (Mulher, 42 anos, Espinho)

“Não sou de estar a lamentar-me... detesto o rótulo de coitadinha. As pessoas sabem que estou à procura de emprego, agora não entro em pormenores porque, depois, as pessoas olham de forma diferente por causa disso. (...) Evito essas situações ao

⁵³ É de referir que a extensão desses fenómenos tem sido, igualmente, alvo de argumentos cinematográficos, em especial os oriundos da escola realista anglo-saxónica.

máximo porque a minha vida só a mim me diz respeito.” (Mulher, 38 anos, Guimarães)

“Uma pessoa psicologicamente vai-se abaixo, bloqueia, não consigo dar andamento às coisas. É mais uma coisa a acumular e muito grave.” (Homem, 46 anos, Guimarães)

Por outro lado, há que considerar as implicações comportamentais de apatia e desmotivação que residem na falta de energia e estímulo para a realização de actividades diárias. Esta situação torna-se mais evidente quando não há uma previsão no horizonte temporal de quanto tempo ficará desempregado.

“As principais mudanças, portanto, comecei a cismar de que quando o dinheiro começasse, do fundo do desemprego, a acabar que a minha vida ia mudar e está a mudar muito.” (Mulher, 53 anos, Espinho)

“O que eu mais senti? Uma pessoa quando anda desempregada, fica dependente dos outros. (...) Se calhar é andar sempre liso. Em termos emocionais é frustrante, uma pessoa... passo o dia a, passo todas as tardes a jogar jogos de vídeo, toda a tarde e toda a noite, quando não saio, estou a jogar. É assim que ocupo o meu tempo, é a jogar, e volta meia saio ao fim-de-semana, vou beber um copo.” (Homem, 29 anos, Espinho)

“Eu tenho a impressão que, em determinada altura, e foi isso que me fez arrancar para fazer determinadas coisas, se não tenho sido suficientemente forte, tinha entrado em depressão e acredito que muita gente entre com facilidade.” (Mulher, 53 anos, Guimarães)

“Cria muita ansiedade, claro, às vezes muita, muita ansiedade, sobretudo isso, muita ansiedade.” (Mulher, 38 anos, Espinho)

A falta de perspectiva de emprego e a desorganização da noção do tempo concorrem para sentimentos de inutilidade e de falta de sentido da vida. Com efeito, o aspecto psicológico presente na situação de desemprego reside na perda de auto-estima e de segurança em si mesmo, na sua capacidade pessoal, profissional e, inclusive, nos papéis exercidos dentro da família.

“Quando eles [filhos] vão lá [a casa], eu, praticamente, não converso com eles. Se há alguma conversa que tenha a ter, é rápida porque começo a lembrar-me de muita coisa, percebe, e começo a lembrar-me que, ora bem, e, então, nesta época [Natal] eles chegam e eu vou assim: ‘Podia-vos dar uma lembrança mas não tenho’, e, então, retiro-me para que não haja discussão sobre esse assunto... eu fujo mesmo! Eu não quero diálogo! (...) Lá está, eu afasto-me [dos vizinhos e amigos]. Ando muito só!” (Homem, 58 anos, Espinho)

“Um bocadinho de frustração, um bocadinho de desânimo pela situação, por tudo isto que tenho passado e não ter conseguido dar ao meu filho aquilo que os meus pais me conseguiram dar a mim.” (Homem, 46 anos, Guimarães)

Também é frequente que as pessoas desempregadas se considerem menos satisfeitas com a vida, consigo próprias, apresentando sentimentos negativos em relação ao futuro.

“Eu sentei-me numa cadeira, entre aspas, durante algum tempo, sem procurar nada porque a primeira coisa que eu precisava era organizar a minha cabeça. Foi aquilo que mais tempo demorou a organizar depois que fiquei desempregada... foi a cabeça. (...) Porque nos aparece o desemprego pela frente e nós ficamos sem perspectivas... não sabemos o que nos vai aparecer; se vai aparecer; se vai haver perspectivas de emprego; se se vai arranjar; quem é que vamos conhecer; como é que vai ser; o que nos vão dizer, etc. etc. Isto leva-me a pensar o que vai ser a minha vida. Eu fiz um esforço muito grande para não estar parada...” (Mulher, 53 anos, Guimarães)

“Eu sou uma pessoa que acha que a esperança é a última coisa a morrer... claro que a cada dia que passa, a cada ano que passa essa esperança vai-se desfazendo.” (Homem, 46 anos, Guimarães)

Porém, também é perceptível o esforço de alguns entrevistados para superarem a situação de desemprego. Tal é projectado como uma possibilidade, sobretudo, quando se tem consciência da detenção de uma formação qualificada como uma porta que se irá abrir no futuro.

“Eu vivo pensando sempre que amanhã poderei não ter emprego. Não posso ter determinado tipo de coisas, não compro simplesmente (...) A pessoa acaba por se auto condicionar ao nível, sobretudo, da vida pessoal. É uma questão de sorte. Acho que para tudo nesta vida. Tento ser positiva, porque, também desesperar não leva a lado nenhum... mas há momentos em que a pessoa se vai mesmo abaixo e questiona tudo. Para já, ainda sinto que há a possibilidade de conseguir algo compatível com a formação que tenho, porque também não podemos desistir e baixar os braços; uma pessoa andou tantos anos a estudar... é, também, uma questão de orgulho pessoal e da necessidade de a pessoa se sentir valorizada.” (Mulher, 38 anos, Espinho)

3.3.3. Emergência de quadros de doença e psicopatologias

Associados aos riscos de rupturas sociais e de sentimentos de isolamento, com importantes implicações na perda de auto-estima, de segurança em si e de falta de estímulo para a realização de actividades ou de apatia, tendem a surgir, igualmente, quadros de doença e psicopatologias que se agravam em função do tempo de permanência no desemprego.

“Optimismo já tive mais que o que tenho; cada dia... a pessoa vai mesmo baixando... entra em paranóia. Comecei a ter que tomar medicação e essas coisas todas porque... tive um princípio de esgotamento e estou a tomar. Já vem do fim do emprego. Já estava a ver aquela coisa... de ano para ano, vamos vendo na própria empresa, que a gente não é burra nenhuma, que as coisas estão mal. Para estar aqui consigo, tive que tomar um tranquilizante. Tenho que tomar, de manhã, principalmente, tenho que tomar.” (Mulher, 43 anos, Guimarães)

“Desanimei e tive uma depressão quando saí dos bordados que vai há doze ou treze anos, eu andei num psicólogo. (...) Eu andei lá por causa de ter ficado sem emprego, isso aí mexeu muito comigo... andei lá nas consultas e andei a fazer tratamento. Porque eu sou muito cismenta e qualquer coisa mexe comigo. Ainda não há muito tempo recaí... andei na doutora. Estou a tomar medicamentos... porque a gente estar a trabalhar e num instante muda assim de repente! Eu sou uma pessoa que as coisas ficam-me na cabeça e desanimei e fui abaixo e tive um princípio de um esgotamento!”
(Mulher, 31 anos, Espinho)

Para além disso, é possível que a vivência do desemprego contribua para o desenvolvimento de um quadro de doença grave, como, por exemplo, nos testemunha o seguinte entrevistado:

“Quando fiquei desempregado andei deprimido, tinha diabetes e, depois, é como digo, bebia um copito, ou assim, e junto com a doença as coisas complicaram-se.”
(Homem, 43 anos, Guimarães)

Na verdade, este enfoque de cariz mais psicológico do fenómeno do desemprego tem sido desenvolvido a partir do paralelismo que se assume entre a experiência tradicionalmente instituída de ruptura da crise psicótica e as novas vivências de ruptura sofridas pelo homem contemporâneo que se vê diante da modificação profunda das ocupações que exercia e do desemprego. No actual mercado trabalho, a experiência de desemprego deixa de se constituir como transitória e conjuntural e passa a assumir um carácter estrutural e permanente para muitos dos actores sociais. Com efeito, Ribeiro (2007) conclui que o desemprego, tal com a psicose⁵⁴ conduzem a uma experiência psicossocial de ruptura biográfica resultante da perda de referência no mundo das significações existentes, da construção de trajectórias descontínuas de vida e da necessidade de (re)estruturação dos laços sociais.

3.4. Estratégias e expectativas de resignação/superação do desemprego

Como vimos, as narrativas ilustram bem a desestruturação da vida pessoal, familiar e social daqueles que estão privados de um emprego por um longo período. Certamente que se poderá imputar as causas da incapacidade de se aceder a um (novo) emprego a factores estruturais e conjunturais, quer dizer ao sistema de funcionamento da economia e ao emagrecimento progressivo de um Estado social. Porém, para as pessoas que o

⁵⁴ Salvaguardando as devidas especificidades nas suas origens e causas, a psicose e o desemprego colocam os indivíduos em situações semelhantes, pois geram uma ruptura biográfica que os relega a uma situação similar de linearidade, desfiliação e exclusão (Ribeiro, 1997: 83).

vivem, as causas podem alicerçar-se, igualmente, na percepção de um fracasso pessoal, de uma degradação da qualidade de vida, de uma quebra das relações de amizade, de um isolamento ou auto-exclusão.

Nesse sentido, importa completar esta análise com a exposição das estratégias e expectativas de resignação/superação do desemprego prosseguidas pelos entrevistados. Estas passam quer pelo papel institucional assumido pelos técnicos afectos ao IEFP, à Segurança Social e aos sindicatos no que diz respeito ao apoio e às medidas específicas por eles disponibilizadas, quer pelas estratégias individuais prosseguidas pelos actores sociais na superação do desemprego. Neste balanço, está patente a percepção dos obstáculos sentidos no retorno ao mercado de trabalho. Daí, o conhecimento dos principais obstáculos à não-inserção no mercado de trabalho e as estratégias de superação contribuem para o desenvolvimento de adequadas políticas de emprego, formação e de cidadania.

3.4.1. Protecção social e institucional

O Instituto de Emprego e Formação Profissional aparece como o principal, senão mesmo o único, interlocutor destes desempregados, já que, como veremos, o sindicato é tido quase como um protagonista ausente nas suas histórias de vida.

“Ao IEFP vou lá de vez em quando. Só [enviam] os postais a perguntar se já arranjei emprego. Respondo sempre que continuo interessado. (...) Não tenho razão de queixa, aliás, a Sra. que me atendeu, que está tratar do curso em que me inscrevi, gostei muito de falar com ela.” (Homem, 46 anos, Guimarães).

“Da parte destas entidades, quando tirei o curso de jardinagem houve uma colega que queria formar uma empresa de jardinagem. (...) Então, o Instituto [IEFP] dava-nos o apoio a isso, mas ela é que tinha de ser a promotora. Fizemos um projecto, íamos apresentar o projecto, só que ela foi trabalhar, arranjou emprego na Câmara de Aveiro. Foi-se por água abaixo todas essas coisas.” (Homem, 58 anos, Espinho)

“Andei a tirar um curso também em Espinho que era um curso que era disto de dar apoio aos idosos. Mas é assim, eu fui, andei lá uns meses a tirar o curso, mas... uma pessoa está ali de manhã à noite sentada numa cadeira a escrever, parece que anda na escola outra vez. Depois, eu tinha esta criança doente, que ela também já nasceu doente, tinha que ir com ela ao médico, mais isto mais aquilo...Desisti. Não tinha paciência para estar ali a escrever.” (Mulher, 42 anos, Espinho)

Ademais, a maioria dos entrevistados declarou que a acção dos técnicos foi infrutífera. Com efeito, muitos desempregados encontram-se à espera de serem contactados ou informados sobre propostas de emprego. Esta situação apresenta-se, ainda mais grave, se atendermos ao facto de alguns dos desempregados não receberem qualquer subsídio

e outros estarem prestes a concluir o período a que têm direito a auferir qualquer tipo de apoio financeiro.

“Chamada só fui uma vez, mas quando lá cheguei, o lugar já estava preenchido e não era para a minha área, era para Brunideira. Foi a única vez que me chamaram. (...) À espera estou eu! Eu estou à espera disso mas não vejo jeito porque, agora, estou a acabar o subsídio; em Agosto acaba. Tive direito a 24 meses e opção de mais 12 meses devido à idade. Como acaba em Agosto e até agora não arranjam nada, de certeza que já não vão arranjar. Eu espero que me chamem seja para o que for.” (Mulher, 43 anos, Guimarães)

“Mantenho a minha inscrição em aberto ou activa.” (Mulher, 38 anos, Guimarães)

Por sua vez, há da parte dos entrevistados a recusa de algumas propostas de emprego.

“Há uns anos tive uma situação [o IEFP propôs a criação de auto-emprego], que recusei... foi a única vez que recusei uma proposta de emprego.” (Mulher, 38 anos, Guimarães)

“Eles [Centro de Emprego] queriam-me arranjar trabalho para serralheiro, e eu disse que não percebia nada de serralheiro, e era para Gaia. Eu disse que não tinha meio de transporte.” (Homem, 44 anos, Espinho)

“O ano passado (2005) mandaram-me às Taipas, a um restaurante/snack-bar, mas o dono assinou a carta e disse-me que não precisava. Tenho ido ao Instituto de Emprego várias vezes mas nunca há nada. Fui lá à coisa de um mês e arranjavam-me para a florestal de S. Torcato. (...) Uma zona florestal; andar com máquinas a cortar mato e silvado. Eu não sei fazer nada disso. Não aceitei; ainda me podia aleijar ou ter problemas... e u disse que não.” (Homem, 45 anos, Guimarães)

Seja por falta de emprego ou de formação, seja por falta de informação, a crítica mais frequentemente dirigida ao IEFP é de algum desinteresse e distância face às condições reais em que se encontram os desempregados. Com efeito, alguns deslocam-se apenas para consultar a informação disponível relativa a empregos e formação profissional, afixada nos quadros do Centro para esse efeito, outros raramente se deslocam, limitando-se a receber e a reenviar o postal que lhes é enviado mensalmente pelo IEFP para confirmarem que se encontram desempregados e interessados em obter um emprego.

Quando os entrevistados se deslocam ao IEFP, o cepticismo na mudança da sua situação e o desconforto sentido na interacção com os técnicos contribuem para o aprofundamento de sentimentos de mal-estar e desmotivação face ao seu estatuto de desempregado. Esta observação permite corroborar, igualmente, os impactos psicológicos do desemprego visíveis na interacção com outros actores sociais.

“Ainda não fui, mas tenho intenções de ir. Aqui há tempos fui lá [IEFP], só que estava muita gente e ia esperar um tempo infinito, dei a volta e não fui. Estava muita gente. Eles não chamam as pessoas? Eles não vêem as dificuldades que as pessoas têm?” (Homem, 43 anos, Guimarães)

“Chamam-me de longe a longe para ir renovar a minha situação no Centro de Emprego porque não sei das quantas e levo uma seca fenomenal e não resolvo nada com isso.” (Homem, 29 anos, Espinho)

“Ficamos sempre na recepção e, quando muito, vamos à Doutora, que é sempre a mesma, a tal que olha para a ficha e... para baixo. (...) Estão apenas a fazer um serviço. Tem um emprego... parece que estão ali a fazer um favor aos desempregados.” (Mulher, 53 anos, Guimarães)

“Há uma má receptividade, não são pessoas [técnicos do IEFP] que elucidem convenientemente: *‘Olhe, passe cá outra vez a ver se consigo.’* Não pode ser, também, não é? Podiam-nos ao menos alimentar as esperanças, mas não, nem isso eles fazem.” (Homem, 58 anos, Espinho)

“Somos um número que aparecemos ali. Vão ao computador ver se há alguma coisa” (Mulher, 38 anos, Guimarães)

“Se for uma amiguinha é recebida de uma maneira, se forem pessoas que vão lá procurar trabalho. (...) Há muita coisa no Centro de Emprego... tem arrogância para com as pessoas, não digo toda a gente. (...) Há pessoas que querem trabalhar, há pessoas que não querem. Há gente que recebe as cartas do Centro de Emprego e não quer ir trabalhar; no meu caso não é.” (Mulher, 43 anos, Guimarães)

Se a situação de privação económica afecta a maioria destes entrevistados, poderia pensar-se que estes se socorrem de outros agentes institucionais como, por exemplo, a Segurança Social, a Câmara ou Junta de Freguesia.

“Tenho uma pequena prestação da Segurança Social. (...) É o Rendimento Social de Inserção.” (Homem, 48 anos, Espinho)

“Exactamente, estou inscrito no Centro de Emprego. Não recebo absolutamente nada. Eu devo dizer-lhe que já tenho, é o terceiro requerimento sobre o Rendimento Mínimo. Nunca fui chamado para receber informações sobre emprego.” (Homem, 58 anos, Espinho)

“No Centro de Emprego é muito raríssimo ir lá. Só fui lá uma vez ou duas porque me chamaram. (...) Não recebo nada. Eu vou ser sincero, eu já tentei três vezes para o Rendimento Mínimo.” (Homem, 44 anos, Espinho)

Além do desconhecimento da existência de instituições e mecanismos de ajuda que poderá, em certa medida, contribuir para alguma passividade, há, certamente, que juntar a vergonha e a timidez em se assumir essa ajuda. Tal é evidente quando se declaram as dificuldades de assumir a sua situação e de falar dela a outras pessoas.

“Às vezes pensei pôr os pés ao caminho, mas ainda ficava mal [Segurança Social]. Se um pessoa chega lá e ouve uma má resposta? [Câmara]. Não me diga nada, não me diga nada! [ir à Junta de Freguesia] (Homem, 45 anos, Guimarães)

Mesmo reconhecendo que a família sofre de privações financeiras, não se alimentando, nem se vestindo como seria desejável, a dificuldade de assumir para si próprio e de revelar aos outros a categoria de “assistido” impede, no caso deste entrevistado, de procurar ajuda institucional junto de outras entidades ou instituições.

Quanto ao papel reconhecido aos sindicatos, enquanto organização reivindicativa e de defesa dos direitos dos trabalhadores, os entrevistados manifestam posicionamentos que vão desde o completo desinteresse e distanciamento à integração nos órgãos de direcções sindicais, havendo ainda situações de sindicalização posterior à entrada no mercado de trabalho.

Muitas vezes, não se trata de uma opinião negativa fundamentada ou de uma crítica interessada. É, sobretudo, uma opinião marcada pelo desinteresse sobre o assunto.

“Não, nunca fui [sindicalizado]. Nunca, nunca tive [contactos com sindicatos]. Eu tento resolver sempre as coisas da melhor forma. Não quero meter cá... por vezes... tentei sempre nunca criar mal-estar nas outras pessoas, portanto, nunca precisei.” (Homem, 46 anos, Guimarães)

“Fui, na data de 74/75 fui sindicalizado. (...) Nunca recorri ao sindicato. Era pagar as quotas praticamente e umas conversas de vez em quando para desfazer dúvidas e coisa assim do género. (...) Os sindicatos hoje estão a dar a impressão que estão mais politiqueiros do que a salvaguardar os direitos do trabalhador. E devo dizer mesmo que os dirigentes não estão à procura dos interesses porque eles estão à procura do lugar deles, porque se eles estivessem interessados, realmente, pelos direitos do trabalhador, eles teriam que andar mais em contacto com o trabalhador e não fechar-se nos gabinetes. (...) Portanto, o sindicato, para mim, nada me diz. Hoje em dia, nada me diz”. (Homem, 58 anos, Espinho)

“Olhe, eu, para dizer a verdade, não ligo muito aos sindicatos, não sou muito... nunca acompanhei manifestações, nunca entrei num sindicato, não sei o nome das pessoas dirigentes. (...) Nunca pertenci a essas classes, não, não...” (Homem, 43 anos, Guimarães)

“Foi uma opção minha. Eu decidi que não estava disposta ao fim do mês a dar dinheiro para o sindicato. Não tenho nada contra eles, nada, absolutamente nada. (...) Como nunca precisei achei que também não viria a precisar.” (Mulher, 51 anos, Espinho)

Em oposição, há quem defenda a importância do empenhamento na luta política e sindical para assegurar os direitos dos trabalhadores e contribuir para uma sociedade mais igualitária.

“É muito importante que qualquer trabalhador esteja sindicalizado porque sozinho não se vale, sozinho não é nada, não é ninguém se não tiver a sua organização.” (Mulher, 53 anos, Guimarães)

Sendo sindicalista, praticamente durante toda a sua vida profissional, não nos surpreende que defenda o sindicato como sendo, ainda, a melhor forma de os trabalhadores se organizarem e defenderem os seus direitos. Reconhece, porém, que não tem sido dada a atenção necessária aos desempregados, justificando essa falta de atenção, por parte dos sindicatos, com o facto de estes estarem demasiado ocupados em resolver os problemas dos trabalhadores cujas empresas entram em falência e cujos casos se arrastam pelos tribunais durante anos. Por isso, culpa os sucessivos governos ao contribuírem para o desemprego através de leis “que mandam cá para fora” muitos trabalhadores. A entrevistada sustenta que a menor sindicalização dos novos operários se deve à falta de informação por parte destes. Reitera, ainda assim, que os “sindicatos também precisam de inovar”, de oferecer novos serviços e parcerias com outras entidades, como forma de continuarem atractivos para os trabalhadores.

3.4.2. Estratégias individuais de superação do desemprego

Além da iniciativa de inscrição no Centro de Emprego, iremos centrar a nossa atenção nas principais estratégias individuais desencadeadas pelos desempregados. De uma forma geral, pode definir-se uma postura mais activa e outra mais passiva. Para a compreensão destas posturas é relevante analisarmos, por um lado, os meios utilizados, a motivação, a receptividade e a disponibilidade para a formação profissional e para a aprendizagem em sentido abrangente; por outro, a percepção que detêm dos seus *handicaps* em termos de idade, habilitações, experiência profissional, sector de actividade, entre outros.

Assim, dos mais empenhados e motivados na procura de emprego, observa-se o recurso a jornais, *internet* e relações sociais alargadas de que dispõem para tentarem encontrar um novo emprego.

“Nós vamos ao jornal ou através de outros amigos que trabalham aqui por essas obras grandes, perguntamos se eles precisam. (...) Pessoalmente perguntamos aos meus colegas se precisam. Se precisarem, prontos, com um amigo que trabalhe lá, é mais uma ajuda.” (Homem, 44 anos, Espinho)

Igualmente, está também patente a frequência de acções de formação profissional por iniciativa própria, como forma de manterem actualizados os seus conhecimentos.

“Eu, por iniciativa própria, já que eles [IEFP] não me arranjam nada. (...) É Informática porque é o único curso para mim. Eu tenho que ver em que curso me posso inserir;

se tem o 9º ano, porque há cursos conforme as habilitações; se é para 1º emprego, se é pós-laboral, se é para desempregados e eu, dentro desse leque, tenho que ver qual o curso que dá para mim. Os cursos que tenho escolhido são para desempregados; ver se são para a minha idade e habilitações. Existem cursos que dão equivalência ao 9º ano e nesses não me posso inserir porque já tenho o 9º ano.” (Homem, 46 anos, Guimarães)

“Já fiz um curso de Formação de Formadores há 10 anos; tirei-o a partir do Instituto de Emprego, foram eles que me chamaram.” (Mulher, 38 anos, Guimarães)

“Só que depois, através da Drª... [técnica da UNIVA do Centro Social de Paramos], fui frequentar um curso de jardinagem.” (Homem, 58 anos, Espinho)

Para este comportamento mais ofensivo pesa bastante o facto de estarmos perante entrevistados que detêm níveis de escolaridade mais elevados, em comparação com os restantes entrevistados. Além disso, apresentam idades compatíveis com a desejável aspiração de se reinserirem no mercado de trabalho.

Em relação aos que apresentam comportamentos mais passivos, importa ter presente os traços comuns que os caracterizam. Baixas qualificações profissionais e escolares, idades acima dos 50 anos, famílias monoparentais e compostas por vários elementos explicam, em regra, a atitude de maior passividade e desencorajamento face ao mercado de trabalho. São raras as iniciativas de procura e estas quando se realizam são junto de pessoas amigas e quase nunca junto das empresas ou de instituições especializadas.

“Não procurei muito. Não procurei muita coisa. Procurei dentro dos tapetes e ali na Cordex, coisa que também eu nunca fiz [área de trabalho], por isso, também não procurei muito mais.” (Mulher, 51 anos, Espinho)

“Já não me lembro de abrir os classificados, por exemplo. Também é a única coisa que me dou ao trabalho de ver, também não tenho *net*, neste momento, mas já não me lembro de abrir os classificados e aparecer um anúncio que me valha a pena responder, percebe? Já não me lembro de aparecer lá a pedir para desenhador há imenso tempo. Às vezes acomodo-me. Devia se calhar estar mais atento...” (Homem, 29 anos, Espinho)

Ao mesmo tempo, estes não demonstram abertura e disponibilidade para realizarem formação profissional e/ou completarem a sua escolaridade obrigatória. Assim, também, são estes que raramente se deslocam ao IEFP para obter informação sobre ofertas de emprego e formação ou aconselham-se junto dos técnicos. No essencial, não se lhes reconhece qualquer estratégia ou projecto alternativo de vida que passe por tentar regressar ao mercado de trabalho. A passividade e a falta de motivação traduzem-se ora numa espera que “alguém veja” a sua situação e a resolva, ora na espera de um acaso que lhes proporcionará um emprego ou trabalho “à sua medida”.

“É a primeira coisa que nos vem à cabeça. (...) Estamos a ver o monstro da idade na frente.” (Mulher, 53 anos, Guimarães)

“As minhas dificuldades é o caso de não ter estudos. É mais isso!” (Homem, 44 anos, Espinho)

“Agora diz que é tudo preciso estudos e tudo, que para mim é um bocado difícil por ter a 1ª classe. (...) No Centro de Emprego disseram-me isso...” (Mulher, 32 anos, Espinho)

“Se fosse saudável ia para o estrangeiro, só que a deficiência, não posso. Construção civil para mim... não posso, se não estava lá fora uns anitos.” (Homem, 43 anos, Guimarães)

“(...) porteiro, vigilante, empregado de uma bomba de combustível, são trabalhos que quase não exigem formação profissional. (...) A formação profissional, em si, não é precisa, mas são precisas outras coisas que sejam compatíveis com o emprego. Se eu tiver a sorte de que me apareça assim uma coisa parecida com isso, posso deixar a restauração e apostar noutra coisa. Vou aguardar, vou aguardar.” (Homem, 43 anos, Guimarães)

“Aliás, devo dizer-lhe que, ainda este ano, não deve haver casa alguma em Espinho que eu não tivesse contactado. Não deve haver pessoas da minha relação que não saibam que eu que estou assim, e que não lhes tenha feito pedido de emprego. (...) Ainda hoje procuro emprego!” (Homem, 58 anos, Espinho)

Tal como temos vindo a argumentar ao longo deste estudo, a percepção da ausência ou pouca oferta de emprego na zona da residência, ou zona envolvente, encontra-se, igualmente, plasmada em algumas das posições dos entrevistados. Por outro lado, há a consciência das estratégias empresariais até então baseadas em baixos salários e das políticas de ensino e emprego seguidas pelo país que não contribuíram para a adequada formação profissional da mão-de-obra.

“(...) Eu sou uma grande defensora da escolaridade obrigatória até ao 12º ano, mas, depois, chegam e eles dizem – ‘Tem experiência?’ Um bom profissional também se pode fazer desde muito cedo e não temos que ser todos doutores. A Escola Industrial de Guimarães, noutros tempos, formou gente para as empresas. Essa escola nunca deveria ter acabado porque se um miúdo pode não dar doutor, pode ser um bom carpinteiro, pode ser um bom serralheiro, pode ser um bom electricista e essas profissões são necessárias. (...) Há uns anos, quando nós fomos trabalhar, muitas profissões tinham os chamados aprendizes que iam rodando na empresa e daí a uns tempos estavam uns profissionais; hoje, não dão essas oportunidades. Eles [os empregadores] não querem pagar; eles querem a tal formação, querem o tal operário que chega lá, estilo robot, e já faz aquilo que eles querem, para não dar prejuízo nem perder tempo; mas quando se discute o salário, não. (...) O defeito das entidades patronais portuguesas, enorme e que não corrigem, é tentar vender gato por lebre. (...) Os industriais têm que apostar na qualidade porque esta é que os manterá no mercado.” (Mulher, 53 anos, Guimarães)

“Veio a crise da têxtil no Vale do Ave e aquelas empresas passaram por uma crise muito grande. Todos sabemos que, aqui, a têxtil e o calçado, que eram os sectores fortes, foram os sectores que mais sofreram com a crise.” (Homem, 46 anos, Guimarães)

“Portugal é assim, temos um governo assim; aumenta as coisas, os ordenados não prestam. Temos um governo que se visse as condições de certas pessoas... não vê; vê os grandes capitalistas, não vê os pequeninos...” (Homem, 43 anos, Guimarães)

“No meu tempo, trabalhávamos ao sábado. Não fechavam as firmas, hoje não. Hoje, querem trabalhar pouco, ganhar muito, fecham as firmas! (...) E depois, sobrecarga de impostos, porque acho que os impostos estão muito elevados. Acho que o governo devia tomar uma atitude. Se estamos em crise, devia atenuar certos e determinados impostos que, por vezes, há firmas que também não conseguem. (...) Mas, em contrapartida, temos agora o caso da Volkswagen, da AutoEuropa, que está sujeita a retirar-se. Agora que o governo devia acautelar quando uma multinacional chega ao nosso país.” (Homem, 58 anos, Espinho)

Se é certo que existem ainda muitos trabalhos pouco exigentes em termos de qualificações necessárias para o seu desempenho, não é menos verdade que a crescente segmentação da mão-de-obra, incluindo trabalhadores detentores de elevadas qualificações escolares, têm vindo a fomentar conflitos, disfunções e novas formas de desigualdade que se reflectem, de forma contraditória e paradoxal, tanto nos sistemas económicos de grande escala, como nos contextos locais, como, ainda, em certos grupos sociais (Scherer-Warren, & Carvalho Ferreira, 2002). Os factores de pressão e de concorrência entre os candidatos ao emprego são hoje mais evidentes e atingem vários grupos sociais. Os processos de deslocalização da indústria para países de mão-de-obra mais barata, a emigração maciça de trabalhadores dos países mais pobres em direcção aos países mais ricos e a migração sazonal e transfronteiriça, entre outros factores, contribuem para a alteração das relações de oferta e procura de emprego.

“Nós temos aqui muito pouca oferta de emprego. (...) Está difícil para os novos quanto mais para as nossas idades.” (Mulher, 51 anos, Espinho)

“Já é a terceira vez que eu vou lá [Espanha] procurar trabalho. Agora vamos ver, que eles ficaram de me telefonar hoje ou amanhã para assinar o contrato. (...) Nós vamos para zimbreiros, fazer zimbres, tudo em madeira.” (Homem, 44 anos, Espinho)

Assim, quando se trata de encontrar novamente um emprego, a vulnerabilidade que atinge os desempregados com o perfil dominante dos entrevistados deste estudo agrava-se no contexto da crise económica que tem vindo a atravessar Portugal. Este contexto é definido por uma persistente debilidade da economia criar emprego, em especial, qualificado, pelo que o volume de desempregados não tem parado de aumentar. Mesmo assim, vale a pena ter presente que, relativamente ao perfil de desempregados, quando comparados com os que possuem baixas qualificações escolares, são sobretudo os detentores de maiores níveis de qualificação que têm maiores probabilidades de regressarem ao mercado de trabalho. Daí que a posse de conhecimentos e

competências, sancionadas por certificados escolares, seja um dos recursos indispensáveis e um dos referentes de diferenciação da empregabilidade no mercado de trabalho.

4. Retratos de vida interrompidos

A partir do aprofundamento da análise de algumas entrevistas iremos terminar esta segunda parte com a apresentação de cinco biografias⁵⁵, enfatizando-se as dimensões relacionadas com baixa auto-estima, desorganização familiar, debilidade física ou psicológica, decorrente de estados depressivos, e dificuldades económica (beneficiários de RMG/RSI).

4.1. “O Pobre não pede, tem vergonha”

Francisco tem 58 anos. Começou a trabalhar aproximadamente aos catorze, quinze anos como empregado de escritório, porque as dificuldades económicas dos pais não o permitiram estudar mais. Mesmo assim, fez o 6º ano de escolaridade. Aos 17 anos mudou de emprego para ganhar mais dinheiro. Foi para metalúrgico. Mais tarde, cumpriu o serviço militar durante quatro anos, onde tirou um curso de primeiros socorros, e foi para a Guiné, para a Guerra colonial. De regresso, decidiu mudar de profissão, pois considerava que as suas habilitações escolares eram superiores às da generalidade das pessoas (a maioria tinha a 4ª classe). Assim, foi para vendedor numa empresa de material eléctrico. Apaixonou-se pela profissão, mas com a Revolução de 25 de Abril de 1974 a sua vida profissional entrou em declínio.

Crítico e avesso aos propósitos da revolução e à revolta do operariado, começou a ser visto como um “facho” quando ia aos clientes porque, segundo ele, ganhava melhor e, embora se sentisse superior a eles por esse motivo, o seu valor não era reconhecido. Preocupado com esta situação, deixou de sentir-se à vontade como vendedor e teve necessidade de desistir da profissão.

Com alguma prática, devido à convivência que tinha com profissionais da área, foi para a restauração. Desenvolveu as suas aptidões e teve bons cargos, mas saturou-se, pois, para Francisco, talvez o *stress* da guerra o tivesse perturbado e, por isso, não aceitava as conversas das pessoas, que considerava hipócritas. Logo, abandonou o emprego e

⁵⁵ Os nomes referidos nas narrativas são fictícios.

voltou a ser vendedor na mesma empresa onde já o tinha sido. Um ano após ter recomeçado, a empresa foi à falência. A partir daí nunca mais conseguiu emprego. Está desempregado há 15 anos. Tempo a mais para quem trabalhou durante 40 anos.

Visivelmente abatido, Francisco é o testemunho vivo de como as consequências do desemprego são devastadoras e dramáticas. À medida que o tempo de desemprego ia passando, foi perdendo o dinamismo que sempre teve na organização de festas e convívios com a família e com os amigos e na participação em actividades associativas. Foi presidente de uma associação de basquetebol e director de uma rádio.

Hoje, gostaria de pertencer a uma associação recreativa, mas os gastos em deslocações ou em bens alimentares, se fosse, por exemplo, à sede da associação, impedem-no. O facto de não poder acompanhar os outros financeiramente é o principal problema. Foi por este motivo que deixou de ser pioneiro em eventos familiares.

Sente-se desintegrado e talvez envergonhado por não poder contribuir nas merendas. Como ele refere “*o pobre não pede, tem vergonha*”. Mas as mudanças no seio familiar não se ficam por aqui. O desemprego rompeu com alguns dos seus hábitos. A visita aos familiares mais distantes começou a ser esporádica para evitar as despesas em deslocações. Os almoços e os jantares em restaurantes deixaram de se fazer. Os laços familiares vão-se degradando, pois evita o diálogo com os seus três filhos. Não ter nada para lhes oferecer, quando eles vão lá a casa, revolta-o, humilha-o. Assim, prefere afastar-se. O mesmo se passa com os amigos. Francisco fecha-se em si, no seu mundo, acompanhado pela solidão.

O tempo de desemprego é ocupado em casa, a cuidar do quintal, a ler ou, então, vai passear a pé porque o carro foi vendido para evitar os gastos que lhe estão associados. Faz, ainda, alguns biscates voluntariamente como jardineiro ou electricista.

As dificuldades económicas são muitas. Francisco sobrevive com a humilde pensão de 200 euros da esposa. Pouco dinheiro para as despesas em água, luz, gás, alimentação e medicamentos.

O desemprego transformou a sua vida negativamente. Tem sido uma ferida dura de cicatrizar. A tristeza, o desânimo e a sensação de angústia são sentimentos que o dominam. Para além disso, sente-se excluído e desintegrado da sociedade, frustrado por não lhe darem oportunidade para trabalhar. A idade avançada é o principal motivo da exclusão. Motivo que o revolta e que considera injusto, pois sente-se perfeitamente

activo, com capacidades físicas e mentais para trabalhar. Tem procurado intensamente emprego, mas as portas onde bateu nunca se abriram.

Neste momento, Francisco tem dois desejos: o primeiro é um emprego porque o trabalho “dá saúde”, “é a coisa mais bonita que existe”, e do qual depende a sua realização pessoal e profissional; o segundo é a sua reintegração na sociedade, a vontade de se relacionar e conviver novamente com os outros.

4.2. “Seria mais bem visto se tivesse um emprego”

Luís é cortador de carnes verdes. Começou a trabalhar no talho do pai ainda frequentava o liceu. Foi o pai quem lhe ensinou o ofício. Fez o 9º ano de escolaridade e empregou-se em diversos talhos de supermercados e hipermercados. Diz ter trabalhado várias vezes, mas com descontos trabalhou apenas seis anos. Pouco tempo para quem tem 48 anos e está desempregado há já nove anos.

O percurso profissional curto e as mudanças contínuas de emprego têm uma explicação: Luís era alcoólico e sempre que recebia o salário perdia-se com os amigos nos ambientes onde o vício era mais forte. Depois, faltava ao trabalho e o inevitável acontecia, ou seja, perdia o emprego. No seu último emprego faltou durante uma semana e a sua única hipótese foi rescindir o contrato.

Quando veio embora ainda realizou alguns biscates num talho perto de sua casa, mas não continuou devido à concorrência e ao facto de se vender pouco. São, aliás, estes os principais motivos que considera estarem a impedir-lhe o acesso a um emprego.

Entretanto, Luís procurou uma saída para si próprio. Tentou ser mais forte que o álcool e libertar-se do vício que arruinou a sua vida a todos os níveis. Agora, totalmente abstinente, recuperado, tem procurado emprego por toda a parte, porém na sua área de formação, em que sempre trabalhou, os talhos. Consulta os anúncios dos jornais, anota os contactos necessários, mas nunca teve sucesso. Vai pessoalmente ou contacta directamente a entidade empregadora para pedir emprego, mas é sempre mal sucedido. Já foi chamado pelo Centro de Emprego duas vezes. Foi às entidades indicadas, não tendo sido seleccionado. Também desconhece o motivo da sua exclusão. A hipótese de emigrar não é convidativa devido à idade. No entanto, apesar da desilusão, Luís está confiante na possibilidade de um dia encontrar um emprego.

Após o desemprego, a principal dificuldade que tem tido é a de ocupar o tempo. Às vezes parece-lhe um tempo vazio. Mesmo assim, dedica-se ao trabalho agrícola no pequeno quintal de sua casa, faz reparações (pintar, por exemplo) também em sua casa, passeia à beira-mar e gosta de ler. E porque vive sozinho realiza, ainda, as tarefas domésticas: cozinha, lava a loiça, lava a roupa e passa a ferro.

O facto de viver sozinho e estar desempregado não o tem afectado. Não se sente mais triste nem só, pois está habituado a viver sozinho. Por enquanto, ainda não se “entregou” aos efeitos mais penosos que o desemprego causa em muitas pessoas. Não se refugia no seu problema, no seu espaço e, mesmo com pouca frequência, convive com os vizinhos. Talvez por alguma indiferença já sentida, acredita que seria mais bem visto por eles se tivesse um emprego. Teria outra reputação. Dos amigos afastou-se, não por sentir necessidade de se isolar devido ao desemprego, mas porque não quer cair novamente em tentação: *“prefiro ficar em casa para não voltar a cair no vício do álcool”*.

Não ter emprego significa para si a falta de objectivos na vida e a carência económica. Por este motivo é beneficiário do Rendimento Social de Inserção e ajudado pela irmã e pela tia, com quem tem um bom relacionamento.

Consciente de que o trabalho é indispensável para sobreviver, o seu projecto de vida passa única e exclusivamente pela obtenção de um emprego. Era o suficiente para se sentir útil na sociedade, para estar ocupado e realizar-se pessoal e profissionalmente e, no fundo, *“seria mais bem visto se tivesse um emprego”*.

4.3. “Quando saí dos bordados, andei num psicólogo”

Isabel começou a trabalhar aos quinze anos como bordadeira numa fábrica de bordados. Após cinco anos de trabalho, a empresa encerrou. Depois, empregou-se numa empresa de cordas e espumas, onde assumiu a função de embaladeira. Entretanto, engravidou. Teve uma filha e, por ter nascido com problemas de saúde, Isabel teve de deixar o emprego para tomar conta dela. Tinha trabalhado três anos.

Mais tarde, com a filha mais crescida (três anos) arranjou emprego numa fábrica de tripas. Participava na lavagem das tripas, contudo, como sofre de bronquite asmática, apanhou uma infecção e teve de ir embora. Trabalhou meio ano. No total, Isabel tem oito anos e meio de trabalho. A partir daqui nunca mais conseguiu emprego.

Neste momento, Isabel tem 31 anos de idade e está desempregada há seis anos. À primeira vista parece difícil de acreditar que, tendo ficado desempregada tão jovem (25 anos), e sendo ainda jovem, nunca tenha arranjado trabalho. Mas é aqui que a história de Isabel se revela angustiante e, ao mesmo tempo, “caricata”.

Ao longo de todos estes anos tem procurado sistematicamente emprego. Contactou directamente empresas e inscreveu-se em diversos supermercados e hipermercados. Nunca foi chamada. Consulta frequentemente os anúncios dos jornais, o Centro de Emprego e a UNIVA da sua área de residência. Chegou a ser contactada pela UNIVA para trabalhar numa fábrica de estofos, mas foi rejeitada porque a consideraram obesa e porque tinha mais de trinta anos, a idade limite pretendida pela empresa. Também através da UNIVA foi inscrita numa fábrica de produção de memos e numa fábrica de bordados. Na primeira não a empregaram por causa de uma deficiência que tem num dos braços. Nesse dia, chorou, desanimada porque se uns implicam por uma coisa, outros implicam por outra. Na segunda foi excluída por causa da sua estatura. Era baixa de mais para a máquina de bordados que a empresa tinha. Nesse dia, não chorou, riu talvez de ironia pelo motivo da rejeição.

Fez o 6º ano de escolaridade à noite, enquanto ainda trabalhava, com o objectivo e a esperança de um dia conseguir um emprego melhor e de fácil acesso e, mesmo assim, foi excluída por ter formação escolar baixa. Exigiam o 9º ano.

Reconhece que há muita oferta no sector da restauração, nomeadamente restaurantes, mas a sua responsabilidade familiar impede-a de aceder a este tipo de trabalho: tem de tomar conta da filha porque o marido trabalha por turnos. Por outro lado, a sua mãe trabalhou num restaurante e estava sempre ausente. Isabel não quer que isso aconteça com a filha. Precisa de estar presente e próxima dela.

Há duas semanas, através do jornal, inscreveu-se numa empresa em Ovar. Pediam alguém para embalagem. Não foi seleccionada mais uma vez por causa da idade. Era até aos trinta anos. São várias as dificuldades que enfrenta para arranjar emprego. Por isso, mostra-se indignada pelos motivos da exclusão. Sente-se até discriminada.

A par desta frustração, acresce os efeitos negativos que o desemprego lhe causou, nomeadamente os problemas psicológicos. Antes de estar desempregada, Isabel adquiriu um empréstimo do banco para comprar carro e outros bens materiais para a casa e, agora, a preocupação com o débito e o receio da impossibilidade de pagar a prestação é constante. Tão constante que teve uma depressão e ainda está a tomar

medicamentos. Quando ficou desempregada a primeira vez, também ficou assim. Necessitou de tratamento e consulta psicológica: *“quando saí dos bordados, andei num psicólogo”*.

Os sentimentos de tristeza, desânimo e desolação pela mudança repentina do modo de vida abatem-se sobre si e a única consequência positiva que vê no desemprego é a disponibilidade de tempo para a filha e para organizar a vida doméstica.

Para poder pagar o empréstimo ao banco teve de alterar os seus hábitos. Reduziu as despesas em casa (consumo alimentar) e retirou a filha do infantário e da natação. Tem algumas dificuldades económicas, mas ainda conta com o apoio dos pais.

Ocupa o tempo em casa, com as tarefas domésticas, a fazer renda, a ver televisão e a cuidar da filha. Também visita os pais, ajuda a mãe e acaba, muitas vezes, por jantar ou almoçar em casa deles porque assim, como disse, *“evita gastar em casa”*.

Agora, Isabel só quer ter um emprego para ter a sua independência, para se distrair com os colegas e porque o trabalho é fonte de sustento. Deseja, igualmente, sair do bairro social onde reside e, principalmente, que a filha tenha um futuro melhor que o seu.

4.4. “A esperança vai-se desfazendo”

Serafim é bastante magro, tem rosto moreno, enrugado e aparência envelhecida que expressa uma trajectória de vida que começou bem e foi ficando cada vez pior. Diz ter nascido não num *“berço de ouro mas, pelo menos, num de prata”*. Já conduzia e tinha carro quando ia estudar para o liceu, tinha uma *“boa casa”* e os pais davam-lhe uma semanada. Serafim começava bem a sua vida de adulto, pelo menos do ponto de vista material, com emprego prometido logo que findasse o serviço militar obrigatório, de que viria a ficar isento. Tinha o 9º ano completo e a frequência do 10º e 11º anos e era estudante do 3º ano do Instituto Britânico.

Começou a trabalhar com 21 anos, no escritório de uma empresa de acabamentos têxteis, porque estava com a *“ideia da independência”* mas, olhando para trás no tempo, *“uma pessoa põe as mãos na cabeça e diz – Que asneira que eu fiz! Se tivesse concluído o 12º ano e mais um ano no Instituto, hoje daria aulas de Inglês”*.

Serafim é mesmo um daqueles casos de trajectória social descendente. Tendo, à entrada para a sua vida adulta e para a época, quer razoáveis condições materiais

proporcionadas pelos pais, quer habilitações escolares, consegue os primeiros cinco empregos, dos oito que teve, sempre em escritórios de empresas do ramo da indústria têxtil, melhorando, quase sempre e à medida que vai mudando de emprego, a sua situação profissional e salarial. A Serafim efectivamente não se pode fazer o reparo de que não arriscou a mudança e a busca de melhores condições sempre que a ocasião se apresentou.

A sua trajectória torna-se descendente a partir do momento em que sai do 5º emprego porque o patrão não vai com a “*sua cara*”. Os três empregos que posteriormente vem a ter são precários e exigem poucas qualificações. A sua situação profissional e social vai-se tornando cada vez pior, até culminar no desemprego, no “*aperto monetário*”, passando pela modestíssima casa alugada em que habita desde há 2 anos. O declínio da indústria têxtil no Vale do Ave, o fechamento nos últimos anos de inúmeras empresas deste ramo tem arrastado consigo milhares de operários ou para o desemprego ou, para aqueles que conseguem trabalho, um agravamento das condições laborais tornando-se mais precárias face às situações profissionais anteriores.

Nos dois anos que leva já de desemprego Serafim tem procurado trabalho, mas a sua idade, 46 anos, não o favorece: “*sou novo para ir para a reforma e velho para conseguir emprego*”. Tem feito formação profissional na área da Informática por iniciativa própria e lamenta que não apareçam cursos que dêem equivalência ao 12º ano. Inscreveu-se num curso de Jardinagem com duração de um ano, através do IEFP, que lhe dará um grau profissional. Está aberto a outras formações e alternativas de actividade profissional porque “*não tem problema nenhum em tirar um curso de cozinha (...) electricidade, electromecânica*”.

Apesar de estar desempregado, não está parado; a custo e com receio conta que faz *t-shirts* que vende a amigos, donos ou ligados a bares, cafés e ginásios. O seu sonho é, isso sim, “*tirar um curso, no Citex, de Modelismo Assistido por Computador*” no qual já se inscreveu; criar o seu próprio “*estilo de roupa, uma página na Internet e visitar clientes*”. O seu pequeno “negócio” clandestino de *t-shirts* apenas ajuda a “*pagar a gasolina, os seguros e para o filho*”.

Durante este percurso profissional caracterizado por períodos sucessivos de emprego e desemprego, Serafim divorcia-se numa altura em que “*nada corria bem*”. Estando divorciado há dez anos, Serafim vive só numa casa alugada. Por decisão do tribunal teria que dar à sua ex-mulher, que tem a guarda do filho, uma pensão de alimento, porém, dadas as suas dificuldades económicas, contribui com o que pode para as despesas do

filho. Mantém uma relação próxima com o filho e a ex-mulher. Além do desemprego e das dificuldades económicas do dia-a-dia, Serafim tem ainda um outro problema grave, também ele relacionado com dinheiro e que se arrasta há anos, levando-o a pensar que *“o mundo lhe caiu em cima”*. Ainda casado contraiu um empréstimo bancário de 2000 euros para consertar o carro após um acidente e, dez anos depois, ou seja, até hoje, não conseguiu pagar essa dívida, deixando adivinhar que estes acontecimentos se interligaram de tal modo que, a partir deles, ou melhor, das suas consequências, a sua trajectória pessoal sofreu uma profunda inversão.

As suas perspectivas e expectativas pessoais em relação ao futuro mostram o seu desânimo: *“Tenho uma réstia de esperança. Claro que a cada dia que passa, a cada ano que passa, essa esperança vai-se desfazendo”*.

4.5. “Eu não sou mulher de ter medo”

Lurdes é natural do concelho de Felgueiras. Ainda criança com 12 anos, após terminar a 4ª classe, foi trabalhar para o Porto e aos 14 para Lisboa como “criada-de-servir”. Nada fora do normal, já que era prática corrente entre as famílias de poucos recursos. Quando regressa, aos 17 anos, vai trabalhar para uma casa de uma família de industriais da têxtil, sem que permaneça lá muito tempo. Regressa a casa dos pais para trabalhar numa fábrica têxtil em Fafe. Entretanto vai mudando de emprego/empresa, embora mantendo-se no mesmo sector de actividade.

Quando acontece o 25 de Abril de 1974, Lurdes tem 21 anos. Recém operária da indústria têxtil imediatamente se envolve na formação e organização do sindicato têxtil e na luta pelo cumprimento dos direitos dos trabalhadores. Em 1976 entra para a direcção desse mesmo sindicato, afecto à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, intimamente ligada ao Partido Comunista Português do qual virá a ser funcionária quatro anos mais tarde. Estas primeiras lutas valeram-lhe o despedimento da empresa sob a acusação de que tinha feito falsas declarações, e o choque com a *“linha política que esse sindicato seguia”*. Durante o ano em que decorreu o processo judicial esteve desempregada. Acerca deste 1º desemprego, em 1977, disse: *“Não me custou tanto como actualmente, embora já tivesse uma filha. Era jovem, tinha o mundo pela frente. Custou foi o orgulho; estava-se, ainda, no início da Revolução, eu acreditava, eram muitas mulheres, eu já estava na frente”*.

Entretanto, casa com 27 anos, vai para Lisboa com o marido, trabalhador da Lisnave, separando-se passado um ano. Volta para casa dos pais e fica desempregada pela 2ª vez. Em seguida, encontra trabalho numa outra empresa têxtil e fica aí durante três anos, até o PCP lhe propor que seja funcionária do partido: *“tentei recusar porque não era isso que via no meu horizonte, mas, confrontada com uma pergunta que me é colocada por um dos responsáveis, - ‘O que é que a leva a não aceitar? Se é ter medo...’ respondi-lhe – Eu não sou mulher para ter medo.”* É funcionária do PCP entre os anos 80 e 82. Quando sai do partido tinha, ainda, 31, 32 anos e arranja emprego 15 dias depois numa outra fábrica têxtil, onde trabalhará durante 20 anos como costureira. A empresa entra em falência, sem que antes Lurdes deixe de lutar, enquanto delegada sindical, pelos direitos dos trabalhadores e recusar uma proposta do patrão para se calar aquando da implementação da flexibilidade na empresa. Com esta falência 100 trabalhadores, maioritariamente mulheres, ficam desempregados.

Para Lurdes, com 51 anos, este novo desemprego transforma a sua idade, como ela própria diz, num *“monstro”* que dificulta o aparecimento de um novo emprego, além de que perde amigas e rotinas de 20 anos. Sobre o café no centro da cidade, onde marcámos encontro, diz-me, mais tarde, sem conseguir conter as lágrimas, ter sido o local onde, durante os 20 anos como costureira, tomava o pequeno-almoço com as colegas, antes de irem trabalhar. A seguir ao choque segue-se a introspecção angustiada, *“porque não sabemos o que nos vai aparecer, se vai aparecer, se vai haver perspectivas de emprego, se se vai arranjar, quem é que vamos conhecer, como é que vai ser, o que nos vão dizer etc. etc.”*, e a tentativa de *“organizar a cabeça”* antes de *“partirmos para coisas novas”*.

Os seus contactos sociais e políticos são agora um recurso que utiliza contra o isolamento, o tempo desocupado e a depressão. Está consciente do perigo de fechamento social a que a situação de desempregada pode levar: *“a tendência é para não ter gosto no vestir, não ter gosto para calçar, não ter gosto para pentear, ou seja, se não houver cuidado, até a nossa higiene diária deixa de ser aquilo que era.”*

Lurdes enfrenta a situação mobilizando toda a experiência de vida e recursos psicológicos: *“eu chegava aqui à cidade, andava a pé uma hora ou duas e metia-me novamente na camioneta e ia para casa mas, entretanto, tinha vindo à cidade, andei a pé, vi pessoas etc. etc.”*

Decide *“fazer qualquer coisa”* e começa a fazer rissóis em casa para vender e *“ganhar uns trocos extras”*. Integra a direcção da Casa do Povo, que possui um ATL (Actividades

de Tempos Livres), cujo espaço Lurdes limpa por um “*preço simbólico*”, juntamente com a filha e mais três mulheres “trabalhadoras”. Entretanto integra uma lista e concorre, nas últimas eleições autárquicas, para a Junta de Freguesia e ganha. Além destas actividades, faz limpeza na casa de uma professora oito horas por semana e na sede do PCP em Guimarães. Sobre estes biscates e “*da vida dos desempregados biscateiros, daqueles que toda a gente fala mas ninguém percebe*”, aqueles que não têm como ela “*mais nada a que se agarrar*”, justifica-os com a tentativa de “*ocupar o tempo*”, com o “*tentar sobreviver*”, com o “*ir furando*” e se “*não aparecer mais nada, quando acabar o subsídio de desemprego, já tenho alguma coisa*”. Percebe que a questão dos biscates, por parte dos desempregados a receber subsídio de desemprego, é problemática e “*acredita que algumas pessoas já tenham alguma coisa antes de ficarem desempregadas*”, que “*uma meia dúzia aprendeu a lidar com o sistema e vive à custa do sistema*”, mas que as entidades patronais e o próprio Estado têm interesse em que não exista fiscalização a este tipo de trabalho dentro das empresas.

Lurdes tem muitos anos de luta política e sindical, conhece os problemas do mundo do trabalho. A sua visão é crítica em relação à classe empresarial, à intervenção do Estado que “*coloca o cidadão na situação de pedinte*”, a propósito do Rendimento Mínimo, e à sociedade que desvalorizou determinadas profissões e actividades profissionais, como, por exemplo, costureira, picheleiro, entre outras.

Não quer voltar a trabalhar numa fábrica, muito menos nessas “*chafaricas de vão-de-escada*” onde os direitos sociais não são respeitados e onde os trabalhadores têm que “*comer e boca calada*”. Porém, sabe que tem que pagar um preço: “*qual vai ser a minha situação no futuro, tendo as ideias que tenho e que defendo?*”

Conhece o terreno e sabe bem que os tempos não são de exigir, mas de aceitar o que é oferecido. Também não pede muito, “*acabar num emprego, onde mais tarde fosse para a reforma com aquilo que o país pode pagar e não tivesse mais de andar de lado para lado, a lutar pela sobrevivência; porque, no fundo, do que se trata, para quem ganha o que nós ganhamos, está na classe social em que nós estamos e, tendo em conta o que se está a passar no país, é lutar pela sobrevivência.*”

Conclusão

As dinâmicas de transformação da economia mundial e o processo de reconversão produtiva em curso em Portugal colocam o país numa conjuntura em que se acentua a pressão sobre o mercado de trabalho, gerando maior desemprego, aumentando o risco de exclusão duradoura de grupos sociais diversificados, incluindo jovens qualificados do mercado de trabalho, e uma maior precariedade do emprego.

A situação portuguesa caracteriza-se, presentemente, por um duplo défice, de procura e de oferta de qualificações. Por um lado, o padrão de especialização produtiva, ao ser favorável ao desenvolvimento de actividades intensivas em mão-de-obra e ao estar associado a modelos empresariais pouco desenvolvidos, tende a veicular estratégias de recrutamento nas quais elevados níveis de escolaridade e de qualificação profissional não têm constituído até então factores essenciais. Para alguns sectores da economia portuguesa, a aprendizagem mantém uma característica eminentemente informal (aprender pela experiência), sendo a qualificação formal ainda insuficientemente considerada uma mais valia de competitividade e desenvolvimento.

Na verdade, o país apresenta uma dinâmica do mercado de trabalho que favorece a procura de baixas qualificações, não contribuindo para a valorização da educação como factor de empregabilidade. Este défice na valorização de níveis educativos mais elevados corresponde a uma debilidade estrutural da economia e da sociedade portuguesas e favorece a entrada precoce e pouco qualificada de jovens trabalhadores no mercado de trabalho.

Esta realidade é particularmente visível para alguns estratos de qualificação, para segmentos específicos do tecido económico e em determinadas regiões do país (nomeadamente na região Norte), onde é evidente a relação entre a saída antecipada da escola e o padrão de especialização. Afectada por impactos desiguais dos processos de reestruturação industrial e das deslocalizações empresariais, a região Norte apresenta grandes fragilidades no que concerne ao conjunto de indicadores relativos ao emprego, destacando-se de modo particularmente visível a evolução desfavorável das taxas de emprego e desemprego. Com efeito, esta fragilidade simultânea da região Norte nas condições de coesão e competitividade coloca-a numa situação de particular vulnerabilidade para afirmar uma trajectória de crescimento num contexto de forte

ajustamento da economia portuguesa no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007-2013).

A par do ritmo acelerado do desemprego, juntam-se a fraca protecção social e os baixos salários praticados em Portugal, tornando a situação dos (des)empregados cada vez mais precária. Ao serem “empurrados” para o desemprego acabam por se tornar mais frágeis e vulneráveis a situações de exclusão social, ficando muitos deles à margem da sociedade. Sentem-se desencorajados, desmotivados, desiludidos e desesperados. A perda de auto-estima, o isolamento, a desvalorização pessoal, a perda de competências, de saberes e capacidades fazem aumentar os problemas psicológicos, as depressões e ansiedade e, conseqüentemente, as consultas de psicologia e psiquiatria. As conseqüências do desemprego são, pois, bastante penosas e difíceis de ultrapassar. Não podia ser de outra forma, na medida em que as pessoas com certos encargos económicos (prestação da casa, carro, despesa com educação dos filhos, com a alimentação, entre outras), vêm-se, por vezes, forçadas a retirar os seus filhos das escolas, das faculdades, de actividades extra-curriculares e/ou a desprenderem-se de certos bens materiais como o carro ou a casa. Por outro lado, ainda longe da idade da reforma ou com idade mais avançada, torna-se mais difícil re-ingressarem no mercado de trabalho. A situação é, ainda, mais dramática quando na mesma empresa trabalham famílias inteiras ou o cônjuge, ficando ambos no desemprego. Em suma, os efeitos do desemprego são devastadores para muitos dos desempregados remetidos para um futuro incerto, onde a ideia de emprego para toda a vida desapareceu, uma vez que a nossa sociedade está em crescente mutação.

Tanto as biografias realizadas no concelho de Espinho como no de Guimarães apresentam traços comuns e permitem-nos destacar as dimensões sociais e pessoais mais relevantes que resultam das vivências de desemprego de longa duração.

Apesar de se verificar uma maior incidência nas idades activas, a maioria dos desempregados tem em comum o facto de deter um nível de escolaridade baixo⁵⁶. Quase todos os entrevistados tiveram outras experiências de desemprego antes. A actual duração do desemprego é extremamente elevada, sobretudo para os entrevistados provenientes de Espinho. Igualmente, o seu percurso profissional tem sido pautado por várias inserções profissionais, embora estas tenham sido quase sempre no mesmo tipo de actividade. Isto é particularmente expressivo no caso do sector têxtil do Vale do Ave

⁵⁶ Salvo dois entrevistados, um proveniente de Guimarães que é licenciada em Português e Francês e um outro de Espinho que tinha o ensino secundário completo.

que, fruto de muitos dos despedimentos colectivos por motivo de falência das empresas, obriga a esta mobilidade forçada e à vivência de períodos descontínuos de emprego e desemprego.

As narrativas apresentadas são ilustrativas de homens e mulheres que estão “aptos-ao-trabalho-e-que-não-trabalham”, com plena disposição das suas faculdades e que vêem o seu percurso de vida interrompido. Tais biografias expressam vivências complexas, resultado não apenas da privação de um salário, como também das fragilidades de sociabilidade que se observam a vários níveis.

O divórcio constitui uma das facetas mais visíveis. Porém, associado a esta vivência temos outras que passam pelo isolamento social, pela baixa de auto-estima a situações mais graves de depressão. Com efeito, para as pessoas que vivem o desemprego, as suas causas podem alicerçar-se, sobretudo, na percepção de um fracasso pessoal, de uma degradação da qualidade de vida, de uma quebra das relações de amizade e de companheirismo. Assim, o desemprego, enquanto um “tempo-espaço” diferente daquele que estrutura o do trabalho, simboliza uma ruptura nas trajectórias sócio-profissionais, com diversos graus de impacto na vida pessoal, colectiva e institucional dos indivíduos.

O desemprego constitui um processo dinâmico que incorpora as condições materiais de existência, os quadros de interacção privilegiados e as representações sociais forjadas pelos actores sociais. Com as reestruturações das empresas e a externalização dos custos de produção (com recurso à subcontratação e/ou a deslocalização das unidades produtivas), muitos são os trabalhadores confrontados com o desemprego de longa duração e com as respectivas consequências nas suas vidas pessoais e familiares.

Na verdade, o emprego e o desemprego são construções sociais, com fronteiras fluidas e permeáveis às transformações das normas sociais e culturais num determinado momento e às contingências das trajectórias biográficas. Estas dimensões revelam-nos o que está em causa na vida de um desempregado. Não se trata apenas da perda de certos direitos definidos no quadro jurídico-legal vigente, mas também e sobretudo da não-inserção social do indivíduo. No limite, a sucessão e a acumulação de rupturas e privações daí resultantes permitem definir percursos profissionais vulneráveis ao desemprego, levando mesmo à exclusão social de certos grupos sociais do mercado de trabalho. O desemprego é, por conseguinte, causa de uma degradação do nível de vida, um afastamento da vida social, uma marginalização dos outros trabalhadores, efeitos que podem acumular-se e provocar uma situação de pobreza extrema, na fronteira da ruptura social.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, P. Pereira e REBELO, G. (2004), *A Era da Competência: um novo paradigma para a Gestão de Recursos Humanos e o Direito do Trabalho*, Lisboa, RH Editora.
- ALVES, Mariana G. (2007), *A inserção profissional de diplomados de ensino superior numa perspectiva educativa: o caso da faculdade de Ciências e Tecnologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- AGLIETTA, M. (1982 [1976]), *Régulation et crise du capitalisme*, Paris, Calmann-Lévy.
- AGLIETTA, M. e BRENDER, A. (1984), *Les métamorphoses de la société salariale*, Paris, Calmann-Levy.
- BECK, U. (2000), *The Brave New World of Work*, London, London Polity Press.
- BECK, U. (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*, London, Sage Publications.
- BECKER, Gary S. (1964), *Human Capital*, New York, NBER.
- BECKER, Gary S. (1971), *The Economics of Discrimination*, Chicago, University of Chicago Press.
- BECKER, H. (1985), *Outsiders. Études de sociologie de la déviance*, Paris, Métailié.
- BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas (1999 [1966]), *A construção social da realidade. Um livro sobre a sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.
- BERTAUX, D. (1997), *Les récits de vie*, Paris, Nathan.
- BOUFFARTIGUE, P. e ECKERT, H. (1997), *Le travail a l'épreuve du salariat. A propos de la fin du travail*, col. Logiques Sociales, Paris, Editions Harmattan.
- BIDET, J. e TEXIER, J. (dir.) (1995), *La Crise du travail*, Paris, PUF.
- BOOTH, A., CROUTER, Ann C. e SHANAHAN, Michael J. (ed.) (1999), *Transitions to Adulthood in a Changing Economy. No Work, No Family, No Future?*, New York, Praeger Publishers.
- BOYER, R. (coord.) (1986), *La Flexibilité du Travail en Europe*, Paris, Éditions La Découverte.
- BOYER, R. e FREYSSANT, M. (2000), *Les Modeles Productifs*, Paris, Editions, de la Découverte.
- BOURDIEU, P. (1999), *A Dominação Masculina*, Oeiras, Celta Editora.
- BOURDIEU, P. (1979), *La distinction. Critique sociale du jugement*, Paris, Editions de Minuit.
- BOURDIEU, P. (1978), "Classement, déclassement, reclassement", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 24, pp. 527-557.
- BOURDIEU, P. (1972), *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Paris, Librairie Droz.
- BOURDIEU, P. e BOLTANSKI, L. (1975), "Le titre et le poste: rapports entre le système de production et le système de reproduction", *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n.º 2, pp. 95-107.

- BOURDIEU, P. PASSERON, J.-C. e CHAMBOREDON, J.-C. (1989), *El oficio de sociólogo*, Madrid, Siglo Veintiuni Editores.
- CABRAL, M. Villaverde e PAIS, J. Machado (coord.) (1998), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta Editora.
- GALLIE, D.; PAUGAM, S. (eds.) (2000), *Welfare regimes and the experience of unemployment in Europe*, Oxford, Oxford University Press.
- CASTEL, R. (1991), "De l'indigence à l'exclusion, la désaffiliation, precarité du travail et vulnérabilité relationnelle", in J. Donzelot (org.), *Face à l'exclusion*, Paris, Esprit.
- CASTELLS, Manuel (1996), *The rise of Network Society, The Information Age. Economy, Society and Culture*, Vol. 1, Britain, Blackwell Publishers.
- CASTILLO, J. José (1998), "Em busca do trabalho perdido (e de uma sociologia capaz de o encontrar...)", in I. Kovács e J. Castillo (org.), *Novos modelos de produção: trabalho e pessoas*, Oeiras, Celta Editora.
- CODEÇO, Emanuela A. (2006), *O desajustamento entre a oferta e a procura. O caso do sector têxtil*, Estágio Curricular na Licenciatura em Sociologia das Organizações, Braga, Universidade do Minho (policopiado).
- COLLINS, R. (1979), *The credential Society*, New York, Academic Press.
- COMISSÃO EUROPEIA (2001), *Tornar o Espaço Europeu de Aprendizagem ao Longo da Vida uma Realidade*, Bruxelas, Comissão Europeia (policopiado).
- DAVILLA, A. (1995), "Las perspectivas metodológicas cualitativa y cuantitativa en las ciencias sociales: debate teórico e implicaciones praxeológicas", in J. M. Delgado e J. Gutiérrez (coord.), *Métodos y Técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales*, Madrid, Síntesis Psicología, pp. 69-83.
- DÉCHAUX, J.-H. (1996), "L'État et les solidarités familiales", in S. Paugam (dir.) *L'Exclusion: l'état des savoirs*, Paris, Éditions la Découverte, pp. 530-539.
- DEMAZIÈRE, D. (2006), "Uma abordagem sociológica sobre a categoria de desemprego", in Nadya A. Guimarães e H. Hirata (org.), *Desemprego, Trajectórias, identidades e mobilizações*, Série «Trabalho e Sociedade», São Paulo, Editora Senac São Paulo, pp. 23-43.
- DEMAZIÈRE, D. (1995a), *La sociologie du chômage*, n.º 179, col. Repères, Paris, Éditions la Découverte.
- DEMAZIÈRE, D. (2005b), Le chômage de longue durée à l'épreuve du temps, in <http://www.lettras.up.pt/isociologia/uploads/files/Working9.pdf> [14/Mar/2007]
- DEMAZIÈRE, D. (1992), *Le chômage en crise? La négociation des identités des chômeurs de longue durée*, Paris, PUF.
- DEMAZIÈRE, D. e DUBAR, C. (1997), *Analyser les entretiens biographiques. L'exemple de récits d'insertion*, col. Essais & Recherches, Paris, Éditions Nathan.
- DEJOURS, C. (1999), *A Banalização da Injustiça Social*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- DOERINGER, P e PIORE, M. (1971), *Internal labour Markets and Manpower Analysis*, Lexinton, D. C. Health.

- DUBAR, C. (2000), *La crise des identités: L'interprétation d'une mutation*, Paris, PUF.
- DUBAR, C. (1991), *La Socialisation: Constructions des identités sociales et professionnelles*, Paris, Armand Colin.
- EISENBERG, P. e LAZARSELD, P. F. (1938), "The Psychological Effects of Unemployment", *Psychological Bulletin*, nº 35, pp: 358-390.
- EUROSTAT (2007), *Statistical Office of the European Communities*, Luxemburgo (<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>)
- FORRESTER, V. (1997), *O Horror Económico*, São Paulo, Universidade do Estado de São Paulo.
- FOUCARD, B. (1992), "A evolução das situações de emprego particulares de 1945 a 1990", *Travail et Emploi*, n.º 52.
- FREIRE, João (Coord.) (2000), *Atitudes face ao Emprego, Trabalho e Tempo Livre – Os processos de Motivação para o trabalho, a formação e a iniciativa*, Coleção Estudos e Análises, nº 13, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- FREIRE, J. (1997), *Variações sobre o tema trabalho*, Porto, Afrontamento.
- GALLIE, D. e PAUGAM, S. (eds.) (2000), *Welfare regime and the experience of unemployment in Europe*, Oxford, Oxford University Press.
- GAMBIER, D. e VERNIÈRES, M. (1985), *Le marché du travail*, Paris, Económica.
- GAMST, F., C. (1995), "Considerations of Work", C. F. Gamst (éd.) *Meanings of work. Considerations for the twenty-first century*, New York, State University of New York Press.
- GAZIER, B. (1990), "L'employabilité: brève radiographie d'un concept en mutation", *Sociologie du travail*, n.º 4, pp. 575-584.
- GAZIER, B. (1991), *Économie du travail et de l'emploi*, Paris, Précis Dalloz.
- GAZIER, B., MARSDEN, D. e SILVESTRE, J.-J. (1998), *Repenser l'économie du travail. De l'effet d'entreprise à l'effet sociétal*, Toulouse, Octares Editions.
- GIDDENS, A. (1984), *The Constitution of Society. Outline of the theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press.
- GUIMARAES, Nadya, A.; HIRATA, H. (orgs) (2006), *Desemprego, Trajectórias, identidades e mobilizações*, Série «Trabalho e Sociedade», São Paulo, Editora Senac São Paulo.
- KOVÁCS, I. (2002), *As Metamorfoses do Emprego: ilusões e problemas da sociedade de informação*, Oeiras, Celta Editora.
- KOVÁCS, I e CASTILLO, J. J. (1998), *Novos Modelos de Produção*, Lisboa, Celta Editora.
- HAMEL, J. DUFOR, St. e FORTIN, D. (1993), *Case Study Methods*, London, Sage.
- HESPANHA, Pedro (2002), "Individualização, fragmentação e risco social nas sociedades globalizadas", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 63, pp. 21-31.
- HESPANHA, Pedro, CARAPINHEIRO, G. (2002) (org), *Risco Social e incerteza: pode o estado social recuar mais?*, Porto, Edições Afrontamento.

- HILL, M. M.; HILL, A. (2000), *Investigação por questionário*, Lisboa, Edições Sílabo.
- HOANG-NGOC, L. (1996), *Salaires et emploi. Une critique de la pensée unique*, Paris, La Découverte & Syros.
- INE (1991) *Censos 1991 - XIII Recenseamento Geral da População e III Recenseamento Geral da Habitação*, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2001), *Censos 2001 - XIV Recenseamento Geral da População) (IV Recenseamento Geral da Habitação*, Instituto Nacional de Estatística.
- LAZARSELD P., JAHODA M. et ZEISEL H. (1981 [1960]), *Les chômeurs de Marienthal*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- LEANDRO, Engrácia (2001), *Sociologia da Família nas Sociedades Contemporâneas*, Lisboa, Universidade Aberta.
- LEWIS, S., SMITHSON, J., BRANNEN, J., CORAM, T., GURREIRO, M. das Dores, KUGELBERG, C., NILSEN, A. e O'CONNOR, P. (1999), *Futuros em Suspensão. Jovens europeus falam acerca da conciliação entre trabalho e família*, Comissão Europeia, DVV - Emprego & Assuntos sociais.
- LOISON, LURDES (2000), "Mecanismos compensatórios do desemprego em Portugal: famílias e redes sociais", *IV Congresso Português de Sociologia*, Coimbra (policopiado).
- MARQUES, A. P. (2007), *MeIntegra - Mercados e estratégias de inserção profissional. Licenciados versus empresas da Região Norte. Relatório final*, Coleção DS/CICS, Universidade do Minho, URL:<http://hdl.handle.net/1822/8633>.
- MARQUES, A. P. (2006a), *Entre o diploma e o emprego. A inserção profissional de jovens engenheiros*, Porto, Edições Afrontamento.
- MARQUES, A. P. (2006b) "Para uma propedêutica da Sociologia do Trabalho", *Mediações*, Vol. 11, nº 1, Jan-Jul., Londrina, Brasil, pp. 11-24.
- MARQUES, A. P. (2001), "Dinâmicas da relação entre trabalho e emprego: o fetiche da 'empregabilidade permanente'", *Sociedade e Cultura. Cadernos do Noroeste*, Série Sociologia, Vol. 16 (1-2), Braga, Universidade do Minho, pp. 167-185.
- MARQUES, A. P. (2000), Repensar o mercado de trabalho: emprego vs desemprego", *Sociedade e Cultura I. Cadernos do Noroeste*, Série Sociologia, Vol. 13 (1), pp. 133-155.
- MARTINS, António M. (1999), *Formação e Emprego numa Sociedade em Mutação*, Aveiro, Universidade de Aveiro.
- MARX, K. (1974 [1867]), *O Capital*, I e II, Lisboa, Delfos.
- MAUGER, G. (2001), "Les politiques d'insertion. Une contribution paradoxale à la déstabilisation du marché du travail", *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, n.º 136-137.
- MÉDA, D. (1999), *O Trabalho. Um valor em vias de extinção*, Lisboa, Fim de Século.
- MENESES, C. e MARQUES, A. P. (2004), "'Prazo de validade'" das políticas sociais. Notas sobre um diagnóstico da protecção social no Concelho de Espinho", *Sociedade e Cultura I. Cadernos do Noroeste*, Série Sociologia, Vol. 16 (1-2), Braga, Universidade do Minho.

- MENESES, C (2004), *A protecção no Concelho de Espinho. Diagnóstico das Políticas Sociais*, Relatório de Estágio do Curso de Sociologia, Braga, Universidade do Minho (policopiado).
- OCDE (2008), *Education at a Glance 2008: OECD Indicators*, OCDE, Centre for Educational Research and Innovation (www.oecd.org/bookshop/).
- PACHECO, Carlos (2007), *O desemprego e a impossibilidade de projecto de vida*, Seminário de Investigação, Braga, Universidade do Minho (policopiado)
- PASSERON, J.-C. (1991), *Le raisonnement sociologique: L'espace nom-poppérien du raisonnement naturel*, Paris, Éditions Nathan.
- PASSEROM, J.-C. (1990), "Biographies, flux, itinéraires, trajectoires ", *Revue française de Sociologie*, 31-1, 3-22
- PAUGAM, S. (1997), *La Disqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté*, Paris, PUF.
- PAUGAM, S. (2000), *Le salarié de la précarité*, Paris, Ed. Puf.
- PERROT, A. (1995), *Les nouvelles théories du marché du travail*, n.º 107, col. Repères, Paris, Editions la Découverte.
- PINTO, J. Madureira (1991), "Considerações sobre a produção social de identidade", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 32, Coimbra, CES.
- PIORE, M. J. e GORDON, D. (1972), *Theories of poverty and underemployment*, Lexington, D. C. Heath.
- POIRIER, Jean et al., (1999), *Histórias de Vida*, Oeiras, Celta Editora.
- REBELO, G. (2003), *Emprego e Contratação Laboral em Portugal: uma análise sócio-económica e jurídica*, Lisboa, RH Editora.
- REBELO, G. (2001), "Flexibilidade ou precariedade? Alguns exemplos de formas de trabalho/emprego no contexto europeu", *Actas do IX Encontro da APSIOT*, Cd-rom, Celta.
- REICH, Robert B. (2004), *O futuro do Sucesso: viver e trabalhar na nova economia*, Lisboa, Terramar.
- RIBEIRO, Marcelo, A. (2007), "Psicose e desemprego: um paralelo entre experiências psicossociais de ruptura biográfica", *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 10, n. 1, São Paulo, pp. 75-91, <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/cpst/v10n1/v10n1a06.pdf> [07/Mar/07]
- RIFKIN, Jeremy (2000), *The Age of Access: how the shift from ownership to access is transforming capitalism*, New York, G. P. Putnam's Sons.
- RIFKIN, J. (1997), *la fin du travail*, Paris, La Découverte/Poche ROSA, E. (2004), Compreender os números do desemprego em Portugal – A diferença entre o desemprego oficial e o desemprego real, <http://resistir.info/portugal/desemprego.html> [07/Jan/04]
- RODRIGUES, M. João (coord.) (2000), *Para uma Europa da Inovação e do Conhecimento. Emprego, Reformas Económicas e Coesão Social*, Oeiras, Celta Editora.

- RODRIGUES, M. João (1991), *Competitividade e Recursos Humanos. Sistema de emprego - Dilemas de Portugal na construção europeia*, Lisboa, Pub. D. Quixote.
- RODRIGUES, M. João (1988), *O sistema de emprego em Portugal: crises e mutações*, Lisboa, Pub. D. Quixote.
- ROSANVALLON, P. (1995), *La nouvelle question sociale. Repenser l'Etat-providence*, Paris, Ed. du Seuil.
- ROSENBERG, S. (1989), "De la segmentation à la flexibilité", *Travail et Société*, vol. 14, n.º 4, pp. 387-438.
- SANTOS, B. De Sousa (2000) *O Estado - Providência em Portugal: Entre Globalizações Conflitantes*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- SCHERER-WARREN, Ilse & CARVALHO FERREIRA, José Maria (orgs.) (2002), *Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/ Portugal*, Oeiras, celta Editora.
- SAINSAULIEU, R. (1977), *L'identité au travail*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques
- SAINSAULIEU, R. (1991), *Sociologie de l'organisation et de l'entreprise*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques & Dalloz.
- SENNETT, R. (2000), *La corrosión del carácter. Las consecuencias personales del trabajo en el nuevo capitalismo*, Barcelona, Editorial Anagrama.
- STIGLER, G. J. (1962), "Information in the labour market", *Journal of Political Economy*, October, 70, 5, pp.94-105.
- SWEDBERG, R. (1987), "Economic sociology: past and present", *Current Sociology*, vol. 35, n.º 1-3, Sage Publications.
- VELOSO, L. (2007), *Empresas, identidades e processos de identificação*, Porto, Editora UP.
- VELTZ, Pierre (2000), *Le Nouveau Monde Industriel*, Paris, Gallimard.
- ZARIFIAN, Ph. (2003), *A Quoi sert le travail?*, Paris, La Dispute.
- ZEITLIN, Joanathan e TRUBEK, David. M. (eds.), (2003), *Governing Work and Welfare in a New Economy*, Oxford, Oxford University Press.
- YIN, Robert K. (1994), *Case Study Research: Design and Methods*, Thousands Oaks, Sage.
- WHUL, S. (1992), *Les exclus face à l'emploi*, Paris, Ed. Syros-Alternatives

